



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 119

III Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 14 de julho de 2023

Presidente: Deputado **Luís Garcia** (*substituído no decorrer da sessão pelo Deputado João Vasco Costa*)

Secretários: Deputados **Marco Costa** (*substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Silveira e posteriormente pelo Deputado Carlos Freitas*) e **Lubélio Mendonça**

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 02 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se início ao debate e votação do [**Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 78/XII – “Eco taxa marítima”**](#), apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Neves, da Representação Parlamentar do PAN, no qual intervieram os/as Srs./Sras. Deputados/as Alexandra Manes (*BE*), Gustavo Alves (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Jaime Vieira (*PSD*), José Luís Parreira

(*IL*), Rui Anjos (*PS*), Carlos Furtado (*Indep.*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

Submetido à votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Seguiu-se o [Projeto de Resolução n.º 168/XII – “Universalidade na atribuição do programa Nascer +”](#), apresentado pelo Sr. Deputado Independente, Carlos Furtado, tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Pedro Neves (*PAN*), José Luís Parreira (*IL*), Alexandra Manes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Deputada Célia Pereira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Paulo Silveira (*PSD*), como também o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as Carlos Furtado (*Indep*) e Pedro Neves (*PAN*).

Posteriormente, foi a debate e votação o [Projeto de Resolução n.º 169/XII – “Exigência do cumprimento do contrato-programa de financiamento da Universidade dos Açores”](#), iniciativa dos Grupos Parlamentares do *PSD*, *CDS-PP* e *PPM*, apresentado pelo Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*), tendo intervindo os/as Srs./as Deputados/as Sandra Dias Faria (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Tendo sido aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 170/XII – “Apoios aos sectores agrícola e pecuário da Região Autónoma dos Açores pelo aumento dos custos de produção”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do *PS*, apresentado pela Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*), com intervenções dos/as Srs./as Deputados/as Rui Martins (*CDS-PP*), José Luís Parreira (*IL*), Marco Costa (*PSD*),

Andreia Cardoso (PS), Paulo Estêvão (PPM), José Pacheco (CH), António Lima (BE), Vitória Pereira (PSD), Alberto Ponte (PSD), Carlos Silva (PS) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi reprovado.

Dando seguimento à agenda, foi a votação a [Proposta de Resolução n.º 13/XII – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023”](#), apresentada pela Mesa.

A Proposta de Resolução n.º 13/XII, foi aprovada por unanimidade.

Assim, passou-se à apreciação da [Petição n.º 39/XII – “Reivindicação da construção de raiz de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico”](#), apresentada por António Carrilho Simas Santos, na qualidade de primeiro subscritor. A apresentação da iniciativa coube à Sra. Deputada Délia Melo (PSD) com intervenções dos /as Srs./as Deputados/as Gustavo Alves (PPM), Alexandra Manes (BE), Mário Tomé (PS), Carlos Freitas (PSD), Catarina Cabeceiras (CDS-PP).

Seguiu-se o **Relatório e parecer sobre o pedido de [autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Rui Filipe Ferreira Vieira Anjos possa prestar depoimento, no âmbito do Processo Comum n.º 932/23.8T8PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo do Trabalho de Ponta Delgada.](#)**

Após votação o Relatório foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente foi a votação o **[Relatório e parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 1961/22.4T8PDL – Tribunal Judicial da Comarca dos Açores - Juízo Central Cível e Criminal de Ponta Delgada – Juiz 3.](#)**

Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade

De seguida deu-se a votação do [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 171/XII - Revisão Constitucional, apresentado pelos Deputados que compõem a Mesa da CEEA](#)

O Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

No seguimento deu-se início ao debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 171/XII - Revisão Constitucional, apresentado pelos Deputados que compõem a Mesa da CEEA](#), tendo a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Francisco Coelho (PS), intervindo os Srs./as Deputados/as Vasco Cordeiro (PS), António Lima (BE), João Bruto da Costa (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), Paulo Estêvão (PPM) e José Pacheco (CH) e Ana Luís (PS).

O Projeto de Resolução n. 171/XII foi aprovado por maioria.

Posteriormente o Sr. Deputado Pedro Neves (PAN) justificou o [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 174/XII – “Celebração de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários no transporte de doentes não urgentes”](#) apresentado pelo PAN.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

De seguida deu-se o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 174/XII – “Celebração de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários no transporte de doentes não urgentes”](#), apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Neves (PAN), com intervenções dos/as Srs. Sras. Deputados/as Sabrina Furtado (PSD), José Pacheco (CH), Paulo Estêvão (PPM), Alexandra Manes (BE), Berto Messias (PS), Carlos Furtado (Indep), Paulo Estêvão (PPM) e pela Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi).

Após votação o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Consequentemente o Sr. Deputado José Pacheco (CH), justificou o [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 175/XII – “Recomenda ao Governo Regional a contratação, através de concurso](#)

[público, de empresas para assegurar a manutenção das bermas da rede viária regional](#)”, apresentado pela Representação Parlamentar do CH.

Após votação o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Seguiu-se a apresentação e debate do [Projeto de Resolução n.º 175/XII – “Recomenda ao Governo Regional a contratação, através de concurso público, de empresas para assegurar a manutenção das bermas da rede viária regional”](#), teve a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado José Pacheco (CH), intervindo os Srs./as Deputados/as Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep*), Manuel Ramos (*PS*), Paulo Silveira (*PSD*) e a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*).

O Projeto de Resolução, após votação, foi aprovado por maioria.

O Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep*) no final interveio para justificar o seu voto. De seguida o Sr. Deputado António Lima (*BE*), justificou o [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 176/XII – “Linhas orientadoras para a elaboração do próximo Programa de Ordenamento do Turismo da Região Autónoma dos Açores que garanta um desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, ambiental e social”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. Entraram em debate os/as Srs./as Deputados/as José Luís Parreira (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Rui Martins (*CDS-PP*).

O pedido de urgência foi rejeitado.

Para uma declaração de voto teve a palavra o Sr. Deputado António Lima (*BE*) e o Sr. Deputado Paulo Estevão (*PPM*).

Seguiu-se a justificação, por parte do Sr. Deputado Rodolfo Franca (*PS*), do [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 177/XII – “Por uma coordenada e eficaz aposta no Projeto Educação Digital”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Dando seguimento foi a debate e votação o [Projeto de Resolução n.º 177/XII – “Por uma coordenada e eficaz aposta no Projeto Educação Digital”](#), apresentado pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca com intervenções dos/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Alexandra Manes (*BE*), José Luís Parreira (*IL*) e a Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*). O Projeto de Resolução n.º 177/XII foi aprovado por maioria.

Teve a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto.

O último ponto da agenda foi o [Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, sendo apresentado pela Sra. Deputada Délia Melo (PSD).

Após votação o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Dando fim aos trabalhos foi apresentada a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de julho de 2023, pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Deputado Luis Garcia, a qual foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Bom dia Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada, faz favor Sr. Secretário, tem a palavra.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente, bom dia a todos.

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima de Sousa

Flávio da Silva Soares

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo Vieira

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

José Luís Parreira

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Estão presente 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, declaro aberta a sessão pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, estávamos ontem, quando interrompemos os nossos trabalhos, no ponto 6 da nossa agenda -**Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 78/XII – “Eco taxa marítima”**, é uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN e tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional.

Nos últimos anos a nossa Região, essencialmente, Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta, tem vindo a ser procurada por navios de cruzeiro, um segmento do turismo massificado, os quais transportam milhares de pessoas, sendo sabido que estes navios são um dos mais poluidores, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é falso!

A Oradora: ... sendo responsáveis por cerca de 24% de todos os resíduos originários da navegação marítima...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso tem muito que se diga!

A Oradora: ... e pela emissão de gases de efeito estufa. Só em 2018, e em referência aos portos da União Europeia, os navios de cruzeiro emitiram mais de 139 toneladas de CO₂.

A preocupação ambiental e o bem-estar das pessoas residentes já levou a que, por exemplo, o Governo Regional das Ilhas Baleares desenvolvesse um acordo com as empresas do setor para a redução de cruzeiros.

Por sua vez, Veneza foi condicionada na manutenção na lista de cidades Património Mundial da Humanidade ao encerramento do tráfego de grandes embarcações.

Na Catalunha, em 2022, foi decidido regulamentar e limitar a indústria de cruzeiros com o pagamento de uma taxa, lembrando que qualquer não residente paga as taxas turísticas da cidade e da comunidade autónoma.

De facto, já nem se discute a poluição a que o planeta é sujeito devido a este segmento turístico o que não deixa de ser incoerente quando tantas medidas políticas são tomadas no sentido de protegermos o ambiente, para depois assinarmos acordos com um dos monstros poluidores.

No Plenário passado, aprovou-se nesta casa, uma proposta para a diminuição do uso de plástico, tendo sido abordado o facto do plástico ser um dos grandes poluidores dos mares. Aliás, um dos grandes problemas dos oceanos são os microplásticos, sendo que uma das formas menos mediatizadas deste flagelo tem origem nos navios cruzeiro.

No entanto, na nossa realidade local, é possível refletirmos e percebemos se se justifica o investimento de milhões em cais de cruzeiros, se há retorno desse investimento e qual é o tipo de contribuição que queremos para o futuro do mar. Qual será o impacto financeiro, em cada ilha, que atraca um navio cruzeiro? Já se percebeu que existe “no ar” a ideia de se construir cais e mais cais...passamos de “Em cada esquina um amigo” para em cada porto um cais de cruzeiros.

Ainda há poucos dias, a sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral presidindo à cerimónia de boas-vindas ao comandante

do navio de cruzeiros Celebrity Apex, salientou a importância e o esforço que o Governo dos Açores está a fazer para “continuar a promover a Região como local atrativo para esse segmento de turismo”, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E bem!

A Oradora: ... dizendo e passo a citar: “Hoje, o turismo de cruzeiros, nos Açores, representa uma importante ferramenta de promoção e uma importante fonte de riqueza”, ainda ontem a Sra. Secretária falava aqui, apontava, assinalava números que rondam os 40 milhões de euros, no entanto, falando nesses 40 milhões de euros que a Sra. Secretária adiantou ontem aqui, há uma questão que se levanta é: Mas, para onde vai essa riqueza?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):
É para onde ia!

A Oradora: ... Os trabalhadores do setor do turismo continuam a não sentir o retorno dessa riqueza nos seus bolsos e a resposta pública em serviços continua igual.

Mas, apesar de todas as condicionantes que estes navios representam, a Sra. Secretária pretende ir mais longe, e criar uma base de cruzeiros no Atlântico, abrangendo os Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, para uma nova “centralidade de cruzeiros, fazendo aqui um ”turn around”, no entanto, não deixa de ser estranho que a Sra. Secretária considere penalizador o pagamento de uma taxa de 3 euros por passageiro desembarcado e nada diga do euro que é pago pelos trabalhadores do turismo para se dirigirem aos barcos, portanto, um passageiro que venha num cruzeiro geralmente não é uma pessoa de fracas posses, digamos, não é!? Mas, já o trabalhador do turismo nos Açores, que ganha uma miséria, tem que pagar 1 euro para ir trabalhar, para ir trabalhar, logo aí percebe-se bem!

Pergunta final: Continuaremos na hipocrisia do discurso bonito do “salvem os oceanos” para no dia seguinte irmos de flor e queijo receber um dos maiores poluidores do mar?

No entanto, e, respondendo aqui também a algumas das intervenções que foram feitas ontem, não posso deixar de assinalar, as declarações que foram feitas por Carlos Moedas - aquele perigoso homem de esquerda, não é? Eleito pelo PSD na Câmara de Lisboa...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Ele é alentejano!

A Oradora: ... aquando da inauguração do novo cais de cruzeiros, Carlos Moedas diz: “A taxa turística é isto: vamos ao Museu do Tesouro Real ou mesmo aqui e os turistas, com o pagamento da taxa, deixaram o contributo para o desenvolvimento da cidade, para a melhoria das condições e da oferta, nomeadamente, a nível cultural, tem de ser o contributo de todos”, que defendeu que os turistas que chegam a Lisboa nos cruzeiros também devem pagar taxa, passo a citar: “Para quem chega ao Terminal de Cruzeiros, dois euros não é nada”. Portanto, aquele perigoso homem de esquerda, Carlos Moedas, eleito pelo PSD na Câmara de Lisboa, defende o pagamento de uma taxa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O problema é que o pai é militante do Partido Socialista!

A Oradora: Já, Filipe Anacoreta do CDS, atenção, Filipe Anacoreta do CDS, diz-nos: “Parece-nos inaceitável e incompreensível que os passageiros dos navios de Cruzeiro não paguem a taxa turística, como está prevista” e, portanto, é uma matéria em relação à qual nós não abdicaremos e também esperamos que em breve, no decurso do primeiro semestre deste ano seja concretizado, ou seja, em Lisboa, isto aconteceu, estas declarações aconteceram a 10 de janeiro deste ano, em Lisboa, até ao fim deste primeiro semestre, estão a pensar implementar a taxa turística, ou seja, em Lisboa não está o problema colocado na forma como se vai

operacionalizar, nem é preciso chegar a 2025 para se operacionalizar isso, aqui nos Açores, parece que tudo é mais complexo...

Deputado Gustavo Alves (PPM): tenha juízo!

A Oradora: ... e há sempre uma grande dificuldade nestas situações assim. Em Lisboa parece que não, e, é tudo do mesmo partido.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso não cola!

A Oradora: Fico sem perceber muito bem as dificuldades que as Sras. e os Srs. Membros do Governo encontram em operacionalizar certas e determinadas coisas, mas nós todos compreendemos, Filipe Anacoreta, do CDS é Vice-presidente daquela Câmara.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E bem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Grande Vice-presidente!

A Oradora: No entanto, e considerando também que temos, Deputados aqui que já se manifestaram em relação aos cruzeiros, não posso deixar de assinalar aquele que foi um artigo publicado em tempos de “lana caprina” ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E o Dr. Robles onde é que anda?

A Oradora: ...pelo então, Sr. Deputado João Bruto da Costa, agora Líder Parlamentar da Bancada do PSD, “na euforia dos navios de cruzeiro nos nossos portos existe a continuidade de sérios investimentos desta indústria para a redução da sua pegada ambiental”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E há!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):
E continua!

A Oradora: Portanto, havia uma preocupação com a pegada ambiental em 2019 por parte do PSD.

Como tal, o Sr. Deputado João Bruto da Costa baseou-se num artigo do “The Guardian”, numa publicação de 2016, dizendo que “um grande navio de cruzeiros

imite em comparação com automóveis, tanto CO2 como 83 mil óxido de azoto equivale a 421 mil, tantas partículas como 1 milhão e tanto dióxido de enxofre como 376 milhões, portanto, para que uma satisfação precoce não leve a desilusão, temos de manter uma consciência crítica e de exigência com um estatuto ambiental a preservar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o resto? E o resto? Leia o resto!

A Oradora: Ora nós temos...Ó Sr. acabei! Se o Sr. não se lembra daquilo que escreveu...Portanto, o que eu acabei de assinalar aqui, prende-se com alguns objetivos que importa refletir, já existem, embora a Sra. Secretária diga que quer afirmar os Açores, eu compreendo, na promoção turística, acho que nós não devemos correr os mesmos erros que outros países já correram e que devemos usar esses exemplos para perceber de que forma é que devemos evidentemente implementar esse turismo e o que nós temos são um conjunto de países que estão a reverter aquilo que foi uma euforia nos navios de cruzeiros.

Portanto, a Sra. Secretária e os Srs. Deputados da coligação têm a possibilidade de implementar este segmento de turismo de uma forma muito mais sustentável, e, Sra. Secretária, eu estou a perguntar-lhe, para onde foram os 40 milhões de euros que a Sra. assinalou ontem e que não estão nos ordenados dos trabalhadores do turismo, nem se vê nas respostas públicas nesta Região? Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido das Pessoas Animais e Natureza apresenta um diploma com a intenção de cobrar uma taxa turística aos visitantes dos Açores através dos cruzeiros turísticos de lazer.

No seu preâmbulo, faz uma longa exposição relativa ao tema dos cruzeiros de turismo do seu país económico para a Região explicitando o seu crescimento no nosso arquipélago. É, de facto um ramo turístico com grande relevância para a dinamização deste setor na Região, onde existe um grande ecossistema à volta da dinâmica que esse tipo de turismo exige, são dezenas de empresas que se apetrecharam para receber o enorme fluxo de passageiros que desembarcam temporariamente para aproveitar as nossas belezas naturais, a nossa gastronomia e uma variedade de diversões que vão da terra ao mar.

Em relação à implementação de um eco taxa turística, temos uma alteração ao diploma apresentado que incrementa a data de entrada em vigor do mesmo para 2025, sendo suficiente para ser uma implementação atempada e avisada.

Julgamos que a questão ambiental deste segmento turístico deve ser sempre tida em conta, relacionado com os impactos ambientais dos navios de cruzeiro, mas não se deve diabolizar toda a indústria, há cada vez mais um grande desenvolvimento tecnológico nos sistemas internos dos navios, como máquinas propulsoras mais eficientes e económicas, com combustíveis mais ecológicos.

A nossa Região tem sido procurada por um segmento de turismo de cruzeiros mais específico que são os cruzeiros de expedição, essa é uma aposta da empresa Portos dos Açores, em que são navios mais pequenos, exclusivos e que têm passageiros com grande capacidade financeira que costumam ser ambientalmente conscientes e cuidadosos, assim como os próprios navios são dos mais avançados tecnologicamente.

Temos condições em todas as nossas ilhas para receber este tipo de navios, o que tem vindo a ser notório. Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo. Bom dia a todos.

Deputado Carlos Silva (PS): Bom dia!

O Orador: Muito obrigado, estamos bem dispostos para uma sexta-feira.

Em coerência daquilo que o CHEGA tem defendido ou não defendido contra taxas e taxinhas, pois nós continuamos a não abdicar disto que é, qualquer coisinha tem que ter uma taxinha, tem que ter uma taxa, tem que ter mais qualquer coisa, este tem sido o nosso princípio, mas como não temos palas nos olhos, nós também percebemos que muitas vezes há necessidade de alguma taxa, há necessidade, e, neste sentido, aqui até já digo o que vai ser a nossa posição neste diploma, vamos abster, partindo do princípio que não gostamos das taxas, mas precisamos de prevenir, precisamos de prevenir e precisamos também de dar algum contributo. Agora o radicalismo que isto são muitos cruzeiros, não, não são, são meia dúzia deles, são meia dúzia deles, agora temos...

(Aparte inaudível)

O Orador: ...calma, mantenha-se calmo, mantenha-se calmo. O que hoje é amanhã pode ser algo dramático, o que hoje não consideramos excessivo amanhã, pode ser excessivo, e, então temos de prevenir, obviamente que temos que prevenir, como foi dito e muito bem, nós temos também que perceber qual o retorno deste tal turismo de cruzeiros.

Eu não conheço a experiência em todas as ilhas, mas na ilha onde eu vivo e daquilo que eu vou conversando, o retorno não é assim tanto, não é assim tanto, até porquê? O cais está junto à marginal, eles dão ali um passeio e vão ao barco almoçar, vão ali ao barco jantar, o que me têm dito alguns operadores, que os melhores cruzeiros são os que pernoitam, que deixam algum dinheiro, saem, etc.

Ou seja, não é propriamente aquela galinha dos ovos de ouro, nós andamos sempre aqui à procura do poço de petróleo, o petróleo nunca vai existir.

Nós temos que saber viver com o pouco de cada setor, este pouco, que podemos maximizar, enfim, o rendimento, mas a isto temos de saber somar, também não vão ser os cruzeiros, eu não vejo grande necessidade de fazer grandes investimentos numa coisa que não vai trazer certamente grande retorno e não vale a pena fazer nenhum estudo sobre isso, quer dizer, as coisas estão mais ou menos à vista.

Quanto à poluição, pois, nos Açores, graças a Deus, não sentimos isto, mas também não queremos que um dia isto aconteça e temos que ter esse cuidado.

Sim, vamo-nos por aqui numa abstenção, dando aqui o benefício da dúvida ao PAN, e, muito bem, penso que as questões foram, e não só, aqui o Bloco de Esquerda levantou aqui questões que são pertinentes são interessantes, devemos refletir, devemos pensar, o PPM, o meu caro colega diz que os cruzeiros estão a diminuir para pessoas mais cuidadosas, pois eu não sei isso o que é, eu não sei o que é um turista mais cuidadoso...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*):

Mais consciência ambiental.

O Orador: ...quer dizer, vem com regras, não vem, o que está a acontecer é que o turismo e para quem não sabe isto neste momento, os cruzeiros são o turismo dos pobres são baratos, trazem milhares...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): É verdade.

O Orador: ...trazem milhares, no fundo é isso, é um turismo de massas de pobres. Recomendo que vejam os site de venda e vão-se surpreender, uma viagem num cruzeiro de 8 dias é mais barato que 8 dias numa qualquer das nossas ilhas, é muito mais barato, com comida incluída.

Nós temos que desmistificar estas coisas para podermos falar delas, é que também achar que os turistas vêm 10 mil turistas num barco e que aquilo vai dar pelo menos

10 mil euros, isto não é verdade, não é verdade, porque dizem-me os comerciantes que eles reviram a loja e quando muito levam um porta-chaves, há casos e casos. Eu estive na Madeira, na passagem de ano, não é preciso ir para muito longe, vi doze barcos de turistas a ver as roqueiras para o ar, o fogo e tal, aquilo tudo tão bonito, mas o barco estava longe e não vi um turista em terra, ou seja, pagou-se para os de fora verem, mas não serviu para nada.

Deputada Alexandra Manes (BE): E a pobreza na Madeira?!

O Orador: Ó Sra. Deputada, eu recomendo que falemos dos Açores, senão a gente dá a volta ao mundo e não resolve os problemas dos Açores.

Deputada Alexandra Manes (BE): O senhor é que falou da Madeira!

O Orador: Quer falar da pobreza da Madeira? Eu tenho tempo, ó Sr. Presidente, tenho ainda 5 minutos, isso é dar-lhe para lá.

Nós temo-nos que concentrar na pobreza dos Açores, mas não é na pobreza, é resolver a pobreza, Sra. Deputada, falar da pobreza, qualquer um no café fala, nós temos é que resolver a pobreza, não alimentar a pobreza e várias vezes o CHEGA, a Sra. tem muito pouca memória, mas eu relembro, o CHEGA já disse que não é justo, não é justo um empresário não pagar com dignidade aos seus funcionários e hoje muitos desses empresários que não deviam ser empresários e alguns são empresários porque receberam subsídios, senão eles não eram, nem para empregados serviam, e, eles muitas vezes estão ali é a fazer daquilo a galinha dos ovos de ouro, só que eles comem a galinha, comem os ovos, comem tudo e os empregados estão a transitar para negócios muito melhores, que lhes pagam muito melhor, que lhes tratam com mais dignidade, nós não temos palas nos olhos, a pobreza tem que se combater é assim, dizendo aos empresários: tu para teres um subsidio, Sra. Secretária do Emprego, já lhe disse isso uma vez, para ter um subsidio também tens que comprovar que tratas com dignidade os teus funcionários, isto aqui não é a casa da “tia maria joana”, aqui quem quer ser empresário, não é quem quer, é quem pode!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(*Duarte Freitas*): É verdade!

O Orador: E não é com o dinheiro dos contribuintes e depois, pondo na miséria, com horários excessivos, isto tem que ser com justiça social, e, a justiça social faz-se tratando bem quem trabalha e também o funcionário tem que saber honrar e dignificar a casa onde está e não é tratar o seu patrão como se fosse seu empregado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Isto tem que haver equilíbrio, seja nos cruzeiros, seja na padaria, seja no galinheiro, onde quiserem, é assim que deve ser, foi assim que aconteceu? Não! Despejou-se dinheiro nos problemas e hoje temos um problema de mão de obra, de falta de empresários e como já foi dito aqui essa semana, atualmente, para se abrir uma empresa, eles querem é saber qual o subsídio que existe.

Eu peço desculpa, Sr. Presidente, fugi do tema, ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Ah não há problema nenhum!

O Orador: ..., mas às vezes as provocações dão nisso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(* **Deputado Jaime Vieira** (*PSD*): Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Ó Jaime, o que é que disseste em Comissão?

O Orador: Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, excelentíssimo Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

A iniciativa que hoje estamos a discutir, da autoria da Representação Parlamentar do PAN, visa essencialmente a incrementação de uma eco taxa marítima para todos os passageiros sem domicílio fiscal que atracam nos portos dos Açores, vindo de navios cruzeiros.

Ora, como todos sabemos, o turismo continua a ser um setor fundamental para a economia dos Açores e tudo temos que fazer para que este continue a crescer e a consolidar-se na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: No ano de 2022, assistimos a um aumento exponencial, quer a nível de dormidas, mas também quer a nível de proveitos económicos comparativamente com 2021.

Deputado João Vasco Costa (PS): E foi por causa dos cruzeiros?!

O Orador: E este também é o caminho que tem vindo a ser trilhado pelo Governo Regional, que através das suas políticas tem sabido cada vez mais captar cruzeiros e turismo para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sendo o turismo um dos responsáveis por este aumento torna-se necessário continuar a fazer de tudo para que não haja um retrocesso nesta caminhada.

Na nossa opinião, esta proposta que hoje estamos a discutir, é no fundo uma boa proposta, mas desde que esta não seja exequível ou não seja implementada no imediato, defendemos isto porque efetivamente é importante, e, já foi dito pela Sra. Secretária Regional, perceber que o setor de turismo de cruzeiros poderá não estar preparado para esta alteração e, isto, é que é fundamental, dar tempo para que os estaleiros navais, para que as empresas do setor possam estar preparados e a isso chama-se planificação.

Deputado Carlos Silva (PS): A gente não vai desmantelar os navios!

O Orador: Uma vez, neste sentido, a coligação deu entrada a uma proposta de alteração que visa essencialmente isso, remeter para o início desta medida para 2025, para assim, quem vier aos Açores possa saber com aquilo que conta.

No entanto, é preciso não esquecer que o documento também fala da sustentabilidade e essa sustentabilidade tem que estar na agenda política de cada um de nós aqui dentro, tem que estar na agenda política de todos os partidos políticos, porque a Região Açores tem que ser efetivamente uma Região sustentável.

Sr. Deputado Carlos Silva, se disse que não estava, com este Governo, começou a estar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): Os senhores é que revogaram a taxa turística.

O Orador: ...se não estava o erro, foi efetivamente do vosso Governo que durante muito tempo não deu conta da importância que era um destino sustentável como os Açores.

No entanto, aquilo que eu quero perceber, e aquilo que eu quero explicar acima de tudo é que essa sustentabilidade está e continua a estar presente nas medidas que são criadas pelo Governo Regional e basta efetivamente perceber aquilo que disse a Sra. Secretária ontem, que está preocupada em atrair cruzeiros mais pequenos, menos poluentes, para que o destino Açores continue a ser um destino vendido pela sua qualidade ambiental, aliar a propositura económica e a propositura ambiental é e será sempre uma preocupação deste Governo Regional, disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Luis Parreira.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Neste diploma a principal diferença entre a Iniciativa Liberal e o PAN é a de que o PAN pretende cobrar uma taxa transversal a todos os turistas de cruzeiro que desembarquem na Região, enquanto a Iniciativa Liberal pretende que os turistas

paguem pela prestação de serviços e a respetiva receita reverta a favor da preservação ambiental.

Aliás, um dos motivos que leva à criação destes serviços que mencionei é exatamente a preservação da qualidade de vida da população local.

Além disso, a ecotaxa marítima também não resolve os problemas relacionados com a preservação ambiental, trata-se apenas de mais uma forma de receita fiscal.

Sras. e Srs. Deputados, todas as atividades económicas têm um certo impacto ambiental, o que é importante é termos a capacidade de atenuar ou eliminar esse impacto, encontrando um ponto de equilíbrio para assegurar a sustentabilidade económica e social da Região.

Por exemplo, Sras. e Srs. Deputados, é do melhor interesse do agricultor assegurar a preservação dos solos que cultiva a fim de assegurar o seu sustento no futuro e garantir que o seu património não desvaloriza.

No caso da atividade turística, a solução financeira, na nossa visão, deve ter origem na prestação de serviços aos turistas que pagam para usufruir desses mesmos serviços, como acontece um pouco por todo o mundo.

Por exemplo, pagamento em zonas de visitação, como trilhos ou transporte para aceder a áreas protegidas, o turista, nestes casos, compreende o que está a pagar, compreende que a receita será canalizada para a manutenção e utilização destas ofertas e serviços, até porque, nem todos os passageiros de cruzeiros usufruem do pacote turístico completo que as nossas ilhas têm para oferecer.

Sras. e Srs. Deputados, a natureza onde se inclui as zonas costeiras e o nosso mar   aquilo que os Açores têm para oferecer ao mundo, promovem as nossas exporta es e pode ser considerada como um bem que se for bem protegido, continuará a gerar riqueza para a Região por muitos mais anos. Em suma, a preserva o ambiental   um investimento público que beneficia toda a sociedade e, portanto, faz todo o sentido, quer seja através de receitas próprias da Região,

quer seja através das receitas da prestação de serviços que mencionei nesta minha intervenção, taxar não é a solução. Disse.

Deputado Pedro Neves (PAN): Vamos tirar as taxas dos aeroportos dos Açores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional.

Ao longo dos últimos anos os Açores fizeram uma grande aposta no seu posicionamento enquanto destino turístico sustentável.

A Região, soube posicionar-se na oferta turística internacional e este percurso, valeu-nos inúmeras distinções e galardões internacionais que muito nos prestigiam. A certificação de “Destino Turístico Sustentável” alcançada em 2019, foi o culminar de um objetivo e o reflexo das políticas, da visão e da estratégia dos governos do Partido Socialista que muito nos diferencia, nos projeta e nos consolida no mercado nacional e internacional.

Este trabalho desenvolvido pelos Governos do PS e em parceria com as empresas e trabalhadores do setor, transformaram o turismo num dos grandes motores da nossa economia, sendo incontestável o seu impacto económico, social e cultural.

A iniciativa aqui debatida hoje, visa criar uma taxa regional, designada por Eco Taxa Marítima, que é devida pelos passageiros sem domicílio fiscal nos Açores, que desembarquem em navio de cruzeiro nos terminais da nossa Região.

Se é certo que o turismo promove o desenvolvimento económico local, é igualmente verdade que o mesmo também implica uma sobrecarga significativa das infraestruturas públicas, o reforço da conservação ambiental, a manutenção e a reabilitação de bens do domínio público em zonas de cariz, ou como mais-valia, turística.

De realçar, que a maioria dos pareceres que recebemos acerca deste diploma são favoráveis à iniciativa.

Por exemplo, a Agita – os Guias de Informação Turística, referem que a sustentabilidade no Turismo é o caminho que todos desejamos seguir, e tal implica ter em conta as necessidades dos visitantes, do setor e das comunidades locais, assim como, os impactos ambientais, económicos e sociais, a curto, médio e longo prazo, e consideram ser imperativo que se apliquem nos Açores medidas e políticas responsáveis, e que, importa que esta taxa venha beneficiar de forma harmoniosa todas as ilhas, e que os valores obtidos não sejam apenas investidos nas ilhas onde já existe um maior desenvolvimento turístico.

A Zero e Os Amigos dos Açores por sua vez, salientam que deve prevalecer uma criteriosa e transparente aplicação destas receitas na conservação da natureza e na gestão ambiental, e que essa mesma finalidade, deverá ser explicitamente comunicada aos visitantes.

Neste sentido, o entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre esta questão, é que não devem ser somente os residentes a suportar na totalidade, os impactos do turismo na RAA através dos seus impostos.

É o que dizíamos há um ano e continuamos a dizer, a implementação de uma taxa faz com que quem nos visite contribua para o Orçamento da Região e que, também desta forma, se consiga financiar a preservação e a proteção ambiental.

Entendemos que o próprio turista possa contribuir para a implementação de soluções, desde que, não comprometa a competitividade e a notoriedade dos Açores enquanto destino turístico no contexto do país e mesmo no contexto internacional, contribuindo para o investimento na sustentabilidade do destino e minimizando o impacto da carga turística.

A gestão do turismo envolve uma constante valorização dos serviços e recursos disponibilizados, o que implica, um contínuo investimento público na manutenção e melhoramento dos níveis da qualidade da nossa oferta turística.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não basta enchermos aviões, licenciarmos novos alojamentos turísticos e falarmos nos proveitos do setor.

É fundamental que a natureza seja preservada, para que não se ponha em risco tornar as ilhas menos atrativas, para que um dia no futuro, não se olhe para trás e se constate que, afinal, o turismo açoriano carecia de ter tido uma maior vigilância e rigor, essencialmente, na preservação ambiental.

Assim, o GPPS considera pertinente a discussão deste diploma e contribui também com propostas de alteração que, no nosso entendimento, melhor adequa o que aqui é apresentado, manifestando que a implementação de uma Eco Taxa Marítima que atenua a despesa pública, promova e garanta a manutenção e a qualificação patrimonial, territorial e ambiental do espaço público, merece a nossa concordância.

Disse.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Da mesma forma que o ano passado, votei favoravelmente a taxa turística regional também voto favoravelmente a eco taxa marítima.

À data e pelas explicações do Sr. Deputado Pedro Neves, entendi que fazia sentido uma taxa turística regional por quanto a pegada ambiental, embora não seja propriamente extremista nestas situações, mas entendo que existe uma pegada ambiental pelo facto de haver pessoas que passam cá na nossa terra.

Na altura achei que era bem, por isso aprovei, depois uns meses mais tarde, entendi que não era o tempo certo, por isso, tentei atrasar a entrada em vigor dessa iniciativa, e, hoje com a mesma convicção que aprovei a taxa turística, aprovo também a eco taxa regional.

Permitam-me uma observação, eu quando digo que não sou propriamente extremista a analisar essas situações é porque ainda não consigo entender que admitam que há uma grande presença de turismo na nossa Região, se atendermos ao número de dormidas de turistas na Região, por enquanto, ainda estamos a falar de uma realidade que se aproxima, que é ainda menos, mas que se aproxima apenas dos 4% da população, não é expressivo.

Mas permitam-me que, no âmbito dessa minha intervenção faça uma reflexão, há 1 ano atrás, houve partidos que entenderam que uma taxa turística de 1 euros por dia, em que o turista ficava 24 horas na sua ilha era muito, 1 euro por dia era muito, hoje 3 euros por 3 horas ou 4 horas, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Deputado Não deixa de estar bem visto!

O Orador: ... parece que já é adequado, quer dizer, é esquisito...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É isso, a coerência é a sua especialidade!

O Orador: ... do ponto de vista estatístico, eu digo que é bastante esquisito, portanto, um turista que sai 3 horas do barco e vem dar uma volta à cidade paga 1 euros à hora para estar em São Miguel ou noutra ilha, um turista que desembarca, aluga um carro, vai para um hotel, utiliza as casas de banho e não sei quê, 1 euro por dia já era muito, bem, mas isso cada um há de aferir aquilo que são as suas razões, eu por mim tenho as minhas e eu gosto muito de me socorrer dos números para justificar as minhas formas de pensar.

Por essa razão, também é outra situação que parece que ao fim ao cabo, parece que os turistas do barco, Sr. Deputado Pedro Neves, é que parece que são poluidores e

têm que pagar 3 euros, porque os que vinham de avião não têm que pagar 1 euro, mas pronto cada um...

Deputado Carlos Silva (PS): Então porque é que votou contra a taxa turística?

O Orador: ... tem as suas leituras de quem é que são os turistas e o que é que eles fazem. Eu por mim tenho as minhas, portanto, para mim, um turista que venha de barco ou de avião há de causar a mesma poluição e o Sr. também, sim, sim, Sr. Deputado e até lhe digo mais, ainda ninguém me conseguiu provar que um turista que venha num barco pequeno ou num barco maior que faça mais poluição, ainda não há números que provam isso, como também não há números que provam que um turista mais pobre é mais poluidor que o turista mais rico, também não há números que provem isso e enquanto isso acontecer, eu estou aqui para defender que todas as pessoas que quiserem visitar a nossa Região, têm o direito de o fazer e o dever de preservar o nosso ambiente. E eu estou em crer que hoje, independentemente de as pessoas serem mais pobres ou menos pobres, já todas estão sensibilizadas de que ambientes e paisagens como a nossa devem ser preservadas, por essa razão, não terei problema nenhum em aprovar a eco taxa marítima apresentada pelo Partido PAN. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Secretária Regional, tem a palavra, faz favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Apenas para clarificar uma questão que foi colocada pela Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, porque não pode ficar no ar onde é que estão os 40 milhões de euros, e, portanto, eu tenho que lhe explicar onde é que ficam e vou-lhe dizer onde é que ficam: ficam na economia, ficam no comércio, ficam nos transportes, ficam nos táxis, ficam nos restaurantes, ficam nos autocarros, fica nas excursões, fica na animação turística, é assim que funciona a economia, percebo que o Bloco de

Esquerda tenha alguma dificuldade em perceber isso, mas tinha que lhe dar essa explicação. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária. Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Tem razão, Sra. Secretária, disse tudo menos no bolso e nos ordenados dos trabalhadores desta Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, os taxistas não são trabalhadores? Os comerciantes não são trabalhadores?

A Oradora: Porque esta Região continua a ser a mais pobre do país e continuamos a seguir o exemplo da Madeira, que há anos que promove esse tipo de turismo de cruzeiros e nunca conseguiu sair da pobreza.

Portanto, a receita que este Governo quer implementar é a receita que outros países já fizeram, que é continuar as maiores desigualdades sociais, continuar na mesma pobreza, mas que viva ao turismo e viva aos grandes grupos empresários. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Eles vão pôr o dinheiro no bolso dos funcionários.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito rapidamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Apenas aqui para fazer um aparte, no sentido de reforçar aquilo que foi dito pela Sra. Secretária, é evidente que o turismo cruzeiro cria riqueza é uma das vertentes

que está a criar riqueza nos Açores, como muitas outras, porque não há, ao contrário de que V. Exas. dizem, não há neste momento uma dependência de apenas um, que foi um dos grandes problemas da economia açoriana durante séculos, de um produto, há neste momento uma agricultura forte, as pescas, a construção civil, temos também o turismo, que tem um impacto muito importante e que tem vindo a crescer de forma muito significativa, temos hoje uma economia muito diversificada e isso é muito importante, quem é o povo? O povo é constituído pelos agricultores, pescadores, com certeza, mas também pelos taxistas, pelos comerciantes, também são povo e, portanto, o povo, quem é que é o povo? São marçianos os taxistas e os comerciantes Sra. Deputada? Por amor de Deus! Portanto, essa definição, é algo que de exclusão e de identificação do povo com um sentido abstrato, excluindo todos aqueles que estão ligados ao comércio, todos aqueles que estão ligados ao turismo, todos aqueles que estão ligados a uma série de setores de atividades que são importantíssimos.

Por isso, evidentemente, o que eu quero dizer, Sra. Deputada Alexandra Manes é que não tem razão na afirmação que está a fazer, os Açores estão a crescer e muito, estão a crescer rapidamente, está previsto que cresça 7% até 2027, vai deixar de ser uma das Regiões mais pobres da Europa, que foi isso que nós herdamos do Partido Socialista...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e, eu tenho da minha parte, da parte do PPM, da parte da coligação, evidentemente, como é evidente, este é que é o caminho, é criar riqueza e não esse discurso miserabilista que muitas vezes é feito aqui por parte da oposição.

Deputados Rui Martins e Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Para finalizar, até porque estou com pouco tempo, na reunião de Comissão, aquando da análise dessa proposta, a Sra. Secretária disse claramente que era contra a implementação de uma taxa e pergunto-lhe agora se já mudou de opinião e se o seu partido também mudou de opinião? Outra coisa que gostaria de assinalar é o facto de não poder passar despercebido, porque realmente aqui respondi a um aparte, mas é necessário que se assinale que aquilo a que eu respondi foi que, a Sra. Secretária disse e passo a citar: “era o que mais faltava ir para os bolsos dos trabalhadores”. Muito obrigada.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Mais faltava?! Eu não disse isso, mas não vale a pena.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eu só pedi a palavra neste momento, unicamente para informar a Assembleia, porque ouvi informação que não estava assim tão correta e tem a ver com o número de escalas que nós temos aqui nos Açores e que não são assim tão muitas, épocas sim, isso não é verdade, isso não é verdade e obviamente, estatisticamente, e não, nunca vou comparar, obviamente com a Madeira, porque estamos longe e ainda bem, o único receio que eu tenho é que alguma vez a gente chegue perto da Madeira, porque aí estamos bastante mal.

Só para os Srs. Deputados saberem que em 2017 foi a altura e tirando o COVID, foi a altura que nós tivemos mais escalas, foram 152 escalas, porque em 2022 foram 200 escalas, neste caso o ano passado 200 escalas e este ano até maio, dados até

maio, já estamos em 150, é só para dar essa informação, em maio se já estamos em 150 vamos ultrapassar drasticamente todos os anos, desde 2012, que são os dados que eu tenho e por isso agradeço que não usem essa informação para os açorianos a acharem à partida que temos poucachinho...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Comparado com Veneza, como a Sra. Deputada Alexandra Manes fez!

O Orador: ... não é verdade, cada vez temos mais passageiros e vamos ultrapassar sem dúvida, os 200 mil passageiros este ano. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Alexandra Manes para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente, era só para que relembresse a Sra. Secretária que não respondeu à minha pergunta relativamente à sua posição, se mudou ou não, desde a Comissão da análise em Comissão desta proposta, onde dizia que era contra.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está registada a sua interpelação. Vamos iniciar a votação deste **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 78/XII – “Eco taxa marítima”**, vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Os Srs. Deputados, que votam contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 78/XII foi aprovado na votação na generalidade, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 1 voto contra da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do CHEGA.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade? Não havendo, vamos votar, o art.º 1.º

tem uma proposta de alteração da autoria do Partido Socialista ao n.º 2 do art.º 1.º, é essa proposta de alteração que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Votamos agora o art.º 1.º do diploma com esta proposta de alteração que acabamos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 1.º foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Art.º 2.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 2.º foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: O art.º 3.º tem 3 propostas de eliminação. Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(* **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Relativamente ao art.º 3.º, e, uma vez que vamos votar, é uma discussão na especialidade, pode ser?

Presidente: Sim, claro.

(* **Deputado Rui Martins** (*CDS-PP*): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Relativamente ao art.º 3.º, há propostas de alteração que o Partido Socialista propôs, e, o art.º 3.º prevê as isenções a esta eco taxa marítima, e, é só para em primeiro lugar pedir ao Sr. Presidente que façamos esta votação por alínea, mas para dizer que da parte do CDS não consideramos que a eliminação, ou seja, o art.º 3.º proposto pelo PAN, tem uma isenção para a tripulação dos navios de cruzeiro e o Partido Socialista propõe a sua eliminação da isenção, ou seja, que os tripulantes passem a pagar também ou que também os tripulantes paguem essa eco taxa marítima.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Isso não é justo!

O Orador: Na interpretação da coligação, eu falo pelo CDS, mas obviamente foi uma posição concertada, mas consideramos que quem está a trabalhar não deveria ser sujeito a esta taxa e por isso iremos votar contra esta proposta de eliminação do Partido Socialista, mas no seguimento das votações. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Rui Martins. Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(* **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente, as propostas que foram apresentadas pelo Partido Socialista visam aperfeiçoar o diploma e penso que na generalidade é facilmente compreensível que isso se concretiza. Em relação à alínea em concreto dos tripulantes, a partir do momento que eles desembarcam, devem ter o mesmo tratamento que os restantes passageiros e, portanto, se a questão é o impacto ambiental e a preservação ambiental, não vemos, por que razão devem ter um tratamento distinto, por isso é que colocamos como uma eliminação a proposta de eliminação desta alínea e é apenas isso e só isso. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Votamos a primeira proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, proposta de eliminação da alínea b) do art.º 3.º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente, 1 contra do CHEGA, 1 do IL e 1 do PAN, 20 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação da alínea d) do art.º 3.º, também uma proposta efetuada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente, 1 contra do CHEGA, 1 do IL e 1 do PAN, 20 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS e 2 do PPM.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação feita pelo Partido Socialista à alínea g) do art.º 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora votar o art.º 3.º com as propostas de eliminação que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 3.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Art.º 4.º, há uma proposta de alteração feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 2 do art.º 4.º, está à votação essa proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Votamos agora o art.º 4.º com esta proposta de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 4.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação o art.º 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 5.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Art.º 6.º, a primeira proposta de alteração é uma proposta do Partido Socialista, que propõe alterar a epígrafe do art.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao art.º 6.º foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Proposta de alteração feita pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 1 do art.º 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos votar o art.º 6.º com estas propostas de alteração que acabamos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O art.º 6.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, do art.º 7.º ao 11.º inclusive, não há propostas de alteração, posso votá-los em conjunto?

Portanto está à votação o art.º 7.º, art.º 8.º, art.º 9.º, art.º 10.º e art.º 11.º do diploma. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Há uma proposta de alteração apresentada pela coligação, nomeadamente à entrada em vigor do presente diploma e na proposta que é feita, vem para entrar em vigor em 31 de janeiro de 2025, a pergunta que eu faço é, se 31 de janeiro é um lapso ou se devia de ser 1 de janeiro? Ou se há alguma razão que justifique que não seja 1 de janeiro ou 31 de janeiro, e, portanto, agradecia o esclarecimento. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É naturalmente um lapso, queríamos significar 1 de janeiro de 2025. Muito obrigado.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo PPM ao artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao art.º 12.º foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Peço então à comissão de redação final que tenha em conta este alerta feito pelo Sr. Deputado Carlos Silva.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Os Srs. Deputados, que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 78/XII foi aprovado em votação final global, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 1 voto contra da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do CHEGA.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 7 - **Projeto de Resolução n.º 168/XII – “Universalidade na atribuição do programa Nascerc+”**, é uma iniciativa do Sr. Deputado Independente. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para a sua apresentação.

(* **Deputado Carlos Furtado (Ind.):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A iniciativa que vamos agora debater foi um Projeto de Resolução que eu apresentei há pouco tempo, que tem como objetivo corrigir incorreções de uma Resolução do Conselho de Governo denominada como programa de incentivo à natalidade – Nascerc+. Esta iniciativa de Resolução do Conselho de Governo, como todos sabem, foi desenhada e construída e executada sem os pareceres e sem contributos desta Assembleia, por isso, entendi por bem que era momento de envolver esta Assembleia naquele que é esse diploma que, no meu entender tem várias incorreções.

Incorreções porque é injusta, não proporcionando os direitos de igualdade a 2% da população açoriana, injusta porque, por exemplo, no caso da ilha de São Miguel exclui 75% da população, mas injusta ainda, porque no caso de ilhas como Santa Maria e Faial exclui 100%, sim, 100% da população dessas 2 ilhas.

Tendenciosa, essa iniciativa de Resolução do Conselho de Governo é tendenciosa, porque apenas atribui às farmacêuticas, ao negócio das farmácias a agilização, a concretização desse incentivo à natalidade, excluindo todas as outras atividades comerciais que também contribuem para o bem-estar dos bebés que nascem na Região.

Ineficaz porque políticas de natalidade não se fazem apenas como normalmente o Partido Socialista é acusado de vazar dinheiro em cima dos problemas, esta iniciativa no meu, no meu entender...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Um pouco de coerência, Sr. Deputado!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não se faz caso...coitado!

O Orador: ... e tratando-se de uma matéria tão sensível como a natalidade, não se pode resumir apenas a entregar às famílias de uma criança no período de 1 ano 1500 euros, como se os problemas que decorrem da educação e dos cuidados que são precisos prestar às crianças se resumissem num ano de vida.

É também ela desleal, é desleal porque do ponto de vista político condiciona a ação política de Sras. e Srs. Deputados representados aqui nesta Casa, Sras. e Srs. Deputados que enquanto Deputados, mas também enquanto autarcas, presidentes de junta de freguesia, como, por exemplo o Sr. Deputado Jaime Vieira, como por exemplo o Sr. Deputado Alberto Ponte, como por exemplo, o Sr. Deputado Luís Soares, como por exemplo, o Sr. Deputado Paulo Gomes, que veem assim a sua ação política condicionada porque têm de concordar com uma iniciativa que exclui a população que eles também representam noutro órgão de poder, neste caso, poder local.

É injusta ainda também com as Sras. e com os Srs. Deputados, no caso da Sra. Deputada Elisa Sousa, do Sr. Deputado e Presidente desta Assembleia, Eng.º Luis Garcia, a Sra. Deputada Salomé Matos e até ainda o Sr. Deputado Rui Martins, que, fingindo que não percebem que esta iniciativa exclui a população das ilhas nas quais eles residem, entendem como adequado este mecanismo.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Todas as medidas são discriminatórias!

O Orador: Nesta senda e por entender que esta iniciativa do Conselho de Governo é negativa sobre esses pontos de vista, entendi por bem apresentar esse Projeto de Resolução que deixo aqui à consideração das Sras. e dos Srs. Deputados desta Assembleia. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Lembro à Câmara, que foi entregue uma proposta de substituição integral. Sr. Vice-Presidente do Governo Regional tem a palavra, faça favor.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu queria em primeiro lugar dizer que, na sequência de uma proposta aprovada no Plano e Orçamento de estímulo à natalidade, o Governo resolveu, no âmbito das suas competências próprias, que lhe foram dadas por esta Casa, fazer um programa e um programa, que é um programa piloto, com cabeça, tronco e membros.

De maneira que, este programa, felizmente para nós, e, os resultados que vamos tendo, ainda estamos a avaliar a sua implementação, e, conjugamos isto, como também está no programa do Governo, com o despovoamento.

E, ora foi o principal critério que encontramos para começar com este programa piloto, combater em primeiro lugar e incentivar a combater o despovoamento, é um critério lógico e racional.

Mas, o que acontece é que todos eram contra o Nascer+, todos eram contra os Novos Idosos e agora todos já são a favor do Nascer+ e dos Novos Idosos.

Voices dos Deputados da bancada CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, o Governo orgulha-se que, primeiro estranham, mas depois entranham as boas medidas e os bons programas que este Governo está a implementar. E relativamente ao Nascer+, avançar com alterações a meio do programa é de uma irresponsabilidade atroz, a meio do jogo não se mudam regras, só alguém sem o mínimo de responsabilidade, com a máxima demagogia e com um inaceitável populismo como o Sr. Deputado Carlos Furtado aqui apresenta hoje, um inaceitável populismo é que, vem fazer essa proposta que vem prejudicar as famílias beneficiárias do programa, porque mudar regras a meio do jogo não é sério e isso estampa bem a sua seriedade, que, neste caso, como estamos a falar de natalidade, ficou nas mãos da sua seriedade política, ficou nas mãos da parteira, Sr. Deputado

Relativamente ao programa, eu já disse e daí mais uma vez a demagogia do Sr. Deputado, o oportunismo político do Sr. Deputado, já disse que a intenção do Governo após avaliação, porque as políticas públicas devem ser avaliadas, é um bom princípio de gestão dos dinheiros públicos é avaliar o impacto das políticas públicas e o dinheiro que nós investimos e é isso que estamos a fazer num inquérito que estamos a fazer às famílias.

Portanto, neste momento, o Governo considera, como já anunciou, alargar o programa Nascer+, só que não muda regras a meio do jogo, nós vamos alargar o programa Nascer+.

E, relativamente aos apoios que é só o 1º ano é falso o que o Sr. Deputado disse ali de cima, pois esquece-se das creches gratuitas que são até aos 3 anos, mais uma medida que o Governo tem de apoio à natalidade e de apoio às famílias e à infância.

Mas, eu gostaria de dizer ainda mais duas ou três coisas, ou seja, primeiro não se mudam regras a meio do jogo, é desonesto, não é sério...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e também as políticas públicas avaliam-se, isto é fundamental para se saber, para permitir da eficácia dos resultados e do seu impacto.

Mas gostaria de anunciar, que até hoje temos 572 candidaturas do programa Nascer+, 572 candidaturas com já um plafond de 858 mil euros atribuídos.

E queria dizer que o programa está a correr bem, muito bem, com boa aderência e por isso temos que o levar até ao fim para avaliar da sua eficácia, introduzirmos melhorias, alargarmos e é isso que nós pretendemos fazer, só que as coisas fazem-se com cabeça, tronco e membros.

E devo dizer que há aqui várias questões, já não vou entrar no equilíbrio orçamental, já não vou entrar por esta parte, não quero entrar nessa discussão hoje, mas, se tem efeitos retroativos é mais uma incongruência do Sr. Deputado que vai prejudicar as famílias, vai dizer onde é que vai buscar dinheiro para pagar com efeitos retroativos a 1 de janeiro deste ano o alargamento, porque vai ter que dizer quem é que fica de fora, Sr. Deputado, se o Sr. alarga a toda a gente daqui a um mês o Sr. não tem dinheiro para pagar a ninguém, porque só está 1 milhão e meio de euros e o Sr. não sei se fez contas e eu pergunto-lhe quanto é que custa o alargamento do programa? O Sr. que vem para aqui vender seriedade...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... tem de dizer quanto é que custa o alargamento do programa e onde é que vai buscar dinheiro para pagar o alargamento que o Sr. propõe.

Mais, o Sr. depois vem propor, faz uma proposta de alteração que até podemos ir fazer compras à “lojinha do Mestre André”, vamos à “lojinha do Mestre André” fazer compras com o cartãozinho e depois não controlamos onde é que gastamos o dinheiro, vamos à “lojinha do Mestre André” fazer compras com plafond atribuído...

Deputado Carlos Furtado (*Indep.*): Vão é às lojas dos seus amigos!

O Orador: ...vamos à freguesia do “Mestre André” fazer compras à “lojinha do Mestre André”.

Sr. Presidente, pode dizer ao Sr. Deputado que eu gostaria de continuar?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Vice-Presidente continue a sua intervenção, faça favor, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: É de uma irresponsabilidade, porque não tem controlo a proposta que o Sr. põe de alargar e fazer compras a todo o sítio, que nós não conseguimos controlar se a compra é para produtos para o bebé, para quem é que se destina e como é que ele intenciona implementar este processo agora, porque, isto sendo aprovado, implica talvez que tenhamos que suspender, sendo aprovado e temos que aplicar isto, temos que encontrar um método para aplicar a toda a gente, para aplicar universalmente a todos os estabelecimentos comerciais até à “lojinha do Mestre André” e vão à “lojinha do Mestre André” comprar produtos para o bebé, e, isto o Sr. Deputado vai ter que explicar como é que se faz, porque eu não sei e o Governo não sabe, mais uma irresponsabilidade da sua parte, irresponsável a sua proposta, demagógica e populista e não é séria. Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Pergunto se há inscrições? Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) Deputado Pedro Neves (*PAN*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Esta é uma medida feita pelo partido CHEGA na altura, presumo em Orçamento e que a coisa não estava a correr muito bem, porque não aparecia nada no Orçamento

e estávamos a ver que era uma medida que não iria acontecer, depois começámos a ver em alguns municípios, nomeadamente um da Graciosa que apareceu e eu pensava que era por aí, pelas autarquias que fazíamos esse alinhamento, mas não é o caso, o Governo está a cumprir com um projeto piloto que eu concordo, tem que ser um projeto piloto, porque eu não concordo pela sua génese de pagamento, ao contrário do Sr. Vice-Presidente, porque eu acho que não temos que estar a dar um ar de paternalismo estatal às pessoas o que hão de fazer ou não ao dinheiro, daqui a nada também estamos a dizer como é que vão fazer filhotes.

Nós não temos que nos meter sobre um valor que o Estado, neste caso, o Governo dos Açores quer dar às pessoas para nós aumentarmos a natalidade, aumentarmos a população da Região Autónoma dos Açores, dizendo onde é que tu hás de ir, o que hás de comprar isso, isso eu acho completamente errado e por isso eu acho que este projeto piloto pode demonstrar, este projeto piloto pode demonstrar mesmo que pode até não ser a melhor solução e a solução será, como já aconteceu em alguns municípios do continente, dar um cheque e cada um faça a gestão do seu dinheiro, obviamente, porque ninguém tem mesmo nada a ver com isso, logo a minha votação a esta iniciativa será contra porque acho que nós precisamos obviamente dos dados, relativamente ao projeto piloto e de como vai acontecer. Sobre o pagamento, espero que nesse relatório se verifique que as pessoas estão descontentes a onde é que podem ou não ir buscar esse dinheiro. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Luis Parreira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Dar um apoio à natalidade não vai resolver os problemas de despovoamento nem de falta de população, lembro as Sras. e os Srs. Deputados da introdução da minha declaração política, em que afirmei que os motivos que levam uma família a fixar-se numa dada Região, depende muito mais das oportunidades que essa Região

tenha para oferecer do que da quantidade inicial de recursos que esta família tenha, que é aquilo que se pretende com esta medida ao financiar-se essas famílias pelo nascimento de um filho.

O crescimento económico não depende apenas, portanto, eu falei das oportunidades e de crescimento, e, isso não depende apenas da educação, porque mesmo que haja educação, mas não haja oportunidades os jovens qualificados emigram e saem da Região.

Portanto, qual é o fermento necessário para promovermos este crescimento e esta geração de oportunidades na nossa Região? É precisamente a forma como nós alocamos recursos e volto a enfatizar a necessidade de o fazermos de forma diferente.

Em suma, nós somos contra este projeto desde o seu início e continuamos a ser mesmo com esta proposta de alteração, disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em novembro de 2021, neste Parlamento, o CHEGA fez depender o seu voto a favor no Plano e Orçamento para 2022, da inclusão de uma medida que criava um apoio à natalidade que excluísse as famílias mais pobres que recebem apoios sociais, uma medida discriminatória e injusta, porque deixava de fora aqueles que mais precisam, quase um ano depois, em outubro de 2022, em vésperas da discussão de mais um Plano e Orçamento onde, entre chantagens e cedências, se joga anualmente a sobrevivência política deste Governo foi anunciada a criação do programa Nascer+.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Faça uma moção de censura, tenha a coragem!

A Oradora: Se por um lado o Governo teve a decência de não excluir as famílias mais pobres só por receberem apoios sociais que são essenciais a muitas famílias para aceder a condições mínimas de sobrevivência, por outro, o Governo criou uma injustiça ao implementar um critério que exclui cerca de 73% da população dos Açores, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Deputada nem toda a gente tem idade. Não diga asneiras!

A Oradora: ... apenas com base no seu concelho de residência. O Governo decidiu então que as famílias de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande, Lagoa, Horta, Madalena e Vila do Porto, não têm direito a receber o apoio de 1.500 euros pelo nascimento de um filho ao contrário das famílias dos restantes concelhos dos Açores. Este critério criou situações de extrema injustiça social, por exemplo, uma família que tenha um filho e tenha um rendimento de 3.000 euros mensais e viva em Vila Franca do Campo terá direito a um apoio de 1.500 euros, mas uma família monoparental que viva em Vila do Porto ou na Ribeira Grande e que tenha como rendimento apenas um salário mínimo não tem direito ao mesmo apoio.

Perante esta enorme injustiça, o Bloco defendeu desde a primeira hora o alargamento desta medida a toda a Região, todas as famílias devem receber este apoio pelo nascimento do seu filho, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Robles!

A Oradora: ... independentemente da sua condição social e do seu concelho de residência. E não estivemos sozinhos nesta luta, o Deputado Independente Carlos Furtado também se mostrou frontalmente contra esta medida, afirmando neste Plenário, em novembro do ano passado, o seguinte e passo a citar: “uma política de natalidade que permite que um rico de Água d'Alto tenha 1.500 euros para um filho que nasça e na freguesia ao lado, na Ribeira Chã um pobre não tenha 1.500 euros, diga, Sr. Vice-Presidente, se isso é a justiça que se quer fazer em 2023”. Numa entrevista a um órgão de comunicação social, o Deputado Carlos Furtado disse

também e cito: “outro atropelo ao direito dos cidadãos é o direito à natalidade que deixou de fora 70% da população sem uma justificação do ponto de vista social”, sabendo haver uma maioria neste Parlamento que era favorável ao alargamento deste apoio à natalidade de todas as famílias dos Açores, o Bloco apresentou alterações ao Plano e Orçamento para impedir esta tremenda justiça, no entanto, na votação da proposta do Bloco, o Deputado Independente decidiu abster-se...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A sério?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mesmo que vote a favor, vota contra a seguir!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): A senhora vota contra tudo. Até contra as creches gratuitas!

A Oradora: ... inviabilizando a sua aprovação, o Bloco, o PS e o PAN votaram a favor, o PSD, o CDS, o PPM, o CHEGA e a Iniciativa Liberal votaram contra, perante esta possibilidade de corrigir o seu voto e de ser coerente com a posição que tinha manifestado durante o debate, podendo garantir o alargamento deste apoio à natalidade a todas as famílias, o Sr. Deputado, na repetição da votação, decidiu outra vez pela abstenção impedindo a aprovação da proposta.

Sr. Vice-Presidente, como sabe e como bem disse na análise em Comissão desta proposta e agora também na sua intervenção inicial, o Sr. falou de um inquérito e do inquérito que está a ser feito e que ele ditará o futuro...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não vai ditar nada!

A Oradora: ... do alargamento do Nascer+, no entanto, Sr. Vice-Presidente e, desculpe-me a frontalidade com que vou dizer isso, eu estudei algumas coisas acerca de “KIWI” ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Ah pensei que era uma fruta.

A Oradora: ...pois é como se fazem inquéritos, como se implementam inquéritos, como se tratam dados, de forma que as perguntas são colocadas, e, realmente dei-me ao trabalho de ir visitar todo o processo que envolve um inquérito e como é

que se tratam os dados e como é que se tiram as conclusões, e, realmente continuo sem perceber de que forma é que este inquérito poderá tirar dados para chegar a uma conclusão para o seu alargamento, porque no máximo o que isto pode dizer é se teve impacto ou não nos concelhos e para as famílias onde está a ser implementado, portanto, o que o Sr. devia fazer mais os seus técnicos era fazer exatamente este mesmo questionário exatamente nos concelhos onde não está a ser realizado nem chegou o Nascer+, se calhar era mais favorável conhecermos e chegaríamos a uma conclusão muito mais certa e muito mais exequível se as pessoas que ficaram fora deste apoio e que também têm filhos e que, por acaso, até podem ser famílias monoparentais e por acaso, podem ganhar um ordenado mínimo e serem as únicas responsáveis pela educação dos seus filhos, se não faz falta este apoio de 1.500 euros para estas famílias, muito Obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Mas essas famílias monoparentais não têm mais apoio nenhum, não é?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Pergunte ao Robles?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Estamos agora aqui a discutir esta iniciativa apresentada pelo Deputado Independente relativo à universalidade da atribuição do programa Nascer+ e, a verdade, é daquilo que foi, das contradições que o Sr. Deputado Independente alegou daquela tribuna, já na própria iniciativa, mas também daquilo que foi o esclarecimento que foi feito pelo Sr. Vice-Presidente, eventualmente, o Grupo Parlamentar do CDS estava aqui na dúvida quanto à sua posição de voto, mas após, e, depois do princípio da seriedade política que ontem foi aludido nesta Casa, a nossa posição é contra, e, é contra porque, primeiro, porque o Sr. Deputado Independente vem com uma incoerência atroz e com uma incoerência atroz, porque

reiteradamente afirma que é contra o programa, porque o programa não é eficaz, porque o programa não vai resultar naquilo que é o seu propósito que é o despovoamento que é o incentivo à natalidade, então, Sr. Deputado a resolução que devia ter apresentado nesta Casa era a extinção do programa Nascer+...

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes (BE): A gente quer alargar a todos, é coerência Sra. Deputada.

A Oradora: ... e não era o seu alargamento, Sr. Deputado. E, para quem se gosta de intitular nesta Casa como defensor do dinheiro público, da boa gestão dos recursos públicos, isso não faz qualquer sentido, então o Sr. não concorda com o programa, acha que ele não vai resolver nada, mas então a resolução é alargar para todos. Portanto, pois bem, Sr. Deputado, essa é a incoerência inicial desta sua proposta.

Este programa e, como já foi dito, é um projeto piloto, em qualquer apoio existe um critério e esse critério nos olhos de alguns que queriam beneficiar e não podem beneficiar, podem considerar que seja uma injustiça, mas qualquer apoio, é necessário existir um critério e esse critério poderá ser discriminatório, porque um critério tem de ser efetivamente discriminatório e até nos próprios pareceres e sendo favoráveis, por exemplo, como a Câmara Municipal da Horta ou até ACRA, até mencionam a existência eventual de um critério caso este seja alargado...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e, portanto, também será uma questão de desigualdade se eventualmente alargarmos este programa e chegarmos antes do fim do ano e não existir verba e termos que cancelar o programa, isso também é uma situação de desigualdade e estamos a mudar as regras daqueles beneficiários que no início do

ano sabiam que tinham aquele apoio, que poderiam beneficiar dele e deixam de beneficiar porque efetivamente vai-se alargar a toda a Região e isso não nos parece que seja o adequado que seja o ajustado, a verdade é que o próprio Governo Regional já anunciou que está a decorrer um inquérito de satisfação na eventualidade de melhorar o programa, de perceber o que é que pode ir mais além, a melhor forma de chegar à população e que este programa tem o propósito que foi o propósito inicial, parece-nos que é completamente despropositado, agora, no mês de julho, estar a mudar estas regras, alargando a todos os Concelhos, até porque nas próprias diligências e quando se propõe os pareceres, os pedidos aos municípios em que se pediu aos 7 municípios que estão de fora, em que 2 responderam, naturalmente qualquer município quer este programa este programa de apoio à natalidade como outro programa qualquer. Agora a questão é que é necessário avaliar essa predisposição que o Governo Regional já transmitiu e por isso, a seu tempo vamos ver se faz sentido alargar se não faz sentido alargar, se faz sentido reformular, até o próprio Partido Socialista já deu um contributo nessa matéria de alargar a outros produtos e, portanto, é isso tudo que está a ser avaliado e por isso, parece-nos completamente incoerente avançar com o alargamento neste momento. E para terminar, e, também daquilo que foi a intervenção da Sra. Deputada Alexandra Manes e daquilo que é injustiça, a injustiça que ela diz que é gerada, porque pessoas, famílias com mais dificuldade nestes concelhos, onde o programa não está implementado, que é uma grande injustiça e que nos outros concelhos é alargado a todos e que gera aqui uma tremenda injustiça, pois bem, Sra. Deputada, ontem não pensou nesta grande injustiça, alargando as refeições escolares a toda a Região e não foi a sua preocupação de poderem usufruir quem precisa ou quem não precisa.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

Deputada Célia Pereira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O programa Nascер+ foi assumido, por este Governo e mediante proposta negociada com o CHEGA, como uma medida de promoção à natalidade.

No entanto, o GPPS entende que o problema da natalidade vai muito para além de um subsídio no valor de 1.500 euros no início de vida de uma criança.

Não se trata de um apoio ao declínio demográfico nem de promoção da natalidade.

Trata-se de um apoio social que tem como critério único a sua atribuição nos 12 concelhos da RAA que registaram uma perda demográfica acima dos 5%, sem atender a outros critérios quanto à sua atribuição, nomeadamente e, entre outros uma avaliação da condição socioeconómica dos agregados familiares.

Critério único que faz dela uma medida potencialmente discriminatória.

Se não vejamos, o envelhecimento e perda de população que traduzem a maior ameaça à demografia dos Açores, assume-se como um dos grandes desafios e fragilidade ao desenvolvimento económico e social da Região.

O Capital Humano, os açorianos e as açorianas, constituem um dos nossos principais ativos e perder população é pôr em risco aquele que devemos assumir como o nosso principal recurso e merecedor de maior investimento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade! Concordo consigo!

A Oradora: O desafio da demografia é, inegavelmente, um problema que apesar de se fazer sentir com maior impacto em 12 dos 19 concelhos dos Açores, deve ser assumido de forma transversal a todo o território regional pesadas e ponderadas as

especificidades e assimetrias que caracterizam cada uma das nossas freguesias, concelhos e ilhas.

Não podemos ficar indiferentes ao facto de na última década, conforme dados dos últimos censos de 2021, a Região ter perdido cerca de 4,1% da população, num total de 10 mil e 115 habitantes, acompanhando aquela que é a tendência nacional e do continente europeu.

Dizer em defesa desta medida, cujo único critério é o de ser aplicada em 12 concelhos que perderam população acima dos 5% negativos, deixando de fora 7 concelhos, alguns dos quais também perderam população e não atender às condições socioeconómicas das famílias beneficiárias quer das famílias dos 12 concelhos, quer dos demais 7 concelhos que ficam de fora, é dar tudo a todos apenas em 12 concelhos, deixando de fora famílias com menos recursos e tão ou mais necessitadas de apoios desta natureza nos restantes 7 concelhos.

Uma medida que exclui a grande maioria dos açorianos, mais precisamente cerca de 73% dos açorianos, de acederem à mesma tendo como critério único de exclusão o concelho em que residem.

E é por isso que o Partido Socialista se tem demarcado desta visão populista e defendido que “O desafio do incentivo à natalidade e, por consequência, da sustentabilidade demográfica, não pode resumir-se a 1.500 euros de apoio a famílias.

Há todo um conjunto de preocupações sociais e económicas que devem estar subjacentes a esse incremento, designadamente assegurar determinados serviços aos cidadãos que estão numa situação mais fragilizada, proporcionar e garantir o acesso à educação, à saúde, a um conjunto de outras áreas e de outras políticas públicas que se assegurem fundamentais.

Outro aspeto importante são as acessibilidades e também a promoção do desenvolvimento económico com investimentos ancora que permitam criar riqueza e fixar a população nomeadamente os mais jovens.”

E neste sentido o Partido Socialista tem vindo ao longo desta legislatura a apresentar um conjunto de propostas...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora apresenta tudo!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Agora! Nesta legislatura

A Oradora: ... como contributo para o combate ao problema da demografia.

Mas não é só o Partido Socialista a defender esta posição, também o CESA tem vindo a defender a este respeito que, o combate ao declínio demográfico passa por um plano estratégico mais ambicioso e passo a citar aquela que é a posição do CESA numa notícia do AO de 24.04.2023, cito:

“O Conselho entende que os instrumentos demográficos “devem atuar em conjunto, de forma articulada e proporcional, porquanto as medidas de política demográfica adotadas de forma isolada se têm como insuficientes para aquele propósito.

Na verdade, o Conselho Económico e Social considera que as respostas de política demográfica devem ter um “lugar central” na ação governativa regional, tanto para compensar o declínio geral e o envelhecimento da população, como para travar a redução da população em idade ativa e a escassez de mão de obra.

“No âmbito da sua atividade, o CESA tem procurado alertar para a importância que as questões demográficas colocam ao desenvolvimento dos Açores, bem como para a urgência de o quanto antes, serem identificadas as principais linhas de atuação política que possam inverter ou mitigar os efeitos deste declínio demográfico”, acrescenta. Para lembrar, noutro passo, que o atual Governo Regional prometeu criar medidas de estímulo à natalidade.”, fim de citação.

Em suma, não concordamos com a essência desta medida, e entendemos que o combate à desertificação não se promove com políticas avulsas, como esta, mas sim com políticas, que sejam promotoras de mais, e melhor, habitação, emprego, que melhorem as acessibilidades na aposta em respostas sociais, nomeadamente de apoio à infância, e de saúde, no investimento em projetos âncora em cada uma das

nossas ilhas que sejam geradores de riqueza e que tenham a capacidade de fixar população, mas também de captar população de outras áreas geográficas.

E, por entender o GPPS que a medida NASCER+ se trata de um apoio social, entende que não deve ter como critério de exclusão o local de nascença.

Por isso reconhecemos a bondade desta iniciativa que pretende abolir este critério imposto.

Porquanto, tratando-se de um apoio social deve estabelecer-se e sustentar-se em critérios que assegurem a equidade da medida e acentuem o seu carácter solidário.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Bem, tivemos a primeira intervenção do Partido Socialista neste Parlamento, mas como se sabe isto, os outros Deputados fazem sempre uma espécie de “Oráculo de Delfos”, nunca sabemos o que é que vai acontecer a seguir, porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, lidera a sua bancada como Eduardo III de Inglaterra, liderava os seus exércitos nas batalhas, faz avançar a infantaria para ser massacrada e depois aparece...

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador: ... como redentor dos debates. Por isso, qualquer Deputado aqui pode ser absolutamente trucidado, porque o líder diz a seguir, meia hora depois, exatamente o contrário do que o Deputado acabou de dizer anteriormente, nunca sabemos, é a tática, é a tática à Eduardo III do Sr. Deputado Vasco Cordeiro nestes debates e tudo pode acontecer, diz agora a Sra. Deputada Célia Pereira, que não

esteve aqui ontem, no debate em que é possível, por exemplo, ao filho do Bill Gates, se vier viver para os Açores irá ser pago, irá ter o seu almoço pago pelo ISSA...

Deputado Mário Tomé (PS): Só no Corvo é que isso é possível!

O Orador: ... pelo ISSA e agora vem aqui dizer, não e as medidas sociais, e têm medidas de outro âmbito e são medidas de carácter social e agora é tudo para todos, agora não interessa o rendimento, bom, a seguir vem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro que dirá precisamente o contrário, é conforme estiver o mar, conforme estiver a arejar, conforme estiver a direção do vento, se o vento soprar para ali para prejudicar o Governo é aquela posição que irá tomar, se o vento soprar para ali, pois para prejudicar o Governo é para ali que irá tomar, ou seja, temos um Partido Socialista absolutamente irresponsável no âmbito das tomadas de posição, nem parece um partido de Governo, nem parece um partido que toma as suas decisões de forma responsável, não toma de forma responsável, é apenas de forma casuística. Qual é o critério do Partido Socialista atualmente? É verificar onde é que é que o Governo fica mais prejudicado se soprar para ali é para ali que eu vou, e, portanto, é a incoerência absoluta, é uma política gelatinosa...

Deputado Mário Tomé (PS): Diga isso ao Senhor Secretário!

O Orador: ... é aquilo que achar que é melhor para prejudicar o Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E as crianças, Senhor Deputado?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Senhor Deputado chegou agora?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Já cheguei há muito tempo!

O Orador: Bem, o que eu considero é que, obviamente, o Partido Socialista agora diz, o Partido Socialista, em que os Governos do Partido Socialista nada fizeram, nada fizeram para diminuir o invertebrado demográfico nos Açores que nada fizeram quando ainda tiveram oportunidade para o fazer ao longo de quase três décadas, nada fizeram nada fizeram, para combater o declínio demográfico, dizem agora que isto são políticas casuísticas, a verdade é o seguinte, a verdade é que vamos juntar

então as políticas: creche gratuita, a creche gratuita para toda a população dos Açores é ou não é uma medida importantíssima? Os Srs. acham que sim, mas quando tiveram oportunidade de a fazer, não a fizeram Srs. Deputados, não a fizeram Srs. Deputados.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem é que paga a creche gratuita? Paga o Governo da República!

O Orador: Também vos quero dizer, em relação ao Nascer+, em relação ao Nascer+ os Srs. dizem – é preciso implementar políticas que possam ter sucesso no âmbito da demografia, pois bem, o que é que nós temos da parte do Partido Socialista?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor o PS não é que é o proponente. É ali o Sr. Deputado Independente.

O Orador: Fez algum programa neste âmbito? Não, não fez nada. Que medidas é que o Partido Socialista fez para combater o declínio demográfico nos Açores? O que é que o Partido Socialista fez? Que resultados é que o Partido Socialista obteve? Ou seja, da vossa parte, eu sei, eu sei, mas ó Sra. Deputada, eu sei que está a ficar agitada, não está a gostar, mas eu gosto sempre de começar pelo Partido Socialista, mas vou fazer-lhe a vontade, em relação ao Sr. Deputado, que é o proponente é evidente o Sr. Deputado navega num mar de incertezas de inconstâncias, nesta matéria de absoluta incoerência.

Deputado Berto Messias (PS): Ó Furtado com amigos destes não precisa de inimigos. Diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és.

O Orador: Sr. Deputado, de absoluta incoerência, porque, como é evidente, este é um conjunto, já lhe foi dito, é uma medida experimental, que está a ser implementada nos Açores de forma experimental e o Sr. Vice-Presidente já lhe transmitiu que o que se espera é que agora seja feita uma avaliação rigorosa em relação ao programa, que se podem alterar o conjunto de medidas da forma como estão a ser aplicadas, podem juntar-se outras medidas, mas é necessário fazer uma

avaliação daquilo que está a ser feito e, obviamente, para V. Exa. estudar, avaliar, analisar, não lhe interessa nada, o que lhe interessa é o campeonato do populismo e o que interessa a V. Exa. é aparecer aqui com propostas que não estão fundamentadas, com propostas incoerentes e que o Sr. defende uma coisa há 4 meses, agora defende exatamente o contrário.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputado, é do Chega!

O Orador: E, portanto, da parte de V. Exa., evidentemente, a sua proposta não tem qualquer fundamentação, não tem qualquer fundamentação e por isso, evidentemente aquilo que está a ser feito por parte do Governo Regional é aquilo que tem que ser feito, é um programa experimental, vamos avaliá-lo e vamos melhorá-lo de acordo com o relatório que vai ser elaborado a este respeito, mas é sempre uma proposta, é uma proposta séria, é uma proposta com análise, é uma proposta com estudo, não é o senso comum, não é, como o Sr. Deputado aqui há uns tempos apresentou uma proposta...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O CHEGA é do partido que o Senhor Deputado já foi e que agora é o seu!

O Orador: ... que cuja natureza é exatamente o contrário do que agora apresenta, o Sr. Deputado vive num mundo de incoerência absoluta, Sr. Deputado e, é por isso que apresenta agora esta iniciativa aqui.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos fazer um intervalo regressamos ao 12h10.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Presidente: Antes do intervalo estava inscrito o Sr. Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem, rapidamente, porque temos muito mais que fazer, não vamos estragar tempo com isso.

A verdade é que nem estamos a discutir propriamente aqui o Nascer+, o que estamos aqui a discutir é uma perseguição à minha pessoa e ao meu partido, mas isto todos já perceberam e é gozar com quem trabalha e quem está em casa.

Mas já que estamos aqui a falar do tema, pois concordo perfeitamente e já tenho tido esta conversa com o Sr. Vice-Presidente, orgulhamo-nos de ter sido o CHEGA a propor isso, estranho, quando não é isto que vai resolver, pois, dissemos na altura, não é isto que resolve os problemas da demografia, até estranho, porque há juntas de freguesia e há câmaras municipais, da cor dos partidos que fazem esse tipo de crítica que já o fazem, dão, dão simbólicos 100 euros, outras coisas, pronto, já o faz e fazem bem é um apoio.

Depois também não compreendo, quer dizer um apoio? Um apoio, é um apoio! Então nós temos nos carros elétricos um apoio para quem adquirir carros elétricos, então as pessoas não têm que ter apoio nenhum, têm é que adquirir carros elétricos que são menos poluentes, se vamos por essa lógica, então até vou-vos dizer uma coisa, então, se calhar quando nascesse uma pessoa, dávamos 1 milhão de euros ou 2 milhões de euros, e dizer: hei amigo daqui para a frente, pagas os teus estudos, comes, não sei quê, arranjas o teu caminho, mas não é assim, não é assim que deve ser e não seria, aliás, aqueles 2 milhões de euros em meia dúzia de anos desapareciam.

Os açorianos, que precisam de ser esclarecidos, têm que ser esclarecidos que isto é uma forma de compensar.

Estou satisfeito, enquanto proponente desta medida? Não, não estou, porque nunca vou estar, porque nós vamos andando pelo caminho, vamos descobrindo uma série de erros, e, o Sr. Vice-Presidente também, tem que fazer esta referência, aqui disse:

estamos a estudar, estamos a ver, agora o que tem graça é que esta proposta que nós apresentamos começou por ser apelidada, imaginem, medida nazi, foi o termo utilizado, nazi!?

Isto está registado, pelo proponente agora desta coisa que é uma perseguição, isto já ninguém tem paciência, gastar o dinheiro dos contribuintes para andar a perseguir políticos e partidos, depois de ser enxotado de lá para fora, quem é que tem paciência para coisas dessas? Isto também não está certo, agora temos que fazer um trabalho sério, eu, confesso também, conversando com o Sr. Vice-Presidente para implementar isso, as farmácias também deixavam-me algumas dúvidas e conversamos, mas também compreendi que era uma forma também do dinheiro ser para a criança não ser para mais nada e nós sabemos, o que é que nós, enfim, vamos fingir que não sabemos?

Dá-se o dinheiro e o dinheiro desaparece e depois batem-nos novamente à porta a pedir mais um apoio, somar apoios é o que temos, nós podemos fingir um mundo ideal, mas o mundo não é ideal, é o que temos, é o que temos.

A medida, conto consigo, Sr. Vice-Presidente e com o seu compromisso que assumiu para com o CHEGA, com o Parlamento, com os açorianos, de nós vermos esta medida, já o tinha dito que ia alargar é preciso é perceber, eu também vou dizer muito claramente se é para nós estarmos a somar apoio em cima de apoio, ou seja, quem já recebe apoios sociais, com as letras todas, eu vou ter que dizer isso, quem já recebe apoios sociais se quer receber mais 1.500 euros para somar a estes tais que já recebe à custa de mais uma criança, olha, isto é a coisa mais errada para os contribuintes e muito mais errado para a criança que vai nascer, isso eu não concordo.

Nós temos que criar escalões, nós temos que perceber, temos que ter justiça social e a justiça social não é dar tudo a todos, eu não concordo com isso, eu acho que nenhum açoriano concorda com isso, isto é um apoio para nós combatermos a desertificação que vai acontecendo, é um apoio, como também há o apoio, como

eu já disse, para os carros elétricos e há para uma série de outras coisas, é um apoio, se não então que se acabe os apoios todos e passamos a ter um Governo neoliberal, não há apoios para nada, não há para coisíssima nenhuma, queres andar de avião pagas o preço certo, queres andar de barco pagas o preço certo e nós sabemos, nós açorianos, que nós não pagamos o preço certo das coisas, nós temos um apoio estatal para a Educação, para a Saúde, para os Transportes, para uma série de coisas, e é esta a lógica que eu defendo como um homem de direita, orgulhosamente de direita, eu defendo isto, que o Estado deve intervir na medida do que é necessário, na medida do que é possível, não deve sustentar, mas também não deve abandonar e aqui foi uma forma de dizer: se vocês, que custa muito ser pai hoje em dia, se quiserem ter um filho, se fizerem esta opção porque é uma opção de vida, é uma opção de vida, têm aqui uma ajuda, um apoio, não paga nada, ajuda, olha há de servir para pagar umas latas de leite, há de servir se calhar para pagar algum medicamento, alguma situação, é uma ajuda, se é para pagar o nascimento de uma criança, nem comigo podem contar. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo faça favor.

(* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sras. e Srs. Membros do Governo. Sr. Presidente, agradeço o contributo e a intervenção de todos, queria em primeiro lugar Sra. Deputada Alexandra Manes, começando por si, dizer-lhe que lamento profundamente esta frase, “o Sr. e os seus técnicos”, os técnicos não são meus, Sra. Deputada, são técnicos da administração pública que fazem o seu trabalho com liberdade, foi-lhes dada uma tarefa e eles estão a fazê-la, eu não me intrometi nas regras técnicas, não me intrometi em nada, são dois sociólogos e um de estatística que estão a fazer o trabalho, não são “os meus”, são os funcionários da administração pública, na sua conceção política trotskista é que são os funcionários do Governo,...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Do partido!

O Orador: ... aqui não são, são funcionários públicos que nós respeitamos, Sra. Deputada, ...

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: ... há uma grande diferença em termos de democracia deste Governo para o Bloco de Esquerda.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas se acha que é assim, Sra. Deputada, como tem um Grupo Parlamentar e se isto é tudo assim tão mal, apresente uma moção de censura ao Governo, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): E o Nascer+?

O Orador: ... apresente, tenha a coragem de apresentar uma moção de censura para ver se na próxima legislatura se senta aí nessa cadeira, apresente uma moção de censura e vai ver se volta a sentar-se nessa cadeirinha, se houver novas eleições, tenha a coragem de o fazer, apresente uma moção de censura, se critica tanto assim o Governo, se está a governar mal uma moção de censura, nós cá estamos para lhe responder, Sra. Deputada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves, estou absolutamente de acordo consigo, estamos de acordo nesta matéria que é preciso efetivamente avaliar, eventualmente corrigir, mas nunca a meio do jogo, nunca a meio do jogo que vamos prejudicar agora nesta altura e, portanto, dizer-lhe que estamos de acordo nesta matéria.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado José Luís Parreira, também concordo com aquilo que o Sr. Deputado disse, porque isto por si só não chega, para uma Região, o que nós temos que tomar medidas e a Iniciativa Liberal já deu um contributo nesse sentido, que foi a baixa de impostos, a baixa de impostos, por exemplo, é muito importante para fixar jovens nesta Região e que talvez nós temos tido um erro que eu

reconheço, que é não divulgar suficientemente até no continente esta extraordinária medida que é a baixa de impostos para os jovens se virem fixar na Região Autónoma dos Açores, agora vamos apostar, Sr. Deputado José Luis Parreira, na habitação, que é fundamental também para fixar jovens e isso é absolutamente fundamental, não é a natalidade e como disse e bem, o despovoamento não se combate com apenas uma única medida, é um conjunto integrado de medidas...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que este Governo tem tentado paulatinamente tomar, desde as creches gratuitas, o apoio ao arrendamento, que já vinha até do outro Governo e que nós mantemos, a baixa de impostos, a melhoria da habitação, novas habitações, uma aposta na habitação, portanto, é um programa que tem que ser integrado para fixar jovens famílias nos Açores e, portanto, concordo consigo nessa matéria, concordo, obviamente, com a posição dos Deputados da coligação.

Sra. Deputada Célia Pereira, nós estamos de acordo, eu já o disse, estamos de acordo que é preciso alargar o programa, ponto. Agora não é desta maneira, porque se for a meio do jogo, agora, a meio do ano, alterar o programa, vamos criar injustiças e presumo que o Partido Socialista não quer criar nenhuma injustiça, que queira alargar eu entendo, eu compreendo e aceito. E a Sra. Deputada far-me-á justiça de reconhecer que algumas medidas, vou-lhe dar um exemplo, que foi proposta por mim, aprovada pelos Governos do Partido Socialista, pelos sucessivos Governos do Partido Socialista, que foi o COMPAMID, uma extraordinária medida ainda hoje em dia, que a Região Autónoma dos Açores pode estar orgulhosa porque, enquanto, por exemplo, no continente nós ouvimos dizer que os idosos não têm dinheiro para ir buscar os seus medicamentos à farmácia, na Região Autónoma dos Açores, nós temos uma medida que é o COMPAMID, em que os idosos podem, felizmente, levar todos os medicamentos que precisam, começou por apoiar só mais de 65 anos, depois alargámos à pessoa com deficiência, depois alargámos o seu plafond, fomos avaliando e implementando a medida ao longo de doze anos, Sra.

Deputada, ao longo de doze anos e felizmente, sempre no sentido de a melhorar, é assim que se deve fazer, é assim que o Governo quer fazer com o Nascer+ e por isso eu conto com o apoio do Partido Socialista, Sra. Deputada, nesta estratégia de implementar, melhorar, e, de facto não é a única medida que se pode criar, Sra. Deputada, eu concordo consigo, é preciso mais emprego, mas nós temos mais gente empregada, e, é uma grande medida para combater também para auxiliar a natalidade, se as pessoas têm um emprego estável, se estão empregados, também podem ter mais filhos e, portanto, nós temos a maior taxa de emprego da Região, é mais uma medida, Sr. Deputado José Luís Parreira, importante para promover a natalidade, portanto, é um conjunto de medidas que nós temos que promover, que funcionam em conjunto e não isoladamente para obviamente combater, isso sim, porque é grave, o despovoamento da Região Autónoma dos Açores, porque se não tivermos pessoas, não temos economia. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Silveira, faça o favor.

(*) Deputado Paulo Silveira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo.

Não repetindo muito o que já foi aqui dito, o Grupo Parlamentar do PSD entende que, tratando-se de um projeto piloto, como muito bem aqui foi referido, que o mesmo carece de uma avaliação e feita essa avaliação, o Governo de coligação estará em posse de dados que permitirão um eventual e progressivo alargamento desta medida, com o qual o Sr. Vice-Presidente ainda há pouco, acabou de dizer a disponibilidade deste Governo, mas também entendemos que, sendo o critério, o

despovoamento que não se pode tratar como igual o que é diferente, pois temos concelhos nesta Região, destes doze que estão abrangidos, que tiveram um decréscimo entre 2011 e 2021 muito acentuado da população acima dos 2 dígitos, como é o exemplo de Santa Cruz Das Flores com 11,8; Nordeste com 11,5; Vila do Corvo com 10,71, uma realidade bem diferente de concelhos como a Madalena do Pico, a exceção desta Região com acréscimo de 4,5%, ou mesmo com a realidade decréscimo menos acentuado, por exemplo, da Lagoa, com menos 1,8, Ponta Delgada e Ribeira grande pelo menos 2,3 ou ainda Vila do Porto com uma quebra de 2,6.

No nosso entendimento fica assim visível, que existe uma quebra demográfica de toda a nossa Região, sendo mais acentuada nestes dois concelhos que estão neste momento a ser abrangidos por este projeto piloto, por isso, este é um problema de despovoamento que terá que continuar a ser mitigado, o Sr. Vice-Presidente, fez aqui a referência de algumas outras medidas, nomeadamente a habitação, isto é um problema transversal, que não se resolve só com este problema da natalidade e o PSD, como sempre, estará pronto para dar o seu contributo para que se encontrem novas medidas, novas soluções para este combate do despovoamento que é um flagelo da nossa Região, disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Luis Parreira, faça favor.

(*) Deputado José Luís Parreira (IL): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu gostava de lembrar da diferença entre baixar impostos e dar um apoio à natalidade ou um apoio à educação, ao baixarmos impostos, estamos a retirar

menos do rendimento das famílias e das empresas, estamos a responsabilizar essas pessoas pela forma como alocam uma parte maior dos seus recursos, que eu creio que é a melhor forma de garantirmos maior rentabilidade dos investimentos que essas pessoas fazem ou empresas.

Ao atribuímos um apoio, estamos a dedicar um fim a esse apoio, por exemplo, ser gasto neste caso para bens que as crianças vão consumir.

E, também quero lembrar o Sr. Vice-Presidente e os restantes Membros do Governo do caso mediático que o Sr. Deputado Paulo Estêvão lembrou e bem, da ex-Primeira-Ministra do Reino Unido que durou menos tempo em funções do que uma alface, pois, a Sra., vejam bem, a Sra. pretendia baixar impostos sem reduzir a despesa e tal não foi possível porque iria entrar em incumprimento com os credores do seu país e as dívidas são para se pagar a insistência da Iniciativa Liberal com a dívida, não é dogmática, Sras. e Srs. Deputados, vejam bem, é neste momento, quando se fala em redução de impostos que a dívida da Região entra em ação, vejam como tudo isto é bonito e engraçado.

Deputado Berto Messias (PS): É a doutrina do Sr. Secretário Duarte Freitas!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Deixe o Sr. Deputado terminar!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, vejam como isto tudo é engraçado, só é possível baixar impostos hoje e mantê-los baixos no futuro, não interrompendo este processo de criação de riqueza, se tivermos contas públicas sãs.

Deputado Carlos Silva (PS): Não temos!

O Orador: Portanto dou por concluída a minha intervenção com este esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Carlos Furtado.

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Respondendo aqui às outras intervenções que foram sendo feitas ao longo deste debate, eu começava pela aquela que foi a última do qual eu fui visado, porque a forma como escalonei isso aqui na folha, assim vai ser mais fácil desenvolver o assunto.

E começava por dizer que há uma intervenção que surgiu aqui do Sr. Deputado José Pacheco, relativamente ao facto de que, se já tem apoios sociais não pode receber um outro apoio social.

Ó Sr. Deputado Pacheco, o Sr. se tem um ordenado de Deputado de cerca de 3.000 euros...

Deputado José Pacheco (CH): OH!... Eu tenho um ordenado trabalhando! O senhor tem um ordenado passeando! O senhor vem para aqui passear!

O Orador: ... o Sr. está em condições de garantir aqui a esta Câmara e às pessoas lá em casa que não usa outros benefícios da Assembleia? Oiça, o Sr. está em condições de dizer que não usa a ajuda de custo para o táxi, que não utiliza os 50 euros do telemóvel, que não utiliza o hotel, que não utiliza o subsídio de refeição? Ou o Sr. para além do seu ordenado de 3.000 euros ainda recebe os outros benefícios todos? Aí recebe, recebe, e, não se queixa, recebe, come e cala, está bem Sr. Deputado? O Sr. devia era de ter vergonha de falar mal de quem recebe pouco de apoio social, porque o Sr. recebe muito para fazer exatamente a mesma coisa que é nada.

E quanto à medida ser nazi, pois ela é nazi, é nazi porque a partir do momento que se diz se queres ter filhos estás entregue à tua sorte a uns e diz-se se queres ter filhos a gente ainda te dá 1.500 euros, está-se obviamente aqui a condicionar a liberdade de natalidade, está-se a condicionar o livre direito de oportunidades, essa é que é a verdade e o Sr. sabe que é verdade.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor recebe apoios sem pagar. O senhor devia ter vergonha na cara!

O Orador: Mas eu desafio o Sr. a provar que não recebe mais do que apenas o seu ordenado de Deputado aqui na Assembleia, desafio o Sr. a dizer que o Sr. que é um antissistema, a dizer que não usa todas as benesses que a Assembleia lhe proporciona...

Deputado José Pacheco (CH): O senhor consegue provar isso?!

O Orador: ... todas, Sr. Deputado, o homem antissistema, muito bem... Não, o Sr. prova o contrário, o Sr. prova o contrário.

Presidente: Srs. Deputados!

Deputado José Pacheco (CH): Ó senhor presidente o que é isto?

O Orador: Quanto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. quer falar de incoerências? Ó Sr. Deputado Paulo Estêvão, o pior não é quando se fala de incoerências relativamente a ideias que temos sob determinada matéria, o pior é quando se fala de incoerências sobre opiniões que se tem de pessoas em espaço público, eu devo lembrá-lo que antes das eleições, meia dúzia de dias antes das eleições, o Sr. dava, o Sr. atual Presidente do Governo Regional dos Açores, como incapaz para o desempenho de funções de Presidente do Governo, uma semana depois já achava que era bom, ó Sr. incoerência é isso, mas incoerência também é o Sr. supostamente fazer uma greve de fome para garantir as refeições nas escolas do Corvo e ontem não quis votar favoravelmente a medida do Bloco de Esquerda, mais uma incoerência.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): O senhor sabe o que é fazer uma greve de fome?

O Orador: Hei pá, não tenho culpa, são as suas.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, contradições? Ó Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, eu vivo bem com as minhas contradições, mas eu vou dizer-lhe uma coisa, a minha contradição quanto a não concordar com a medida ou achar que ela, estendida à população é um mal menor, não tem contradição nenhuma, é um mal menor até que se arranje outra solução, que é o que deve acontecer, e, também lhe

digo, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, muito mal está a Sra. a representar, a Sra. agora é Deputada Regional e o que a Sra. está a dizer, é que na qualidade de Deputada Regional, admite como um critério adequado...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor é que não é nada! Vive no espaço!

O Orador: ... que uma criança no Faial não receba o apoio à natalidade para que todas as crianças de São Jorge recebam, certo!? É!

Quanto ao Sr. Vice-Presidente, Sr. Vice-Presidente, muito obrigado, pelos seus contributos, eu gostei bastante de o ouvir, olhe gostei bastante de o ouvir, quando o Sr. disse que isso é um critério experimental, o Sr. quando defendeu a criação do COMPAMID, o Sr. não o defendeu em critério experimental, é para todos, não foi!? Nessa altura, não era experimental, era experimental para todos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não foi para todos não senhor!

O Orador: Mas escalonado, este agora é que não é escalonado, ou é tudo ou é nada, mas digo-lhe mais, Sr. Vice-Presidente, o Sr. falou em oportunismo político, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Seu!

O Orador: ... ó Sr. Vice-Presidente, oportunismo político é o Sr. estar a aproveitar uma ideia que foi do partido que eu na altura representava, uma ideia que foi proposta por mim do aumento do “cheque pequenino” e o Sr. anda a fazer bandeira dela o resto da legislatura, oportunismo político, Sr. Vice-presidente, oportunismo político. E não venha aqui, o Sr. Vice-Presidente com “conversa da treta” passo expressão, de que, aí vai faltar o dinheiro para aqui, para ali e para acolá, ó Sr. Vice-Presidente, o Sr. não está falando com miúdas e miúdos de 12 anos, o Sr. está falando tudo com gente adulta, portanto, o Sr. não nos venham explicar como é que funciona a estrutura dos recursos que o Governo tem ao seu dispor, porque já todos percebemos como é que elas funcionam.

Relativamente ainda a uma outra situação, o Sr., na sua declaração deu por incapaz os funcionários da sua Secretaria, o Sr. ao dizer que a fiscalização do mecanismo para aquisição de outros produtos não era possível, que ia haver más compras, que não sei quantos, o Sr. está dizendo que os funcionários da Secretaria eram incapazes de fiscalizar, se uma alcofa era uma alcofa, se um biberon era um biberon, ó Sr. Vice-Presidente, outra vez mais uma incoerência, o Sr. acabou de...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Foi na Loja no Mestre André, que tem tudo para o bebé!

O Orador: ...valorizar as pessoas que estão fazendo o inquérito e está desvalorizando as outras pessoas que eventualmente iam fiscalizar as faturas, hei pá, sinceramente.

Quanto à execução do alargamento para passar para lá só as farmácias, ó Sr. Vice-Presidente, se o Sr. tiver dúvida, como é que se faz um regulamento que seja justo, olhe, vá ao site da Câmara de Ponta Delgada e perceber como é que eles fizeram o regulamento para resolver este assunto, com equidade, com justiça, com fiscalização e com a universalidade.

Outra coisa, e, que essa para mim, sinceramente, constrangeu-me bastante e é nessas alturas, Sr. Vice-Presidente, que eu muito valorizo a República, quando eu vejo...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor na República não falava!

O Orador: ... uma pessoa como o Sr., que veio de famílias humildes, conforme já falamos...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Com muito orgulho!

O Orador: ... com muita honra e agora vem para aqui com a conversa do a “loja do Mestre André”.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Que tem tudo para o bebé!

O Orador: Ó Sr. Vice-Presidente, o Sr. devia-se pôr em sentido para falar dos “Mestres Andrés” desta Terra, os “Mestres Andrés” merceeiros, que muitas vezes sustentaram famílias, aguentando até que elas pudessem pagar, o seu pai foi um deles e o Sr. agora vem com esse tom depreciativo falar dos “Mestres Andrés” dessa Terra, tenha vergonha, Sr. Vice-Presidente, tenha vergonha.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É na loja do Mestre André que tem tudo para o bebé!

O Orador: Muito mais estaríamos se tivéssemos numa monarquia, se os cargos fossem definitivos, o que é que seria o Sr. se pensasse que nunca perderia a cadeira? O Sr. percebendo que essa cadeira temporária já fala de cima para baixo dos “Mestres Andrés” desta Terra, imagine-se se o cargo fosse por tempo indeterminado? Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo.

Sr. Deputado Carlos Furtado, V. Exa. fez aqui uma intervenção completamente destemperada, porque não se concorda com V. Exa., porque se disse que o seu projeto estava mal construído, V. Exa. não conseguia explicar, que era incoerente e, portanto, isso é a democracia, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (PS): Ontem é que não era democracia!

O Orador: Ou seja, eu tenho a opinião sobre o seu diploma e o que fiz foi exprimir-lhe a opinião sobre o que o Sr. aqui apresentou, portanto, é algo que é deficiente, é algo que não está bem argumentado, é algo que não está estruturado, é algo que não faz sentido, e, portanto, o Sr. cada vez que se discorda de V. Exa. vem com a ofensa pessoal.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): Qual foi a ofensa pessoal?

O Orador: Oiça uma coisa, a democracia não é isso, a democracia, se não consegue construir argumentos, se não os consegue construir o Sr. então aqui não está a fazer nada, porque o Sr. responde a argumentos com argumentos não é com ofensa pessoal, o Sr. vem aqui, o Sr. fez uma greve de fome, pois fiz! E tenho muito orgulho de a ter feito e voltaria a fazer a partir do momento em que há uns alunos de uma ilha que não podem ter acesso às refeições escolares, o Sr. era capaz de o fazer? Eu fi-lo com muito sofrimento físico e com muita coerência e digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado, tenho muito orgulho de o ter feito, muito, e, nas mesmas circunstâncias, voltava a fazer outra vez, fica a saber.

E eu espero que V. Exa. conseguisse fazer a mesma coisa e vou-lhe dizer, porque estou aqui com total honestidade na minha vida, com total integridade na minha vida a combater com os ideais, Sr. Deputado, e fazer aquilo que é necessário para os alcançar.

Deputado Carlos Furtado (Indep.): também eu!

O Orador: E vou-lhe dizer outra coisa, quando cheguei a esta Casa não existia um museu, um único projeto museológico na ilha, percebe? Na ilha do Corvo e eu avancei com a doação de um edifício, Sr. Deputado...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e eu tenho combatido ao longo destes anos todos, com greve de fome, sim, voltava a fazer, com a doação de um edifício para se fazer um museu que não existia naquela ilha, sim e voltava a fazer, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e o que tenho feito tem sido por coerência e porque acredito naquilo que faço, acredito no serviço público e acredito que tenho que fazer. Ó Sr. Deputado, agora oiça, agora oiça! O Sr. Deputado, se tiver a mesma coerência, é o que Sr. Deputado faria também na sua atividade política, porque o Sr. Deputado, não tem o direito de vir aqui ofender ninguém, não tem o direito de vir aqui ofender

ninguém, a partir do momento em que se discorda de V. Exa. apresente argumentos, apresente argumentos políticos, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... defenda as suas propostas com argumentos técnicos, oiça, um projeto piloto, quer que eu lhe leia o que é que é um projeto piloto? Vou-lhe ler o que é que está no dicionário, isso era uma boa coisa que V. Exa. já podia começar por fazer, para saber o que é que é um projeto piloto. Olhe um projeto piloto - é um “projeto cuja aplicação prática visa servir de primeira experiência para se aferir da sua eficácia”, que é o que o projeto está a ser feito por parte deste Governo, portanto, o Sr. venha com argumentos, não venha com ofensas pessoais porque não diminui os outros, diminui-se a si, Sr. Deputado.

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Furtado pede a palavra para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, queira-me por favor indicar em que é que eu ofendi pessoalmente o Sr. Deputado Paulo Estevão na intervenção que fiz. Muito obrigado.

Presidente: Ó Sr. Deputado, eu não lhe consigo dizer, naturalmente que o Sr. Deputado Paulo Estevão e cada um que foi alvo da sua intervenção é que poderá fazer essa avaliação e ver se foi ofendido ou não.

Pergunto se há mais inscrições? Vamos votar o **Projeto de Resolução n.º 168/XII** – “**Universalidade na atribuição do programa Nascer+**”,

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 168/XII, foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 a favor do BE e 1 do Deputado Independente e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado pede a palavra para uma declaração de voto, tem a palavra.

(* **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente para dizer que obviamente tinha que votar favoravelmente a iniciativa que aqui trouxe e que da minha parte fiz tudo o que poderia para criar universalidade de um direito aos cidadãos da Região Autónoma dos Açores, cada um é responsável pelos seus atos, eu sinto-me responsável pelos meus e foi com orgulho que trouxe essa iniciativa aqui à Assembleia Regional, o resultado dela, pois o resultado dela apenas deixa-me a vontade de continuar a lutar pelos ideais e continuar a tentar ser diferente nesse espaço. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves, faz favor, para uma declaração de voto.

(* **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O PAN votou contra esta iniciativa não, porque não concorda com a iniciativa porque concorda com a ideologia, obviamente que veio desta iniciativa, mas, há um problema, isto é um projeto piloto, o próprio PAN meteu o rastreio do cancro do pulmão como um projeto piloto, não vou a meio da história, mudar a retórica e querer que seja a tempo inteiro, essa é a diferença. De resto, concordo plenamente com aquilo que esta iniciativa tem, apenas que aguardemos pelo projeto piloto,

vamos retirar essas conclusões e daí seguir para a Região Autónoma dos Açores e por todos os Concelhos. Obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Mas há um equívoco aí!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos avançar então para o nosso ponto 8 da nossa agenda - **Projeto de Resolução n.º 169/XII – “Exigência do cumprimento do contrato-programa de financiamento da Universidade dos Açores”**, é uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo

A Universidade dos Açores é um dos pilares da Autonomia e tem contribuído fortemente para o desenvolvimento da Região, nas suas mais variadas áreas de atuação, e para a qualificação dos açorianos ao longo dos seus quase 50 anos de existência.

A academia açoriana constitui, igualmente, um instrumento fundamental na consolidação do sistema autonómico regional.

A atividade da Universidade dos Açores tem sido colocada em causa por sucessivos Governos da República, tendo em conta os sobrecustos devidos à insularidade e à ultraperiferia que condicionam a sua ação.

A tripolaridade e os custos acrescidos da insularidade são entraves ao crescimento da Universidade dos Açores e ao desenvolvimento de projetos de investigação.

Estes sobrecustos foram também reconhecidos pelo XIII Governo Regional, que tem tomado medidas concretas para mitigar os efeitos do subfinanciamento da Universidade dos Açores.

Desde que tomou posse, a 24 de novembro de 2020, o XIII Governo Regional já financiou a Universidade dos Açores em mais de quatro milhões de euros,

nomeadamente através dos apoios à tripolaridade e a diversos projetos e iniciativas da própria academia.

Todavia, é da responsabilidade do Governo da República o financiamento do ensino superior e as Universidades das Regiões Autónomas não são exceção.

Em fevereiro de 2020, foi anunciado, pelo então Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, um contrato-programa de reforço do financiamento da Universidade dos Açores, que previa transferências anuais de 1,2 milhões de euros até 2023, como compensação para os sobrecustos derivados da insularidade e da tripolaridade.

No entanto, o prometido reforço do financiamento da Universidade dos Açores nunca foi cumprido pelo Governo da República do Partido Socialista, com consequências lesivas para o desenvolvimento da academia.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Muito bem!

O Orador: Em julho de 2022, a atual Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior afirmou que o contrato-programa de financiamento anunciado em 2020 “vai ser revisto” e que tal compromisso com a Universidade dos Açores iria “ser honrado”.

Na mesma altura, a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior chegou ao ponto de assegurar que a revisão do contrato-programa de financiamento estava em “fase final de assinaturas”.

No entanto, embora a governante tenha reiterado o compromisso de executar o contrato-programa de financiamento da Universidade dos Açores, nada foi feito pelo Governo da República do Partido Socialista mais uma vez.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): É verdade!

O Orador: O Orçamento do Estado para 2023 trouxe as promessas de sempre para a Universidade dos Açores, ao determinar, no seu artigo quinquagésimo quarto, que o Governo da República, “tendo em vista o reforço do financiamento plurianual

e a capacitação institucional da Universidade dos Açores, implementa o contrato-programa”.

Tendo já decorrido cerca de oito meses após a aprovação do Orçamento do Estado para 2023 e estando a revisão do contrato-programa em “fase final de assinaturas” há um ano, é inaceitável que o reforço do financiamento da Universidade dos Açores continue a ser sucessivamente adiado pelo Governo da República do Partido Socialista.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Assim, propomos que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exija que o Governo da República execute, até 31 de dezembro de 2023, o contrato-programa de reforço do financiamento acordado com a Universidade dos Açores em fevereiro de 2020, dando cumprimento ao disposto no artigo quinquagésimo quarto do Orçamento do Estado para 2023. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Sandra Dias faria tem a palavra, faça favor.

(*) Deputada Sandra Dias Faria (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A propósito do Projeto de Resolução trazido pela coligação com a exigência do cumprimento do contrato programa de financiamento da Universidade dos Açores, antes de mais, quero reiterar aquela que é a posição já de há muito do PS/Açores no reconhecimento que a Academia açoriana, conta já com 47 anos de existência, tem no desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, na formação dos quadros superiores que dotaram empresas e a administração pública desta Região, para que também hoje estejamos no patamar em que estamos, mas também

reconhecer aquele que é o seu papel no desenvolvimento, conhecimento científico orientado para aquelas que são as áreas de interesse da Região, nomeadamente estou a falar do Mar da Agricultura, Sismologia, áreas que são de interesse particular para a nossa realidade.

Dizer também que esta produção de conhecimento nos últimos anos e também pela mão dos Governos do Partido Socialista, foram ganhando peso naquela que é a importância da transferência de conhecimento produzido na Academia para o tecido empresarial e para contribuir para um maior retorno para a própria economia e para o próprio desenvolvimento da Região.

Outra questão que tenho aqui a relembrar, e que, por este motivo, foi durante anos o PS/Açores, enquanto os seus Governos nortearam aquela que era a ação nesta área, foram responsáveis por desenhar o sistema científico que temos hoje na Região.

Portanto, hoje o sistema científico dos Açores é um resultado daquela que foi uma aposta dos anteriores Governos do Partido Socialista, criando condições para que projetos não só desenvolvidos totalmente por investigadores da Região, mas também trazer outros investigadores e redes de investigação associarem-se a projetos na Região que possam efetivamente dar resposta àquelas que são as nossas necessidades em diversas áreas e relembro, por exemplo, uma área que nos é muito cara, a área do Mar e estando aqui na ilha do Faial, relembro aquela que foi a aposta do Governo Regional do Partido Socialista no desenvolvimento do DOP, num investimento de 4.6 milhões de euros, totalmente financiado pelo Governo Regional.

E no seguimento deste reconhecimento e desta aposta por parte do PS/Açores é também importante dizer que ao longo das últimas duas legislaturas os Governos do Partido Socialista investiram mais de 12 milhões de euros em projetos de investigação em contexto do sistema científico regional, em contexto empresarial e também no financiamento à internacionalização.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E o contrato Programa?

A Oradora: E é neste seguimento e em coerência com este apoio, que foi sempre reiterado pelos Governos do Partido Socialista à Academia açoriana, que o PS/Açores, também junto com o Governo da República defendeu e defende a Universidade dos Açores, e, se hoje estamos aqui a discutir este Projeto de Resolução, estamos a fazê-lo porque o anterior Governo Regional, na pessoa do seu Presidente, teve grande contributo para a definição do contrato que hoje aqui definimos de um 1.2 milhões de euros por ano durante 4 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É mesmo por isso que estamos aqui!

A Oradora: E, portanto, não fosse esta ação, hoje não teríamos esta discussão e não teria esta oportunidade do apoio por parte do Governo da República à Academia açoriana. E se o PS/Açores, enquanto Governo, defendeu os interesses da Academia açoriana, hoje na posição em que estamos, continua a fazê-lo e basta relembrar as declarações recentes do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a esta situação e passo a citar, quando questionado sobre a falha do Governo da República no pagamento ou na concretização desse contrato programa, dizia o seguinte: “se me falar no caso da Universidade dos Açores, claramente que não estou satisfeito porque aqui há uma falta de palavra à palavra dada já deveria ter sido resolvido” e não foi a primeira vez que o fez, estas são declarações do passado dia 14 de junho.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: E, ainda em 2021, também o Deputado Vasco Cordeiro dizia e acusava, em resposta àquilo que foram afirmações à data do Ministro da Ciência, dizendo que: “em primeiro lugar, estará sempre a Universidade dos Açores, os interesses dos Açores e dos açorianos e em coerência com isso, hoje continuamos ao lado da Academia açoriana e votaremos favoravelmente o atual projeto de resolução.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De facto, a Universidade dos Açores, desempenha um papel fulcral no desenvolvimento da Região, tendo feito ao longo de quase toda a história da autonomia e tem que continuar a cumprir esse papel, e, para isso precisa efetivamente de recursos, precisa dos recursos que aqui estamos a falar no âmbito deste Projeto de Resolução, precisa de um financiamento estável, precisa também de apoio ao nível do Governo Regional e a Universidade dos Açores precisa também, respeitando naturalmente toda a sua autonomia, de se atualizar, de se modernizar, de estar em constante inovação e a responder constantemente às necessidades da Região, porque esse é o seu grande papel ao nível do desenvolvimento do conhecimento, da investigação e do ensino superior, porque efetivamente não há universidades sem alunos e sem ensino superior e esse papel da Universidade dos Açores é insubstituível e tem de ser apoiado e fomentado.

No que respeita à proposta que nos traz a coligação sobre um assunto que, por demasiado tempo está na agenda política, nós, efetivamente, só temos algo a dizer é que este compromisso assumido pelo Governo da República não pode ser uma promessa eternamente adiada, isto tem que ser concretizada e para além de ser concretizada, tem que ser atualizada à luz da nova realidade, do passar do tempo, porque afinal de contas, já passaram 3 anos, e, efetivamente, é preciso olhar não só para aquilo que foi o compromisso de 2020, mas também para aquele que é o futuro e a realidade imediata e para os futuros desafios da Universidade dos Açores.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda irá naturalmente votar favoravelmente este Projeto de Resolução da coligação. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo

O Partido Socialista, em resposta a esta iniciativa apresentada pela coligação, vem a esta Casa em vez de querer responsabilizar o Governo da República pelo não financiamento, por não cumprir com aquele que foi o seu compromisso vem demonstrar que o único interesse, o único propósito do Partido Socialista neste momento é a defesa do Sr. Deputado Vasco Cordeiro e do PS/Açores, e, é incoerente da parte do Partido Socialista, porque aquilo que nós percebemos da intervenção da Sra. Deputada Sandra Dias Faria é de que o PS de Vasco Cordeiro defende uma coisa e o PS de Francisco César, defende outra.

Deputada Ana Luís (PS): Onde o senhor já está!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: Isto demonstra claramente a incoerência do Partido Socialista. Nós não podemos esquecer daquilo que foi deixado da audição da Sra. Reitora aquando da realização da Comissão.

Deputado Carlos Silva (PS): E a taxa turística foi coerente?

O Orador: Não podemos esquecer que este financiamento, a realização deste contrato programa vem trazer um maior potencial à Universidade, quer na reabilitação da sua infraestruturas quer na fixação de quadro pessoal altamente necessário e estratégico para o desenvolvimento da nossa Academia, quer para corresponder com aquelas que são as ambições e os anseios dos jovens açorianos no que diz respeito à realização da sua licenciatura.

E isto faz toda a diferença, não podemos, por um lado dizer que precisamos de mão-de-obra mais qualificada, não podemos, por um lado dizer que precisamos de açorianos mais qualificados e por outro não cumprir com a palavra dada e nisto, Sras. e Srs. Deputados, para terminar e nisto, o Governo Regional tem sido exemplar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado João Vasco Costa (PS): Mentira!

O Orador: ...palavra dada é palavra honrada com este Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental. Vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço, voltamos às 15h00.

Eram 13 horas.

Eram 15 horas e 09 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Estava inscrita a Sra. Deputada Sandra Dias Faria a quem dou a palavra.

(*) Deputada Sandra Dias Faria (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Antes da interrupção para almoço e após a intervenção que foi proferida da bancada do Partido Social Democrata pelo Deputado Flávio Soares, pedi a palavra apenas para clarificar o seguinte, hoje, o Partido Social Democrata demonstrou uma vez mais, que a sua primeira preocupação é falar do Partido Socialista, é centrar a sua

narrativa na relação do Partido Socialista com a República e fazer disto uma bandeira na discussão de todos e quaisquer diplomas que aqui passam...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que tenham por base alguma relação entre o Governo Regional ou entre a Região e a República.

E, tal como fizeram ontem no diploma do apoio às grávidas deslocadas, remeteram para segundo plano aquela que deve ser a nossa preocupação e discussão dos interesses da Região para, em primeiro lugar, colocar a discussão e centrar a discussão no Partido Socialista, e, na intervenção que fiz, nada mais foi do que apresentar o histórico do PS/Açores relativamente àquele que foi o apoio dado ao longo dos vários anos à Universidade dos Açores e reiterar que, à semelhança do que foi feito no passado, mantemos a nossa posição de apoio à Universidade dos Açores, mantemo-nos ao lado dos interesses da Universidade dos Açores e, como tal, reforço e reitero aquele que foi o anúncio feito de votar favoravelmente esse Projeto de Resolução em defesa da nossa Academia e da nossa Região.

Deputada Ana Luís e Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Deixem-me que volte aqui a referenciar aquilo que eu considero que está aqui em discussão do ponto de vista sistémico, o que nós temos do ponto de vista sistémico é, um Governo da República que não cumpre as suas obrigações com a Região Autónoma dos Açores, esta é a questão!

Em diferentes níveis, em diferentes níveis, nos apoios aos diferentes setores de atividade em que considera apenas que os projetos nacionais começam e terminam no território peninsular ou também no caso em apreço, nós aqui o que temos é, no caso da Universidade dos Açores, é um incumprimento também em relação à Universidade dos Açores também aqui, e, veja-se o que disse a Sra. Reitora, Reitora Susana Mira Leal, na Comissão, disse desconhecer o motivo que leva ao Governo da República a falhar no compromisso assumido com a instituição.

E, portanto, isto é que é incompreensível quando o Governo da República diz todos os dias que está com os cofres cheios, que tem uma grande capacidade financeira e não se percebe é porque é que está a falhar em temáticas tão importantes, porque é que está a falhar com a Universidade dos Açores, porque é que está a falhar nos outros setores todos, porque é que está a falhar no “Furacão Lorenzo” ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sabotagem política!

O Orador: ... e eu, não tenho nenhuma dúvida que a motivação do Governo da República é uma motivação pura e simplesmente partidária, não há aqui na gestão destes dossiês, também na gestão da Universidade dos Açores, outra motivação que não seja o tentar condicionar o Governo Regional, tentar criar aqui uma série de condicionalismos, tentar aqui que seja o Governo Regional a substituir-se àquelas que são responsabilidades nacionais, isto para quê? Para tentar condicionar o Governo Regional, retirando-lhe o máximo de financiamento possível, de forma a que o Governo seja depauperado, o Governo Regional seja depauperado do ponto de vista daquele que é o esforço que tem que fazer, substituindo o Estado em setores fundamentais e que são do compromisso do Estado, é uma obrigação constitucional, é a divisão Autónomica que foi feita, ou seja, há responsabilidades do Estado e há responsabilidades que são da Região. É evidente que o Estado não está a cumprir a sua parte, também neste caso da Universidade dos Açores, mas não o está a fazer não é por, como em outras situações, o Governo da República dizia, bom, há uma situação económica calamitosa no conjunto do país e por isso

o que está a acontecer está a acontecer em todo lado, não, aqui para os Açores a motivação é uma motivação política, de perseguição política para tentar forçar uma alteração política nos Açores, essa é que é a questão, ou seja, há uma perseguição política ao povo dos Açores.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias.

Dar aqui algumas notas em nome do Governo Regional relativamente a esta matéria.

A primeira nota é que o XIII Governo Regional tem vindo a ter uma preocupação efetiva e concretizada com a Universidade dos Açores, recorde que em 2020, o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores era de 350 mil euros e agora são 800 mil euros e, portanto, estamos a falar de mais 450 mil euros em 2023 do que aconteceu em 2020, isto são compromissos assumidos e cumpridos, e, aqueles que defendiam há muito tempo o reforço do apoio à tripolaridade e que tiveram sucessivas propostas chumbadas aqui neste Parlamento, agora que têm responsabilidades governativas, estão cumprindo aquilo que defendia desde essa altura, coerentemente, cumprindo ao colocar no Plano e Orçamento e cumprindo ao concretizar este aumento de 450 mil euros em 2023 relativamente a 2020.

Mas, Sra. Deputada Sandra Dias Faria, não foi o Governo que chamou aqui a este debate a intervenção do Deputado Vasco Cordeiro, foi a Sra. Deputada, se me

permite, é que o fez, e, o que veio a Sra. Deputada aqui dizer é que quando isto se cumprir deve-se ao Deputado Vasco Cordeiro, foi o que a Sra. disse, e, portanto, é evidente que é incontornável concluir que se a Sra. Deputada, entende isso, também deve entender que se assaquem responsabilidades a quem não tem cumprido até aqui e a quem prometeu e não conseguiu que se fizesse cumprir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não é só esse caso, a Sra. Deputada Sandra Dias Faria, talvez não se recorde, mas em 2012, o então candidato a Presidente do Governo que a Sra. Deputada referiu, Dr. Vasco Cordeiro, prometeu os chamados “matching funds”, que por cada euro de investimento que a Universidade conseguisse de privados colocaria mais um euro do apoio regional, do que é que isto resultou?

Deputado Flávio Soares (PSD): Zero, bola!

O Orador: Zero! O que é que resultou o compromisso assinado em ano eleitoral para a Universidade dos Açores pelo Governo da República? Zero!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E, portanto, como é que poderemos fazer se o cumprimento de (impercetível 00:08:42) eventual numa promessa que está em atraso do Governo da República, devemos parabenizar o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e agora por todos estes incumprimentos dele e do partido dele, não responsabilizamos ninguém, Sra. Deputada, temos que ter aqui um pouco de coerência e foi a Sra. Deputada que trouxe esse assunto aqui a este debate e com toda a clareza eu tenho que contraditá-la neste sentido.

De resto, é bom lembrar que já apresentámos a público algumas contas relativamente aos incumprimentos da República, é bom que lembremos aqui de novo também somando esta parcela, não quer dizer que fossem para o Orçamento Regional, mas para os Açores e entidades regionais estamos a falar dos 60 milhões de euros do “Furacão Lorenzo” ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sobre isso o PS não diz nada!

O Orador: ... estamos a falar dos 9.5 das obrigações de serviço público, que a SATA é que está a suportar, estamos a falar dos 15 ou 17 milhões de euros que deviam vir para os agricultores, estamos a falar de 4,8 milhões para a Universidade e nem estamos a falar ainda da TSU...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ...que teve descontos para as empresas nacionais por via do acordo de parceiros e aqui não teve.

Isto, estamos a falar de mais de 90 milhões de euros de euros que o Governo da República está em falta para com os Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: Ora, se fosse o contrário, como já aconteceu, era um Governo da República de outra cor e aqui nos Açores era do PS bom, isto caía o Carmo e a Trindade, rasgavam-se vestes como se rasgaram a certa altura. Agora, em vez de encontrarmos aqui defensores destas causas açorianas, encontramos desculpas de alguns para os incumprimentos da República e neste caso só por estas parcelas que eu dei são mais de 90 milhões de euros, mais de 90 milhões de euros que estão em causa, para a Universidade são 4.8, em contrapartida, apesar do Governo da República, desde logo para o Orçamento Regional, não ter habilitado os 60 milhões de euros do “Lorenzo”, apesar disso, a Região e o Governo Regional está cumprindo e dando mais 450 mil euros que o Governo socialista dava em 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É esta uma diferença substantiva, clara de quem promete e cumpre e de quem promete e não cumpre, e, de quem antes era contra o valor mais

substantivo para a tripolaridade e agora ainda critica o Governo Regional num conjunto de circunstâncias.

Ainda para mais pelas alegações que a Sra. Deputada Sandra Dias Faria que quer que nós parabenizamos alguém por algo que foi incumprido...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e que no dia que for cumprido, vamos dar parabéns, mas, entretanto, estamos todos do mesmo lado coitadinho do Governo da República e o Orçamento da Região e a Região que se aguenta...

Deputado João Vasco Costa (PS): E quando os senhores não cumprem como é? Também querem que a gente dê os parabéns?!

O Orador: ... que é para isso que aqui está, é para isso que aqui estamos, mas também é para reivindicarmos todos nós, os 60 milhões de euros do “Lorenzo”, os 15 a 17 dos agricultores, os 9.5 das OSP’s, os 4.8 da Universidade, o apoio da TSU às empresas açorianas, é para tudo isso que aqui estamos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e que é para isso que o Governo Regional e quem o suporta vai continuar a defender, esperamos que um dia, tal como agora já temos o Partido Socialista a defender o cumprimento dos 4.8 da Universidade, possamos ter o Partido Socialista a defender este valor global de 90 milhões de euros que está a faltar aos Açores da República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Esta iniciativa da coligação surge, e, como disse agora anteriormente o Sr. Secretário Regional, efetivamente, por mais um incumprimento daquilo que são os compromissos assumidos com esta Região por parte do Governo da República, neste caso em concreto, com a Universidade dos Açores, a verdade é que em 2020 foi anunciado este contrato programa e que a Universidade e muito bem iria receber 1,2 milhões de euros por ano, mas a verdade é que passou 2021, 2022, estamos em 2023 e, é verba que ainda a Universidade nunca viu e que tem como foi também dito e transmitido no âmbito da Comissão que tem causado constrangimentos à Universidade, a verdade é que este subfinanciamento condiciona a própria atividade da Academia, existem investimentos que são urgentes, que esta não consegue fazer e claro que é algo que nos preocupa e que reivindicamos, até porque já estamos em julho, existe uma norma no Orçamento de Estado exatamente para que se cumpra este compromisso assumido e o tempo vai passando e a verdade é que nos parece, oxalá que não, que seja mais 1 ano que passe sem este compromisso, tão importante, seja assumido com a nossa Academia.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Todos nós que estamos aqui nesta Casa, reconhecemos a importância da Universidade dos Açores, da sua tripolaridade, o próprio Governo Regional, como disse o Sr. Secretário, e bem, tem também reconhecida essa importância até neste aumento substancial, no apoio de mais 450 mil euros e é preciso também que o Governo da República assumira aquilo que se comprometeu.

E, os nossos receios, relativamente a esta matéria, para além daquilo que é o não cumprimento de algo que já devia de ter chegado e que foi assumido em 2020, estando nós agora em 2023, porque parece aqui também por parte do Partido Socialista, quando o Governo não executa ou está a executar algo, parece que este tempo de legislatura de governação na Região é muito tempo, mas parece que este tempo 2020 a 2023 que o Governo da República ainda não cumpriu não é tempo nenhum.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

A Oradora: E, por isso parece-nos que as coisas não são assim, no âmbito da Comissão e a nossa ressalva, e apesar da própria Reitora ter assumido que não tinha nenhum compromisso escrito por parte do Governo da República que iria cumprir, mas que o Sr. Deputado da República já tinha contactado com ela a dizer que o Governo da República ia cumprir, mas o certo é que efetivamente não existe esse compromisso e a resposta àquilo que foi o ofício enviado por parte da Universidade quanto a esta preocupação.

E, a nossa preocupação prende-se aqui em duas matérias principalmente, quer pelo facto de a Universidade tem de receber esta verba, que era uma verba anual e que devia ter recebido durante esses anos todos e não recebeu, mas também, pelo facto e estar aqui na penumbra e na dúvida, como é que esta verba vai chegar à Universidade dos Açores? Se vai chegar pelo cumprimento do contrato programa que foi assumido ou se por via daquilo que é negociação relativamente ao novo formato e ao financiamento da Universidade dos Açores, e, esta questão preocupa-nos, e preocupa-nos, porque no nosso entendimento é preciso também perceber todo aquele investimento que a Universidade podia ter feito durante estes anos e que não o fez, porque a verba não chegou...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e isso tem que ser considerado...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... no pagamento desta verba à Região, tem que ser considerado nesse modelo de financiamento, em que termos é que isso vai ser pago, porque devia ser pago de uma tranche só, porque estamos há anos à espera desta verba e isso são tudo questões que nos preocupam...,

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que são pertinentes e por isso esta iniciativa, porque é uma preocupação que já se arrasta...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e que, sem dúvida que agora que estamos no mês de julho de 2023, esta Norma do Orçamento de Estado tem que ser cumprida com a Região, à semelhança de todos os outros compromissos que até agora não foram assumidos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(* Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CHEGA irá naturalmente e obviamente aprovar este Projeto de Resolução e este aqui é mais um exemplo de como a República, como o Governo Socialista da República, porque é assim que as coisas devem ser ditas, despreza os Açores, a sua autonomia e as suas instituições, dizer que a Universidade dos Açores é algo muito bom, nós já todos sabemos, até podemos pôr um cartaz à porta, não é isto! Dizer fazer um autoelogio que o Governo Socialista fez isso ou aquilo, muito bem, era a vossa função, agradecemos e temos sempre que agradecer terem cumprido, terem cumprido.

Agora, o que eu quero saber é o que é que o Partido Socialista dos Açores fez para resolver esse problema...

Deputado Flávio Soares (PSD): E que é a questão!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Zero!

O Orador: ...isto é que eu não sei, esta parte é que eu não conheço, os Srs. vão ter de esclarecer isto perante os açorianos, não é para mim, que eu de vocês não preciso de grandes esclarecimentos, expliquem é aos açorianos porque é que isto não está resolvido, têm Deputados na Assembleia da República que a única coisa que sabem fazer é bater palmas ao Governo de António Costa, eu gostava de bater, mas era com os pés, não era com palmas. Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): O parlamentarismo, Sr. Presidente!

Deputada Célia Pereira (PS): Isto é linguagem?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu, sinceramente, pensei que quem vinha a este debate não seria a Sra. Deputada Sandra Micaela, mas sim o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque foram muitas as notas e foram muitas as posições, desde logo, assumidas pelo Sr. Presidente do Governo de então, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que foram noticiadas ao longo dos dias desse suposto acordo que, afinal, não houve acordo nenhum.

Se bem se recorda, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nas suas redes sociais em 5 de fevereiro de 2020, coincidência ou não, ano de eleições, fazia uma publicação a anunciar...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Nunca é coincidência!

O Orador: ...o acordo entre o Ministério do Ensino Superior, a Universidade dos Açores e o próprio Governo Regional, e que este acordo iria vigorar de 2020 a 2023.

E, portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que acordo, afinal, foi assinado neste dia? Acho que o Sr., mais do que ninguém, tem de justificar...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... essa mesma posição tomada na altura, mesmo no Público, foi assumido a realização desse acordo por parte do Governo Regional, mas diz mais, é que diz que o anúncio do reforço do financiamento foi feito pelo Sr. Presidente do Governo Regional, portanto, nem sequer foi pelo Ministério, nem sequer foi pela Universidade, foi pelo próprio Presidente do Governo Regional.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, penso que está na hora de uma vez por todas, três anos e quase no fim do suposto tempo que decorreria este acordo, acordo programa, contrato programa afinal, vir pedir desculpa aos açorianos e à Universidade dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque em todos estes anos não vimos nenhuma diligência realizada por parte do S. Exa., nem junto do Governo da República, nem nenhuma posição assumida, ...

Deputado Pedro Neves (IL): Não é verdade! Veja em 2019!

O Orador: ... relativamente a este assunto, a não ser boas intenções em mais notas, em mais artigos, mas diligências assumidas, foram zero e, portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, está na hora de pedir desculpa de prestar contas aos açorianos, afinal, que acordo foi este que, afinal de contas não foi celebrado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que, nesta matéria, a posição do Partido Socialista é muito clara, foram acordados determinados termos entre o Governo Regional, o Governo da República, a Universidade dos Açores e a FLAD, e, da parte do Governo da República até este momento, esse acordo não foi cumprido.

Em segundo lugar, dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores, enaltece todo o trabalho que os Deputados do PS/Açores na Assembleia da República têm desenvolvido à volta deste assunto.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Oh sim!!

Deputado Flávio Soares (PSD): Que resultados é que tiveram?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É zero!

O Orador: Este tem sido um assunto que, tem constituído uma das principais preocupações a que os Deputados do PS/Açores na Assembleia da República têm dedicado o seu trabalho e o seu esforço para que efetivamente sejam cumpridos os termos daquilo que foi acordado nessa altura.

Eu não vou repetir aquilo que, já em diversas circunstâncias, inclusive nesta Assembleia, já disse por diversas vezes, o Sr. Deputado Flávio Soares pode-se dedicar a recolher mais recortes de imprensa para esse efeito.

Há, contudo, uma afirmação do Sr. Secretário Regional das Finanças que não corresponde à verdade, e, que interessa esclarecer, em primeiro lugar o contrato não é entre o Governo Regional e o Governo da República, não é sequer entre a Universidade dos Açores e o Governo da República, o contrato que foi acordado é um contrato entre a Universidade dos Açores, o Governo Regional, a Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento e o Governo da República.

Deputados Joaquim Machado e Carlos Freitas (PSD): Então isso ainda é mais grave!!

O Orador: Relativamente às questões que aqui estão em causa e que eu acho que o Sr. Secretário Regional das Finanças, por lapso, certamente, não referiu, tem a

ver fundamentalmente com a cláusula 5.^a daquilo que foi acordado, e, a cláusula 5.^a também fixa obrigações para o Governo Regional

a título de tripolaridade, e, que foi estabelecido em 350 mil euros, e, que este Governo Regional entendeu aumentar, mas fixa também numa das suas alíneas, aquele que era o cumprimento do que se chamou o contrato para o crescimento económico e criação de emprego que ligava o Governo Regional à Universidade dos Açores e que corresponde aos “matching funds”, ao abrigo do qual foram transferidos para a Universidade dos Açores, perto de meio milhão de euros neste seguimento.

Mas, eu gostava era de perguntar ao Sr. Secretário, se o Governo se revê nos termos desse contrato que foi negociado e acordado, nomeadamente quando a Região assumiu, o Governo Regional assumiu, a obrigação de disponibilizar atualmente, anualmente, 1 milhão de euros de potencial participação regional, podendo ir a um máximo de 5 milhões de euros ao longo do contrato. Faço essa pergunta, não porque o que está em causa nesta resolução seja o cumprimento do Governo Regional do contrato, não é! Tem a ver com a República e sobre isso, a minha posição também já foi clara, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faz essa pergunta para desviar as atenções.

O Orador: ... não, Sr., faço essa referência, em primeiro lugar, porque não é verdade que aquilo que foi o anúncio em 2012 não tenha tido concretização, está aqui a prova de que teve, e, está a prova, sobretudo na transferência de perto de meio milhão de euros para a Universidade dos Açores, ao abrigo desse sistema...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabe o que é isso? É consciência pesada!

O Orador: ... dos “matching funds”, e, em segundo lugar, tem a ver com isso, se o Governo Regional se revê ou, se acha necessário alterar, mesmo que, consideramos que a opção do Governo Regional foi outra, foi reforçar a componente da tripolaridade, mesmo assim está distante dos valores que aqui

constam, mas isso porquê? Porque não estamos a falar de um contrato que liga apenas a Universidade dos Açores ao Governo da República, é um contrato que envolve o Governo Regional, o Governo da República, a Universidade dos Açores e a Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, e, é essa a questão que gostava de deixar aqui.

Relativamente à posição do PS/Açores...

Presidente: Agradeço que termine Sr. Deputado.

O Orador: ... sobre o cumprimento, ela é clara, este contrato já devia de estar cumprido, já devia de estar cumprido, e, tenho razoáveis expectativas que fruto do trabalho dos Deputados do PS/Açores na Assembleia da República...

Vozes dos Deputados das bancada do PSD; CDS. PP: Oh!....

O Orador: ... ele será cumprido ainda antes do termo que essa resolução refere. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Flávio Soares tem a palavra.

(*) Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, eu vou fazer chegar à Mesa o recorte da publicação...

Deputado Berto Messias (PS): Ah não é preciso, não se incomode!

O Orador: ... que foi feita em que diz claramente que o acordo era entre o Ministério, a Universidade e o Governo Regional, coisa que aquilo que o Sr. Deputado referiu dizendo que não era, mas que afinal, na sua publicação datada de 2020, diz que é.

Mas, Sr. Deputado, aquilo que disse foi aquilo que já tinha dito há muito tempo, que é, foi efetivamente assumir o contrato de programa, mas que resultados teve

foi zero e, portanto, Sr. Deputado, palavras leva-as o vento, ações é que não vemos da sua parte. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estevão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Estou dentro do tempo, quando chegar aos 8 minutos e meio, termina, bem, portanto, vou cumprir a minha parte.

Eu quero aqui referenciar o que disse a Sra. Reitora a este propósito, o que disse a Universidade, o que disse a Universidade foi o seguinte, o contrato de programa reporta-se a uma dívida antiga e nada tem a ver com o futuro funcionamento do financiamento global do sistema, e, mais do que isso, o valor de 1,2 milhões de euros durante 3 anos era obrigação do Governo da República e nunca foram pagos, já os governos regionais têm cumprido a sua parte, lembrando que recentemente foi assinado o contrato programa de apoio à organização tripolar da instituição.

Ora bem, o que é importante e o que é referenciado pela própria Universidade é que o Governo da República não cumpriu, não cumpriu as suas obrigações e vem agora o Presidente do Partido Socialista Açores, o Sr. líder parlamentar do Partido Socialista Açores e também o ex-Presidente do Governo Regional, vem agora dizer que este assunto vai ficar resolvido ainda antes desta iniciativa chegar à Assembleia da República, ou seja, o Partido Socialista, só vai resolver esta questão porque a coligação apresentou aqui no Parlamento esta iniciativa que obriga então o Partido Socialista a agir...

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: ... com toda esta celeridade. Já se conseguiram estes propósitos, agora isto em termos de intenções, agora vamos ver é se acontece, porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro sobre esta temática e sobre estes prognósticos já falhou várias vezes, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor também já falhou muitas vezes!

O Orador: ... era antes das eleições, era logo a seguir e agora é antes que isto chegue à Assembleia da República, tem vindo a incumprir constantemente, Sr. Deputado, não fique nervoso, já vai para Santa Maria daqui a pouco.

Mas o que lhe quero dizer é que da parte do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Sr. Deputado, Sr. Deputado, eu não posso aceitar que a Região Autónoma dos Açores, e, que o povo dos Açores, só porque teve outra opção política diferente, porque escolheu terminar com um Governo de 24 anos do Partido Socialista, porque escolheu democratizar a Região, porque um poder de 24 anos era já asfixiante na Região Autónoma dos Açores, venha agora a ser perseguido pelo Governo do Partido Socialista da República permanentemente em todas as questões, eu não posso aceitar isso e penso que V. Exa. tem que ter uma palavra veemente de condenação em relação à atuação constante, frequente em todos os assuntos da parte do Governo de António Costa para condicionar as escolhas livres e democráticas que os açorianos fizeram em relação ao Governo dos Açores, quem governa os Açores são os açorianos, quem decide nos Açores são os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Para dar nota aqui, no seguimento da questão que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro colocou que, como penso que saberá e é público, a Sra. Reitora Susana Mira Leal já fez a referência de que importaria rever este contrato, na opinião dela importaria rever o contrato, na opinião do Governo, também, naturalmente, isso é evidente, já passaram 3 anos, há aqui componentes que não foram cumpridas pela República, como também há componentes que a Região mais que cumpriu no caso da tripolaridade, reforçou aquilo que eram as verbas da tripolaridade e, portanto, nesse sentido é evidente que estamos de acordo com a Sra. Reitora e que, logo que exista o entendimento do que é que a República vai pagar, se é tudo de uma vez se é parte, se aumenta ou não, nós teremos que nos sentar para rever globalmente este entendimento.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O PAN está totalmente de acordo com esta iniciativa, é algo que também nós reivindicávamos e não é só apenas desde o acordo de 2020 até agora que tivemos problemas com o Governo da República e não é uma cabala do Governo da República contra o Governo dos Açores, porque isto já acontecia, e, eu recordo-me até, porque eu também gosto daqui de uns recortes, mas eu não tenho em papel, eu uso o computador, neste caso, esta é a minha cara e que eu já falava relativamente a problemas graves do Orçamento de Estado em 2019, isto é de 2019, Governo do PS lá fora, Governo do PS cá dentro, onde o Ministério já não iria dar a mesma verba do Orçamento de Estado para a tripolaridade dos Açores e tínhamos aí um

maior problema grave em 2019, provavelmente a Universidade não tinha dinheiro para pagar a todos os empregados da Universidade e houve um problema extremamente grave, isto não é um problema de agora, isto não é uma cabala contra um Governo de esquerda contra um Governo de direita, sempre aconteceu, eu volto a dizer exatamente como o mês passado, no Plenário passado, isto é o problema do Governo da República se está completamente a borrar para os Açores, e, nós temos que fazer a união, em vez de estarmos aqui a puxar as cores partidárias, não vamos a lado nenhum ainda por cima, com uma Universidade de tripolaridade, supostamente é uma descentralização em termos de serviços, precisamos obviamente de mais dinheiro, se não houver uma união deste Parlamento, o Governo da República continuará a fazer o mesmo que sempre fez, não dar aquilo que é devido e aquilo que é pedido, neste caso, pelo ex-Reitor da Universidade dos Açores em 2019 e que tivemos graves problemas e foi preciso o Governo dos Açores de outrora tentar fazer um acordo para que isso fosse cumprido, essa é a realidade. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 169/XII – “Exigência do cumprimento do contrato-programa de financiamento da Universidade dos Açores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 169/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto se há inscrições para declarações de voto?

Então o próximo diploma, o 9, é um **Projeto de Resolução n.º 170/XII – “Apoios aos sectores agrícola e pecuário da Região Autónoma dos Açores pelo aumento dos custos de produção”**, é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Patricia Miranda.

Chamava a atenção para aquilo que foi decidido na Conferência de Líderes relativamente aos tempos.

(O Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Paulo Silveira)

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A agricultura como um setor primário e responsável pela produção de alimentos é um pilar fundamental da nossa economia na sociedade em geral.

E até 2020, a agricultura açoriana convergia em todos os setores, desde o leite, a carne, as hortofrutícolas, as frutas, as flores, o mel, o vinho e as florestas.

A agricultura convergia passo e passo para aquelas que eram as ambições de quem produzia e na busca incansável do rendimento justo dos agricultores.

Mais de 16 mil hectares foram afetos à diversificação agrícola, 50 milhões de euros foram investidos na rede regional de abate, mais de 27 milhões de euros foram investidos em infraestruturas agrícolas, distribuídos por 50 km de caminhos permanentes em todas as ilhas, 500 mil litros de metros cúbicos em postos de armazenamento de água e na eletrificação de mais de 400 explorações.

Muito foi feito, mas temos plena consciência que muito ainda há a fazer, em agricultura não há verdades absolutas, sabemos que a realidade de hoje pode não ser a realidade de amanhã, mas que falar de agricultura por mais vontade que haja de olhar para o passado, falar de agricultura é falar do presente, olhando para o futuro.

São reconhecidos por todos os aumentos generalizados dos preços das matérias-primas na Região, aumentos de mais de 40 a 60% no preço da eletricidade, aumentos médios de 85% nos adubos e fertilizantes e de 25% nas rações para animais.

A agricultura atravessa uma crise que teima em persistir, com o disparar do preço destes custos de produção com o aumento das taxas de juro e de energia, a falta de mão de obra, o desacreditar dos jovens no sector e as mais recentes diminuições do preço no produto final, quer no leite, quer na carne. Hoje, mais do que nunca, é tempo de agir, é tempo de refletir sobre as políticas adotadas, tempo de definir prioridades e estratégias, mas pelo meio e o mais importante, é preciso assegurar e proteger todos aqueles que dedicam os seus dias e o seu tempo a um dos setores mais importantes da nossa economia.

É no presente que se ajuda...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Vou desmentir isso tudo.

A Oradora: ... para que amanhã ainda possamos ter agricultores.

Mas, infelizmente, não é isso que tem acontecido, assistimos a um total desinvestimento e retrocesso na agricultura regional, de 2020 a 2023, a agricultura perdeu mais de 53 milhões de euros, exclusivamente por responsabilidade deste Governo e dos partidos que o apoiam.

Será que estas verbas não fazem falta aos agricultores? Para que a nossa agricultura acompanhe as exigências dos mercados, as explorações agrícolas precisam de continuar a investir na sua modernização e otimização, eis o propósito dos fundos comunitários, no entanto, numa altura em que seria esperado colocar todos os meios disponíveis à disposição dos agricultores, assistimos a uma fraca execução do quadro comunitário...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Oh paciência!!

A Oradora: ... tal como o Partido Socialista e o Presidente da Federação Agrícola têm vindo a alertar.

Os últimos indicadores que existem quanto à execução do ProRural+, por exemplo, na medida dos investimentos nas explorações agrícolas e na medida da instalação

de jovens agricultores, colocam a execução de fundos comunitários em cerca de apenas 50%.

A agricultura regional corre o risco de perder ainda mais dinheiros. única e exclusivamente por responsabilidade deste Governo e dos partidos que o apoiam.

Será que os investimentos na agricultura e a aposta nos jovens agricultores não merecem prioridade na ação governativa?

Outro facto que preocupa os agricultores e interfere negativamente na sua sobrevivência são os apoios prometidos por este Governo, mas que ainda não foram pagos.

Apoios que tardam, apoios que mesmo depois de todos os alertas do Partido Socialista e das entidades do setor, depois de tantos agricultores se terem sacrificado e endividado para honrarem os seus compromissos e outros tantos terem abandonado a atividade na esperança de terem liquidez, continuam atrasados e, neste momento, longe de serem suficientes. É o caso do apoio extraordinário pelo impacto da guerra na Ucrânia, prometido em 2022 e o suplemento ao abate dos novilhos prometido em 2021.

Também em atraso, segundo a Federação Agrícola, está a resposta aos pedidos de compensação pelos prejuízos provocados pela “Depressão Óscar”, que afetou, sobretudo a produção de hortofrutícolas.

Neste momento, a Região ainda deve à agricultura regional mais de 8 milhões de euros em apoios prometidos, mas não pagos, única e exclusivamente por responsabilidade deste Governo e dos partidos que o apoiam.

Será que estes apoios na conjuntura em que vivemos não fazem falta aos agricultores? Com as dificuldades e fragilidades que assolam a agricultura, fazem falta! Fazem falta aos agricultores todos os investimentos que não foram concretizados, todos os fundos que não estão a ser executados, todos os apoios que ainda não foram pagos e fazem falta aos agricultores todos os apoios que a bem da nossa agricultura e do seu futuro possam ser desenvolvidos.

Cabe, ao Governo Regional dos Açores, colocar a nossa autonomia ao serviço dos açorianos, ao serviço da agricultura, ao serviço dos nossos agricultores, ...

Deputado Carlos Silva (PS) Muito bem!

A Oradora: ... por exemplo, devolvendo aos agricultores as verbas que o Governo Regional dos Açores do PSD, CDS e PPM, com apoio do CHEGA...

Deputado José Pacheco (CH): Viva o Chega!

A Oradora: ... e Iniciativa Liberal, arrecadou a mais com a inflação e aumento nos custos de produção, passo a explicar, os cofres da Região contam com 140 milhões de euros de receitas fiscais a mais resultantes da inflação só de IVA em 2022, este Governo arrecadou mais 53 milhões de euros do que era esperado, quanto mais as famílias e as empresas açorianas pagam, quanto mais os agricultores pagam, mais o Governo Regional recebe, dessa forma o que se espera é que o dinheiro que este Governo tem a mais à custa da inflação que assola todas as famílias e empresas açorianas, incluindo os agricultores que também têm famílias e também são empresários,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dinheiro a mais?!

A Oradora: ... o que se espera é que este Governo de coligação estivesse capaz de desenvolver por direito parte dessas verbas através de apoios robustos e eficazes. Infelizmente, não é isso que tem acontecido, há uma recusa evidente e um adiamento óbvio deste Governo em criar apoios e em pagar os que já havia prometido.

Se o Governo Regional tem mais dinheiro à sua disposição e não apoia os agricultores açorianos, é porque não quer ou é porque de alguma forma está impedido de o fazer por má gestão do dinheiro público e por más decisões políticas e não é só o Partido Socialista que levanta esta preocupação, são os agricultores pela voz da Federação Agrícola que lamentam e colocam em causa as políticas executadas por este Governo Regional do PSD, CDS e PPM, com apoio do CHEGA e Iniciativa Liberal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os agricultores açorianos precisam de estabilidade, de esperança e de confiança e de um Governo que lhes permita acreditar no futuro.

Só assim, os nossos agricultores, os que são e os que querem vir a ser, poderão ter vontade de avançar e sentir que ali mesmo está o futuro, que terão obviamente que trabalhar, mas que a sua Região reage à sua presença e diz, sim, estamos aqui, vamos ajudar. Quanto a isso, o Partido Socialista responde presente e está como sempre esteve ao lado da agricultura e com os agricultores açorianos.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Ohhhh! Pro lado contra.

A Oradora: Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta à Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte Projeto de Resolução - Recomendar ao Governo Regional que implemente de forma imediata o apoio de compensação ao aumento dos custos de energia no preço final dos bens e serviços transacionados, por contrapartida da estabilização dos preços na componente prevista na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 5/2023/A de 20 de fevereiro.

Recomendar ao Governo Regional que pague até o dia 31 de julho o apoio previsto na Portaria n.º 4/2023 de 2 de janeiro da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, que estabelece as normas de aplicação da medida 22 - apoio temporário excecional aos agricultores, particularmente afetados pelo impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia do programa de desenvolvimento rural da Região Autónoma dos Açores.

Por fim, recomendar ao Governo Regional a implementação de um apoio direto que permita mitigar os esforços acréscimos dos custos de produção nos setores agrícola e pecuário nos seguintes termos, a medida deve ser excecional e temporária para compensar o aumento do custo nos adubos, fertilizantes e rações

para animais, o apoio abranja todos os agricultores e produtores pecuários em nome individual ou coletivo com atividade na Região. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Está apresentado o diploma. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É sempre um gosto falar sobre agricultura e, acima de tudo, permita-me evidenciar aquilo que é comparar os tempos de governação do PS com os tempos de governação desta coligação, para perceber quem é que dá atenção política e financeira e técnica à agricultura e quem é que não dá, nada melhor que evidenciar números, gráficos sobre o passado e sobre o presente.

Nós temos dois anos de governação e é isto que eu vou fazer para que possamos de uma vez por todas perceber que o PS não é amigo da agricultura, nunca foi nem vai ser e, portanto, não tem historial que permita reivindicar apoios, pelo contrário, não tem, há uma demagogia política sobre isto.

Bom, vamos a uma das medidas do ProRural++, por exemplo naquilo que é a medida relativamente à manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, reparem de 2018 a 2020 um decréscimo constante do apoio à agricultura, a partir de 2021 um aumento significativo do apoio.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Ora o apoio relativamente a 2020 foi 62% de apoio financeiro, está demonstrado aquilo que é o decréscimo do apoio à atividade agrícola em zonas desfavorecidas e o aumento significativo de apoio desta coligação à agricultura.

Mas depois relativamente à conservação de pomares tradicionais, aquilo que é obviamente a nossa aposta na produção de fruta, porque queremos ser uma Região produtora de fruta, substituindo a importação, ora reparem de 2018 a 2020 o decréscimo constante em 2021, 2022, um aumento significativo da aposta financeira nesta medida, uma aposta da 91%.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: Mas ainda tem mais, naquilo que é o apoio às curraletas e o apoio do vinho na zona geográfica do Pico, da Graciosa e da Terceira, dos Biscoitos, reparem de 2018, 2019 e 2020 cá por baixo, cá por baixo, razia completa, 2021 e 2022 um aumento significativo de 277% à produção de vinha e de vinho nos Açores.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: Calma, ainda tem mais, ainda tem mais, calma, calma, não acabou, a medida (impercetível 00:49:30) pecuária, Sr. Deputado Pedro Neves, aquilo que é a diminuição do encabeçamento, aquilo que é o apoio às medidas ambientais da pastagem dos animais...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E pagar?

Deputado Berto Messias (PS): Ó senhor e pagar os apoios aos agricultores?!

O Orador: ... reparem 18,19 e 20 sempre a decrescer, 21 e 22 o maior aumento de sempre...

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: ... ao apoio da nossa agricultura, um apoio de 78%.

Mas calma ainda não acabou, a agricultura biológica vejam a razia que era os tempos do PS, vejam a razia dos Governos do PS sempre cá por baixo ora 18, 19 e 20 e aquilo que é 2022 uma aposta substancial nos produtos de naturalidade...

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: ... nos produtos, obviamente na oferta e quantidade da imagem dos Açores, vejam a diferença significativa naquilo que é a aposta na agricultura biológica.

Mas mais, a conservação de sebes vivas para a proteção dos nossos pomares, porque há uma medida de apoio, vejam a diminuição constante até 2020, um aumento significativo 21 e 22, mais uma medida de apoio de reforço substancial.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: Mas mais, uma raça autóctone, a raça do Ramo Grande que o PS se glorificava de dizer que era uma raça importante, vejam aquilo que é a nossa autóctone do Ramo Grande, a diminuição de constantes apoios, em 21 e 22 um aumento significativo de apoios, deste Governo de coligação.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

E agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, relativamente àquilo que é o fim dos rateios do POSEI, o fim dos rateios do POSEI significou de 20 para 21, 8,5 milhões de euros do orçamento regional todos os anos.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: Os agricultores agora sabem com o que é que contam, o prémio anunciado, a ajuda anunciada é ajuda paga...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... não são surpreendidos pela negativa...

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: ... eles, como açorianos, os agricultores, têm os seus compromissos bancários, os seus compromissos com a família, os seus compromissos com a educação e recebiam sempre 30 a 50% de corte, agora recebe na íntegra, isso significa um esforço regional de 8,5 milhões de euros no nosso orçamento regional. Sim, nós cumprimos, somos pessoas de bem, o Governo é uma pessoa de bem com os agricultores!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: Ora, isto para dizer, se repararem em todos os gráficos, há aqui algo em comum em todos os gráficos, 2020 foi um ano de crise, foi o ano que os Governos do PS menos apoiaram a agricultura dos Açores, em 1 ano de crise e agora vêm reivindicar apoios este ano, não tem moral política para isso, não têm historial, nem é um exemplo de governação para reivindicarem qualquer apoio relativamente a isso.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: Em 2020 foi o ano que apoiaram menos os agricultores e a agricultura dos Açores e apoiar os agricultores e a agricultura dos Açores é apoiar a riqueza local, é substituir a importação, é criar emprego, é contrariar o despovoamento, é fixar pessoas, não há um exemplo de governação e como não são um exemplo de governação, não têm qualquer moral política para reivindicar qualquer tipo de apoio. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. A Mesa aguarda inscrições. Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vai-se inscrever, Sr. Deputado, vai se inscrever, o Sr. Deputado Berto Messias vai participar do debate?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Rui Martins está no uso da palavra, faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Berto Messias está com saudades dos tempos em que era o único representante à sexta-feira à tarde, ali naquela bancada e que distribuía jogo...

Deputado Berto Messias (PS): Não posso falar em causa própria.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Deputado, o plenário passado quem é que estava ali?

O Orador: ...o especialista em agricultura, em saúde, em educação, é verdade, tem toda a razão, mas acho que não devia ter tantas saudades quanto isso.

Relativamente a este diploma, eu devo dizer, a Sra. Deputada Patrícia Miranda, eu depois desta belíssima intervenção, aliás, e os dados foram apresentados pelo Sr. Secretário, eu até escusava de participar no debate, mas para abreviar e obviamente, o CDS tem uma posição sobre este diploma, mas tenho que dizer, Sra. Deputada Patrícia Miranda, levantou-se da sua bancada e foi ali ao púlpito anunciar a idade das trevas na agricultura açoriana, a idade das trevas que começou no seu universo paralelo, a idade das trevas começou em outubro de 2020, porque até aí vivíamos em tempos fulgurosos em que, como disse e bem, o Sr. Secretário, ano de crise 2020 e foi o ano em que o Governo Socialista dos Açores menos socorreu a agricultura açoriana, num ano de crise, foi o ano em que mais falhou aos agricultores dos Açores, é isso o seu legado, e, por isso, esse seu universo paralelo e essa idade das trevas da agricultura açoriana que tentou aqui fazer passar, é algo que não cola e lamento informá-la, Sra. Deputada, porque basta atentar ao diálogo constante que a Secretaria Regional da Agricultura e que este Governo Regional tem tido com o setor, prova o contrário, as soluções encontradas, a aposta na diversificação, no conhecimento, aprofundado do setor, como seja nos custos de produção e até uma medida que, aparentemente para a Sra. Deputada Patrícia Miranda e para o Partido Socialista, parece que não importa nada, mas eu devo

dizer, foi a absoluta mudança de paradigma e da previsibilidade, como foi o fim dos rateios...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que isso sim prova exatamente o contrário, a saída da idade das trevas, que era aquilo que se vivia na agricultura açoriana, que, relativamente à previsibilidade em que os agricultores julgavam ao início do ano, que iriam ter um determinado apoio quando chegava ao fim do ano, afinal, era menos.

(* **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Exatamente, muito bem!

O Orador: Relativamente a pagamentos, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu devo-lhe dizer, a estratégia do seu partido, quando vem aqui dizer, que tem que fazer pagamentos até dia 31 de julho, quer dizer, o Sr. Secretário ainda no Plenário passado, mostrou a transferência de 4 milhões de euros, grosso modo, 4 milhões de euros, sensivelmente um pouco mais, pagos pela Secretaria Regional da Agricultura, e tem no planeamento o pagamento para o fim de julho e o restante em outubro...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pagou depois!

O Orador: ... e, o compromisso é até ao final da legislatura, que é algo que também o Partido Socialista vem dizer que há um compromisso e não há um pagamento, não há um pagamento quando o plano e o compromisso é até ao final da legislatura, a não ser que os Srs. façam uma moção de censura e isto acabe agora e nós não cumprimos, ou então o final da legislatura será lá algures para outubro de 2024, por isso, relativamente a pagamentos e atrasos, acho que no ponto anterior estamos esclarecidos o que é que é um atraso, 2020 a 23, isso sim é um atraso.

E, depois devo dizer que o Partido Socialista tem esta estratégia, aqui numa Resolução, em que é uma figura regimental que não permite qualquer alteração de nenhum partido, não permite propostas de alteração, e, faz aqui um género de pacote em que ou concordamos com tudo ou não concordamos com nada, e, este

pacote, por exemplo, no seu ponto 2.º, quando fala aqui nos pagamentos e quando fala neste apoio temporário excecional, por exemplo, não inclui aquilo que é uma ajuda de Estado, pedida pelo Estado Membro, neste caso, que se aplica única e exclusivamente ao Portugal Peninsular, que não se aplica às Regiões Autónomas e isso poderiam ter incluído também neste pacote, porque assim, talvez, após esse esclarecimento, se calhar era capaz de também convencer os meus pares a votarmos e acompanharmos esta medida.

E sabe o que é que isto me faz lembrar? Faz-me lembrar exatamente esta medida, no Plano e Orçamento para a Região Autónoma dos Açores aparece: “criação do plano de emergência social e económica dos Açores”, que mereceu o quê? A reprovação pelo PSD, CDS, PPM, Iniciativa Liberal, CHEGA e PAN, sabe porquê? Exatamente por isto, porque são os tais pacotes, tudo por atacado, em que ninguém pode especificamente dizer, concordamos com isto, não concordamos com aquilo. E é exatamente este tipo de medida que o Partido Socialista vem aqui fazer, que é para depois voltar a fazer um cartazinho deste a dizer, esta gente toda está contra os agricultores açorianos e isso não é verdade. E para terminar, não vou repetir aquilo que foram os dados avançados pelo Sr. Secretário e que provam exatamente o contrário, e, que esta idade das trevas existe única e exclusivamente no universo paralelo da Sra. Deputada Patrícia Miranda e do Partido Socialista. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Luis Parreira

(* **Deputado José Luís Parreira (IL):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A Iniciativa Liberal discorda do ponto 3 desta iniciativa legislativa e, portanto, não poderá votar favoravelmente.

Sras. e Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal não tem qualquer dogma contra os subsídios desde que estes beneficiem a comunidade como um todo, como poderia ser o caso do pagamento aos agricultores pela prestação de serviços aos ecossistemas, a nossa objeção é sim contra a atribuição de apoios a certas atividades económicas, neste caso, para mitigar os fortes acréscimos dos custos de produção, porque entendemos que é errado olhar para os efeitos de uma dada política sobre um certo grupo de pessoas e esquecer os seus efeitos sobre outro grupo, é errado olhar para os empregos criados por uma dada atividade económica e esquecer os empregos que não chegam a ser gerados se o dinheiro fosse alocado de forma diferente.

No caso do art.º 3, estes apoios visam compensar a perda de rendimento dos agricultores devido aos fortes acréscimos dos custos de produção, ou seja, esta perda seria suportada por todos os contribuintes, de um ponto de vista global, trata-se de transferir dinheiro de uma atividade económica para alocar a outra atividade económica, logo, matematicamente não há ganhos para a economia da Região na sua globalidade.

Além disso, os custos de produção aumentam porque houve uma diminuição da oferta desses fatores de produção para a mesma procura, e, isto acontece exatamente para se racionalizar recursos. Nós, ao darmos este apoio extraordinário, estamos a aumentar o poder de compra dos agricultores para estes bens de produção, o que leva a que promovamos a mesma produção de bens agrícolas, mas que estão mais caros de produzir no momento, ou seja, se tivermos a falar de bens que são exportados, como os laticínios, quem vai beneficiar em última instância, com estes apoios são as pessoas fora da Região que compram os nossos produtos porque estamos a pagar para continuar a exportar a mesma quantidade de bens ao mesmo preço, mas que estão mais caros de produzir.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, a Sra. falou da receita extraordinária devido aos efeitos de inflação, na nossa opinião, a forma justa de devolver aos cidadãos essa receita extra seria através da redução fiscal, disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Consideramos que não há muito a acrescentar sobre a postura de governação em relação à agricultura, depois de todos os dados apresentados pelo Sr. Secretário.

Deputado Pedro Neves (PAN): Fale por si, não fale por mim.

O Orador: E isso sente-se nas medidas, sejam elas estruturais sejam elas em momentos excecionais e, portanto, vou passar para aquilo que é iniciativa que aqui estamos a discutir e a debater, mas antes disso, no último Plenário, tivemos perante duas Resoluções, uma que foi aprovada por unanimidade, iniciativa da coligação e que levava a reivindicar, ou pelo menos a corrigir a discriminação de que os agricultores dos Açores são alvo por parte da República.

Depois de um longo período de crítica e de ações na rua, o PS, não sei se por medo ou por outra questão qualquer, acabou por votar a favor e, portanto, uma contradição entre aquilo que foi a sua campanha na rua e aquilo que foi aqui a posição, mas claramente com algum medo dos agricultores.

Mas passando à iniciativa, a iniciativa seguiu para a Comissão e logo aí algo que nos deixa uma grande interrogação, o PS não quis ouvir ninguém, ou seja, tem uma iniciativa, mas não quer ouvir os agricultores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, há qualquer coisa aqui...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Deputado, por favor seja sério. O senhor votou a urgência! Não está a ser sério!

O Orador: ... não quer ouvir os agricultores. Mas nós fizemos diferente, nós tivemos em Jornadas Parlamentares e corrigimos essa questão e fomos ouvir os agricultores e ao ouvir os agricultores o que ouvimos foi os relatos que o Sr. Secretário acabou de nos adiantar aqui, das suas medidas, das suas ações e até da compreensão daquilo que foi neste momento de preocupação, a prioridade de correção da irregularidade de aplicação das medidas.

E, portanto, Sra. Deputada tenha calma, inscreva-se...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Lá vamos nós ser obrigados a inscrever para repor a verdade! Mais uma mentirinha!

O Orador: ... senão vou dizer aquilo que fez da outra vez, pronto.

E, portanto, o que ouvimos foi satisfação e compreensão pelas prioridades estabelecidas e que os agricultores sentem no dia a dia das suas atividades. Sobre os custos de energia, que é o primeiro ponto da Resolução, a verdade é que é preciso levar em conta que as tarifas também já baixaram, não aquilo que nós pretendíamos, mas já baixaram e certamente o Governo Regional também já teve alguma ação nesse baixa de energia, em relação ao gasóleo agrícola, a preços de ontem, o diferencial que existe entre os Açores e o continente permite que um agricultor em 200 litros de gasóleo tenha uma economia de cerca 44 euros e 3 cêntimos, que é significativo, queremos que seja melhor, mas é um facto e, portanto, não devemos deixar de levar em conta.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Oh Sr. Deputado faça melhor essas contas.

O Orador: Sobre os outros dois pontos da iniciativa, consideramos que há alguma confusão, porque se a medida europeia que foi acordada, pagar aos agricultores no final do mês, e, que foi no encontro, entre o Presidente do Governo, Presidente da Federação e o Governo Regional, se está acordado o pagamento e tem um objetivo de correção como é que no terceiro ponto da iniciativa os Srs. voltam a considerar

que deve ser repetido o apoio? Além disso, o que nós também ouvimos no terreno, porque fomos ouvir os agricultores, ao contrário dos Srs., foi que existe uma estabilização dos preços, é óbvio que não é aquela que pretendíamos, mas não é o crescimento que os Srs. tentaram pintar aqui do processo com preços galopante.

E, portanto, achamos que não é a postura mais correta.

Mas depois há uma questão que temos que deixar clara e que tem que ser aqui denunciada, como é que agora o PS, através da Sra. Deputada Patrícia Miranda e do seu Grupo Parlamentar vem reivindicar apoios, quando, foi no discurso de encerramento do Plano e Orçamento para 2023, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, acabou por tomar uma posição totalmente contra os subsídios e apoios que pudessem ter existido para agricultura, e, vou citar: “um caminho, mesmo em setores tradicionais da economia, como a agricultura, que significa um retrocesso e, no caso da agricultura, com a crescente subsidiação e criação de dependências”, foi isso que o Sr. afirmou, foi isso que o Sr. afirmou, e, é essa a postura que o Sr. tem quando olha para cada apoio da agricultura, então que contradição é essa que existe nesse movimento socialista?

E, portanto, está nos diários, foi o que ouvimos aqui e é o que o Sr. afirmou, disse. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, eu queria pedir a sua ajuda no sentido de nos ajudar a recapitular aquilo que aconteceu em junho, eu tenho quase a certeza, mas de qualquer forma peço a sua ajuda para confirmar se o Partido

Socialista deu entrada desta iniciativa com urgência e dispensa de exame em Comissão?

Presidente: Penso que sim.

A Oradora: E, se, por acordo com os demais partidos chegando ao horário de terminar os trabalhos, o Partido Socialista abdicou da dispensa de exame em Comissão e não da urgência?

Presidente: Confirmo!

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins para uma interpelação.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo.

Efetivamente a urgência, que neste caso, acabou por ser uma urgência em Comissão leva a que os trabalhos tenham um tempo mais expedito em Comissão.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, se está ao corrente do que é que foram as diligências pedidas e chumbadas pelo Partido Socialista nesta iniciativa, na Comissão de Economia?

Presidente: Não, não estou conhecedor dessa matéria.

O Orador: Então informo, se o Sr. Presidente, me deixar.

Presidente: Não posso deixar.

O Orador: Claro, mas foram pedidas diligências e foram chumbadas pelo Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E acabava com a urgência, que era o que os senhores queriam!

Presidente: pode fazer uma intervenção com esta matéria.

Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Pois bem, eu aqui, Sr. Presidente, posso dar uma ajuda a V. Exa. e dizer que todas as propostas de diligência apresentadas pela oposição foram chumbadas por parte do Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exatamente por causa da urgência!

O Orador: Portanto, se não foram ouvidas as diversas entidades, foi porque o Partido Socialista não quis e inviabilizou essas audições.

Bem, o que é necessário referenciar em relação a esta iniciativa é que existe no âmbito da União Europeia, uma agricultura que é altamente subsidiada.

E, portanto, há países com um enormíssimo potencial agrícola que são apoiados, como a França, por exemplo, a agricultura francesa só é o que é porque tem um apoio muito substancial ou como a Polónia, ou como os diversos países da União Europeia, era só o que faltava, era só o que faltava que o Governo Regional nos colocasse numa situação de desigualdade, não apoiando o setor agrícola, como todos os outros estão a ser apoiados na Europa, quer por parte da União Europeia, quer por parte dos seus respetivos Estados.

Aliás, o que os Açores está a sofrer neste momento por incúria do Partido Socialista é que, ao contrário das outras regiões europeias, ao contrário das outras regiões de Portugal, o que acontece é que, o Estado, a nós, aos agricultores açorianos, não nos está a apoiar e é por isso que, evidentemente, os agricultores açorianos já estão a competir no mercado de forma desigual, desigual, com países que subsidiam muitíssimo as suas regiões e com Estados que apoiam o conjunto do território nacional desses países.

E o que está a acontecer nos Açores é que os agricultores açorianos não podem contar em muitas áreas, como se tem vindo a ver, como tem vindo a ser realizado por parte do Governo da República, não contam em muitas áreas com o apoio do Estado, que é uma situação única em toda a Europa e é esta situação de desfavorecimento que existe.

Agora da parte do Governo Regional e os números apresentados pelo Sr. Secretário são amplamente demonstrativos disso, da parte do Governo Regional, tem existido um enorme esforço no sentido de apoiar a agricultura açoriana no âmbito do contexto internacional, no âmbito também da situação que está a enfrentar e no âmbito também da situação herdada por parte do Partido Socialista, que tinha vindo a decrescer os apoios ao setor agrícola, pois bem, a aposta do Governo Regional nesta matéria é manter um setor agrícola forte nos Açores, ao lado de setores que estão a crescer também como o setor turístico, é verdade, mas o que nós queremos é terminar com aquilo que o Bloco de Esquerda chama a monocultura, o que nós queremos é vários setores de atividade que sejam setores de atividade fortes e a agricultura é uma das áreas que este Governo identificou como um setor prioritário. Em relação aos apoios, pois bem, este Projeto Resolução nada traz de novo, porque em relação ao preço da energia, a descida do preço da energia, ele já foi aprovado e também em relação aos apoios que o Governo já anunciou que os irá realizar. O Partido Socialista vem pedir uma coisa que já está feita, uma coisa que o Governo já anunciou que iria fazer, portanto a proposta do Partido Socialista não tem substância, não tem qualquer tipo de substância, e, mais, contradiz a prática dos Governos anteriores do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A nossa agricultura é sempre aquele debate que não tem fim, a nossa agricultura que nós todos os dias dizemos que está em crise, nada se vai vendo melhorar.

Mas agora gostava de fazer aqui uma pergunta, se me deixarem, não é? Porque isto às vezes não dá. Ó Sr. Secretário, nós já recebemos o dinheirinho de apoio da Ucrânia do António Costa?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É este mês.

O Orador: Não, não, do apoio que fomos excluídos, os Açores já receberam?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É este mês.

O Orador: Vão receber? Ah é!? Eu acho é que não vamos receber nada, ficamos excluídos, ficamos excluídos, ...

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Não, não! É da República!

O Orador: ... o Sr. é bom é a fazer gráficos.

Ou seja, como é que eu posso em nome do meu partido aprovar uma cartilha linda, bonita, poética sobre os apoios à agricultura quando o Governo da República do mesmo partido diz aos açorianos, hei pá, vocês amanhem-se com o que têm.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Exatamente!

O Orador: Amanhem-se lá com o que têm, vocês já recebem umas coisinhas, sejam poupados, que é o que o António Costa anda a dizer a toda a gente, sejam poupados, porque isto para gastar é aqui. E, o que o PS hoje nos veio dizer é mais ou menos aquela coisa que é mandar na casa dos outros nunca custou nada, isto, quando estavam lá era de uma maneira, eles lá dizem que faziam muita coisa, pois, eu quando converso com os agricultores eu nunca os vi muito satisfeitos, mas pronto, está bem, isso é a opinião deles, a realidade é outra coisa, a verdade é que o CHEGA não pode continuar, continuar não, que nunca continuamos, o CHEGA

não pode apoiar uma proposta do PS quando eles não conseguem convencer o seu próprio partido nacional a fazer algo que é justo para os açorianos, ponto final.

Por isso, não contem com o CHEGA, quando os Srs. tiverem cabedal político, digamos assim, na República, quando conseguirem convencer os seus pares, que os Açores são importantes, vamos todos conversar sobre isso, poemas? Era o Camões! Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem neste momento mais inscrições. Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A Proposta de Resolução do PS é como que nós dizemos a alguém para regar o seu jardim ou horta depois ter chovido.

Deputado Alberto Ponte (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Ou seja, diz ao Governo para fazer aquilo que está a fazer, e, já fez há muito tempo, mas não traz nada de novo.

Deputado Berto Messias (*PS*): Os agricultores não acham isso!

O Orador: Pelo que não traz nada de novo, e, há uma diferença entre a política dos Governos do PS e as políticas do Governo da coligação é que com o rateio que faziam aos agricultores investiam nos caminhos públicos, ou seja, o dinheiro dos agricultores que servia para investir nos caminhos públicos, eram os agricultores que pagavam o investimento dos caminhos públicos, não, nós agora fazemos diferente, aquilo que é direito e justo dos agricultores receberem eles recebem e nós investimos em mais 8% em caminhos públicos, em abastecimento de água e eletrificação, conseguimos esse sucesso, ou seja, não são agora os agricultores que pagam os caminhos públicos, é o Orçamento Regional que paga o investimento naquilo que são os caminhos públicos.

E depois dizer-vos que, relativamente às taxas de execução do ProRural+, durante 2014, que os Governos do PS têm empurrado para a frente a execução dos fundos comunitários no âmbito do ProRural e ProRural+, em 2015, a taxa de execução foi 12.8, 12.8.

Deputado Alberto Ponte (PSD): Muito bem!

O Orador: Em 2016 a taxa de execução foi 51.87, em 2017 a taxa de execução foi 15, 19%, em 2018, a taxa de execução foi 14.5, ou seja, isso pressiona a que no fim do quadro tenhamos que ter eficácia e operacionalidade...

Deputado Carlos Silva (PS): E em 2021?

O Orador: ... relativamente àquela que foi a inoperância e àquilo que foi a ineficácia dos Governos do PS e mesmo assim, terminamos 2022...

Deputados José Ávila e Carlos Silva (PS): E 2022?

O Orador: ... com uma taxa de execução de 74%, que é superior à média europeia de 66%.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

O Orador: Ou seja, a administração regional está a fazer mais do que nos últimos dez anos, a administração regional com eficácia e operância está a dar uma atenção prioritária aos investimentos dos agricultores, e, isso é que é importante, é relacionar o que é que se executava no passado, com o que é que se executa dos fundos comunitários.

Todos nós queremos executar o máximo possível de fundos comunitários e é isso que estamos a conseguir, comparativamente, nós temos comparação e a comparação é um ineficácia do passado com a eficácia do presente, uma operacionalidade de agora com a inoperância do passado e esta é que é a diferença,

quer nos apoios comunitários, quer naquilo que é a análise e concretização e execução de projetos de investimento. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): O Senhor não disse a execução de 2021?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): 74.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Gostaria de neste debate intervir e começar por dizer sobre esta matéria de apoios à agricultura já no mês anterior este tema esteve em debate, dessa feita acerca dos apoios nacionais que não abrangeram a Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, porem com o diálogo, senão não conseguimos ouvir o Sr. Deputado António Lima. Faz favor, Sr. Deputado António Lima, peço desculpa.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Como estava a dizer no mês passado sobre a questão dos apoios à agricultura, no que diz respeito aos apoios nacionais que não abrangiam a Região Autónoma dos Açores, o Bloco de Esquerda manifestou a sua concordância com o seu alargamento à Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, nós colocamos em primeiro lugar o interesse da Região e o interesse de um setor económico que é, naturalmente muito importante para os Açores.

Do mesmo modo, fazemos neste e com esta iniciativa, porque efetivamente os agricultores não devem ser prejudicados por uma, mais do que uma disputa

partidária, que não beneficia, que pretende mais promover um debate um pouco inócuo ou inconsequente do que efetivamente promover mudanças e promover a concretização destes apoios e, neste sentido, os agricultores não devem ser prejudicados, porque os apoios nacionais não chegam, se não chegam e se eles são necessários e continuam a ser necessários, como o setor, diz, parece que o setor continua a dizer, então, que se criem apoios regionais, nós dissemos isso já no mês passado, reafirmamos e mantendo essa coerência e essa convicção de que, em primeiro lugar deve estar efetivamente essa proteção e esse apoio à agricultura e não temos, naturalmente uma visão de que a agricultura não deve ser subsidiada, aliás, se infelizmente, se assim não fosse, a maior parte das pessoas, não teria dinheiro efetivamente para comprar comida, porque a agricultura é o setor que produz, é um dos setores que produz alimentos.

Mas também não posso deixar neste debate de promover duas reflexões, em primeiro lugar, nos Açores nós temos uma agricultura que, apesar de se dizer ou pelo menos de se tentar dizer que é muito verde ou é muito sustentável, infelizmente não é.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E é! Mostrei-lhe os dados!

O Orador: Está extremamente dependente, Sr. Secretário, deixe-me falar. Está extremamente dependente de fatores externos, fatores de produção externos, e, não é o Bloco de Esquerda a dizer que o Bloco de Esquerda não é nem seremos a maior parte de nós, especialistas na matéria, mas há especialistas ainda recentemente na imprensa regional alertarem para a enorme dependência no caso da agropecuária de rações, ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Está cada vez menos.

O Orador: ... também de fertilizantes, e é por isso que esse apoio é tão necessário porque, infelizmente, infelizmente, se não for este tipo de apoios, a maior parte dos

agricultores vai à falência e isso é efetivamente um problema estrutural da nossa agricultura que nós temos que mudar, porque nós não podemos efetivamente competir com os países que efetivamente têm esses fatores de produção, produzem esses fatores de produção e que nós, que temos que importar é que temos que importar e temos que importar de barco com custos de transporte enormes e ainda por cima acresce a isso, aos lobbies fortíssimos dos fertilizantes, dos próprios milhos que, também não sendo o OGM's, são híbridos e são produzidos por grandes empresas e grandes multinacionais que nós estamos dependentes, e, cada vez mais dependentes e nós enquanto região ultraperiférica, enquanto região distante dos grandes centros, temos que promover essa maior independência desses fatores de produção, sob pena do setor agrícola ficar cada vez mais das duas, uma, ou totalmente ligada à máquina, ou seja, aos subsídios ou então desaparecer.

Aliás, isso decorre de opções políticas europeias, que Portugal foi conivente como o fim das quotas leiteiras, Portugal, e, diga-se de passagem, os partidos e os governos, do país, tanto do Partido Socialista como do PSD.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Isso não é assim, antes pelo contrário.

O Orador: E, isso prejudicou, é assim, Sr. Secretário, e isso prejudicou enormemente a agricultura na Região.

E, sobre esta matéria, também gostaria de dizer o seguinte, mas é uma reflexão importante, também quero terminar dizendo o seguinte, há alertas dos representantes e do representante máximo do setor agrícola no que diz respeito à agricultura, que é a Federação, alertas no que diz respeito à execução dos fundos comunitários como o Sr. Secretário já referiu, e, eu não vou discutir se foi 16, se foi 15, ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural *(António*

Ventura): Mas isso é importante!

O Orador: ... qual foi a execução, há um alerta, há um alerta da Federação e é um alerta que não é de agora diga-se de passagem quanto às opções orçamentais do Governo, porque não é a primeira vez que o Presidente da Federação Agrícola, alerta para as questões da comparticipação regional...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E com razão, por causa do passado.

O Orador: ... nos investimentos comunitários, com razão e a opção do Governo e a opção orçamental do Governo da coligação e dos partidos que o apoiam, pode pôr em causa a execução desses fundos.

Bem, não sou eu a dizer, é a Federação agrícola por isso, o Sr. que tem supostamente uma muito boa relação com a Federação Agrícola, então, explique à Federação Agrícola, ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Isso tem uma causa que é histórica.

O Orador: ... porque é que o endividamento zero e as opções orçamentais deste Governo não podem pôr em causa a execução dos fundos comunitários? Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mas estamos de acordo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado António Lima há um último gráfico que eu ainda não mostrei...

(*Neste momento o Sr. Secretário mostra um gráfico à câmara*)

O Orador: ... se reparar o gráfico, tem aquilo que são os apoios no âmbito do Agroambiente e Clima, o Agroambiente e Clima, significa que os Governos do PS vieram a diminuir o apoio de 9 milhões 112 para 9 milhões 101, e, nós estamos tendo a aumentar, ou seja passamos de 9 milhões para 11 milhões e 57 e depois para 11 milhões 185, sabe o que é os apoios ao AgroClima? Significa menos dependência externa, significa mais recursos endógenos, significa uma aposta naquilo que é as nossas produções locais no âmbito do POSEI e no âmbito das medidas ProRural+, estamos mais autónomos, é uma progressiva autossuficiência alimentar, isso significa mais riqueza, isso significa, obviamente, para o nosso estatuto político administrativo também uma riqueza, nós somos mais dependentes de nós próprios e menos dependentes do exterior. Esta tem sido a nossa estratégia no âmbito da produção de alimentos e quando se fala no apoio aos agricultores, Sr. Deputado António Lima, não há nenhum agricultor que quisesse receber apoios, nenhum, antes preferiam que pagasse um preço justo pelos alimentos, mas assim acontece em toda a Europa, é para que os consumidores possam ter acesso aos alimentos acessíveis que existe este apoio, não há nenhum agricultor que queira receber apoios.

Ora nós estamos com mais sustentabilidade em termos de produção, temos mais ciclos vegetativos e pecuários que contribuem para a neutralidade carbónica, estamos mais autossuficientes, estamos a respeitar as normas ambientais em termos de conservação do solo e bem-estar animal e estamos a ser um exemplo, isto é que interessa relevar aqui neste momento, nós estamos a ser um exemplo não só a nível nacional, mas a nível europeu, nós criamos os planos estratégicos para a produção de leite, de carne, horticultura, fruticultura e floricultura e agricultura biológica. Ou seja, nós sabemos de onde é que estamos e para onde queremos ir.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário Regional.

O Orador: E uma das formas, um dos instrumentos de nos levar até onde que queremos ir é obviamente, também através dos apoios comunitários, que tem uma

percentagem de 15% de esforço do Orçamento Regional, e, essa percentagem que tem subido...

Presidente: Sr. Secretário, tem de terminar.

O Orador: ... também para utilizarmos o melhor possível aquilo que são Fundos Comunitários do ProRural+ e o ProRural+ tem um colete de forças que foi negociado pelo PS, que nós vamos alterar para o PEPAC, o PEPAC vai ter medidas de maior acessibilidade, facilitadoras para os agricultores, porque facilitar a vida aos agricultores é facilitar a vida aos açorianos e a facilitar a vida ao progresso da economia dos Açores? Muito obrigado.

Deputada Vitória Pereira e Deputado Alberto Ponte (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor.

(* **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bom, o tempo é pouco, mas há coisas que merecem ser respondidas e têm mesmo que ser respondidas, uma coisa é certa, o Sr. Secretário vem aqui, como já de costume, aos gritos, na tentativa daquilo que diz possa-se transformar em verdade. Apresenta-nos uma série de quadros, mas esquece-se ou propositadamente de explicar à Câmara que uma coisa são apoios anunciados e uma coisa são apoios efetivamente pagos, ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Todos pagos.

A Oradora: ... e, nesse aspeto, eu também tenho aqui um gráfico, que poderia ser, não sei, alguma coisa em queda livre!? Pronto, na verdade, é mesmo os apoios que

foram pagos, não foram os apoios anunciados, são os apoios que foram pagos e por este Governo é sempre em queda, todos os anos anuncia mais, mas paga menos.

Quanto à execução do ProRural, o Sr. Secretário também anunciou os vários anos anteriores, esqueceu-se foi de anunciar que, em 2020, a execução foi de 79.71%, Sr. Secretário quando fala...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): 2020? Mentira, isso é completamente mentira!

A Oradora: ... quando fala em moral política, o Sr. Secretário havia de ser mais coerente naquilo que diz e nas coisas que nos demonstram.

Ainda lhes digo mais, no dia 13 de julho, foi estes dias, sai esta nota, “Agricultores descontentes com atrasos do Governo”, Sr. Secretário, afinal os agricultores não estão assim tão felizes com este Governo.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Aí estão, estão. Que vergonha, os senhores era só cortar.

A Oradora: Pense lá nas suas políticas, reconsidere aquilo que diz e aquilo que apresenta a esta Câmara e a forma como costuma e gosta de iludir os agricultores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (*PS*): Pela 1ª vez na história podemos perder fundos Comunitários. O senhor não devia dormir por causa disso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Sra. Deputada Vitória Pereira tem a palavra.

(*) Deputada Vitória Pereira (*PSD*): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Projeto de Resolução em apreço não passa de uma fraca manobra do Partido Socialista para ludibriar os agricultores açorianos...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... e desviar uma vez mais, as atenções do Governo da República que discrimina os agricultores açorianos, não chegando cá mais de 15 milhões de euros aos nossos agricultores açorianos.

E, o que pergunto é, quando é que o Governo da República vai pagar o que deve aos açorianos?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

A Oradora: É isso que os Srs. deviam estar preocupados...

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

A Oradora: Esta proposta do PS vem em defesa de si próprio para se defender das críticas dos agricultores ao Governo da República do Partido Socialista, isso não se faz.

Ainda a semana passada o Sr. Presidente do Governo anunciou que esta medida vai ser paga até ao final do mês, o que comprova que este Projeto de Resolução não é politicamente sério.

No entanto, é preciso nós conhecermos o passado para percebermos o presente e perspetivarmos o futuro, quando falo em passado, não falo no passado das governações socialistas, mas sim o passado desta legislatura, se bem me recordo em 2021, aquando do conflito militar, foi aprovado pela coligação PSD, CDS-PP e PPM...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Calma! A Guerra na Ucrânia foi 2022!

A Oradora: ... uma proposta para isenção de pagamento de contribuições para a segurança social no setor agrícola, esta proposta foi aprovada nesta Casa, à exceção dos votos favoráveis do Partido Socialista.

Deputada Ana Luís (PS): Não foi esta guerra!

A Oradora: O que é que foi feito depois deste tempo todo por parte do Governo da República do Partido Socialista? Nada! O Governo da República fez de ouvidos moucos a essa proposta, ignorou a proposta, ignorou uma vez mais os agricultores açorianos.

No âmbito do gasóleo agrícola, se bem me recordo, ainda há pouco tempo nesta Casa, o Partido Socialista foi subscritor de uma proposta que acabava...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... de uma forma encapotada com o gasóleo agrícola e pescas no ano de 2025. Sim, acabava...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... de uma forma encapotada com o gasóleo agrícola e pescas no ano 2025.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

A Oradora: É esta a preocupação que a Sra. Deputada Patrícia Miranda tem com o setor agrícola...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... e com os agricultores. Estes são apenas alguns exemplos em que o Partido Socialista é reincidente a não apoiar o setor agrícola e os agricultores açorianos, já o fizeram no passado e atualmente continuam a fazê-lo.

Esta proposta revela que os Srs. não estão a ser politicamente sérios com os agricultores.

Sras. e Srs. Deputados, foi este Governo de uma forma corajosa pôs fim aos rateios do POSEI e do ProRural.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem – 8 milhões!

A Oradora: Suportou o pagamento de um cêntimo e meio aos agricultores pela primeira vez, o apoio foi direcionado aos produtores e não às indústrias, uma mudança de paradigma. Possibilitou a reconversão da produção de leite em produção de carne, abriu as candidaturas para a redução voluntária da produção de leite.

O tempo é curto, mas uma das grandes preocupações que se arrastava há mais de 10 anos, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Fale mais alto que ainda não está bom!

A Oradora: ... que foi a regularização das parcelas agrícolas, foi resolvida por este Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E foi este Governo que criou o apoio temporário e extraordinário aos agricultores afetados pelo impacto da evasão na Ucrânia, que vai ser pago este mês. Estas são apenas algumas das muitas medidas que foram implementadas por este Governo da coligação.

Sr. Presidente, termino dizendo que hoje os agricultores podem ter a certeza de que nós temos um Governo que está ao lado dos agricultores.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e da dos Membros do Governo)

A Oradora: Os agricultores podem confiar neste Governo da coligação!

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho (PS): Com esse tom de voz a Sra. Deputada vai chegar a Secretária da Agricultura!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor.

(* Deputada Patricia Miranda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu peço a palavra para fazer uma interpelação no sentido de tentar fazer chegar à Mesa a notícia em que diz que os agricultores estão descontentes é com este Governo e não com o Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Sim, Sra. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Alberto Ponte, faça favor.

(* Deputado Alberto Ponte (PSD): Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

É caso para dizer que havia tanto para dizer, mas não tenho tempo.

Caros colegas e companheiros agricultores, que estamos a falar é disto, muito sucintamente é disto, é deste gráfico e de muitos outros. Os pagamentos POSEI e medidas 10 e 11 ProRural+ em 2020 foram pagos pelo Governo Socialista, 96 milhões 146 mil 852 euros, em 2021 por este Governo Regional e por esta coligação foram pagos 116 milhões 614 mil 147 euros, isso é uma diferença de 20 milhões...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... 20 milhões 467 mil 295 euros, já termino, Sr.

Ou seja, se o Governo PS continuasse a governar essa Região, recebíamos ao ano menos 20 milhões de euros, é disso que estamos a falar meus Srs. disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, foi feito um aparte em que diz que, ameaça de levar dois tabefes do Deputado Joaquim Machado, eu pergunto se ficou registado essa ameaça?

Presidente: Ó Sr. Deputado eu não sei se foi registado, eu não ouvi, as Sras. Redatoras...

Sras. e Srs. Deputados, eu estou no uso da palavra!

Se as Sras. Redatoras naturalmente ouviram o aparte, vão, como é habitual registá-lo, se não ouviram não podem registá-lo, é o que eu lhe posso dizer nesta fase.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma intervenção, tem a palavra, faça favor.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs., Membros do Governo.

Aproveito que ainda tenho tempo para dizer o seguinte, não foi escutada nenhuma afirmação deste género.

Deputada Ana Luís (PS): Porque o senhor não ouviu não foi registado!

O Orador: Portanto, isso não é verdade, pura e simplesmente não é verdade.

O que há é que evitar esse tipo de episódios que não dignificam o Parlamento dos Açores e, portanto, da minha parte, da parte do Grupo Parlamentar do PPM e, estou aqui ao pé, não há nenhuma afirmação desse género, ...

Deputada Joana Pombo (PS): Houve, houve!

O Orador: ... já não vou dizer nada, por uma questão de respeito a esta instituição, em relação ao comportamento da bancada do Partido Socialista no âmbito da intervenção da Sra. Deputada do Partido Social Democrático.

E, portanto, vou-me escusar de adjetivar o comportamento da bancada do Partido Socialista nesse âmbito.

Deputado Berto Messias (PS): Pouca vergonha o que senhor está a fazer! Branquear a realidade parlamentar!

O Orador: Portanto, é isto, Sr. Presidente, a bem da verdade que quero aqui deixar e a bem da dignidade desta instituição.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Temos todos, quer em apartes, quer nas intervenções, garantir a dignidade deste Parlamento é esse apelo que faço, temos uma longa lista de trabalho ainda pela frente, estamos cansados, mas temos que manter a calma, a dignidade, a urbanidade para podermos prosseguir com estes trabalhos.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos votar, então este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 170/XII, foi reprovado, com os votos a favor, 24 do PS e 2 do Bloco de Esquerda, votos contra 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

(Neste momento o Deputado Marco Costa retomou o seu lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 10 - Proposta de Resolução n.º 13/XII – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023”, apresentado pela Mesa. Como é habitual essa proposta de orçamento foi elaborado pelos serviços com a coordenação do conselho administrativo, mereceu parecer favorável da Mesa e da CAPAT. Pergunto se há inscrições sobre esta matéria? Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Ponto n.º 11 - Petição n.º 39/XII – “Reivindicação da construção de raiz de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico”, é uma proposta apresentada por António Carrilho Simas Santos, na qualidade de primeiro subscritor. Para apresentação do relatório tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo, faça favor.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu nos dias 26 e 27 de abril de 2023, presencialmente e por videoconferência, para apreciação e relato da Petição n.º 39/XII, intitulada - “Reivindicação da construção de raiz de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico”, cujo primeiro signatário é o cidadão António Simas Santos.

Esta Comissão deliberou proceder às audições do primeiro peticionário, de um Membro do Governo com competência na matéria, da Câmara Municipal das Lajes do Pico, da Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico e da Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico.

O Peticionário refere, em sede de exposição de motivos, que o Concelho das Lajes do Pico, é periférico e mais de 25% da sua população ter idade superior a 65 anos, assim reivindica-se a construção de um Centro de Saúde novo e desafogado, construído de raiz, com boas acessibilidades e que possa responder aos desafios da medicina preventiva e comunitária dos tempos atuais, o que, segundo estes não irá acontecer com o projeto de remodelação projetado para o antigo edifício.

Os peticionários rejeitam veemente um remendo pensado pelo anterior Governo Regional e chamam a atenção para a necessidade premente de criação naquele concelho dos indispensáveis cuidados continuados e paliativos, referindo que o velho edifício da Santa Casa da Misericórdia cumpriria muito melhor o seu propósito se fosse reabilitado para este propósito.

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade,

emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por mais de 300 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. Ouvidos todos os convocados para a audição, há unanimidade em considerar que uma boa prestação de cuidados de saúde é essencial no concelho das Lajes do Pico, tendo em conta que mais de 25% da população é envelhecida, daí ser imperioso uma solução para o problema;
3. Os membros auscultados concordam com a construção de um novo Centro de Saúde, uma solução apresentada recentemente pela Câmara Municipal das Lajes do Pico, mas que sempre se constituiu como promessa do Partido Social Democrata e que foi, inclusivamente, apresentada pela Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da Ilha do Pico num levantamento de necessidades de investimento elaborado logo após a sua tomada de posse;

4. Ainda que fosse uma pretensão partilhada, o Governo Regional tinha decidido requalificar o espaço atual, como solução mais imediata, remetendo, para mais tarde, a construção de um novo Centro de Saúde;

5. A decisão do Governo Regional dava seguimento ao que tinha sido decidido na legislatura anterior, com a governação do Partido Socialista, em cumprimento, também, com uma das obrigações previstas no contrato de cedência assinado com a Santa Casa da Misericórdia das Lajes, que ditava a requalificação do edifício até 2019;

6. As obras de requalificação do Centro de Saúde não cumpriram os prazos estabelecidos no contrato e passaram por um processo que estava previsto demorar catorze meses, mas que já ultrapassou os cinco anos;

7. A Câmara Municipal das Lajes do Pico fez uma memória descritiva do caderno de encargos que foi lançado a concurso e que serviu de sustentação técnica para solicitar o abandono da solução pensada, uma vez que o edifício atual apresentava vários problemas em termos estruturais;

8. Devido a todos os constrangimentos verificados com a obra, o último valor apontado para a requalificação e o resultado do estudo levado a cabo pela Câmara Municipal das Lajes, os peticionários avançaram com uma petição para abandonar, em definitivo, a solução que tinha sido pensada;

9. Os membros ouvidos em Comissão referiram que a solução de um novo Centro de Saúde permitirá cumprir todos os requisitos legais e serão tidas em conta questões como a acessibilidade, a mobilidade e a funcionalidade do próprio edifício;

10. Tendo em conta o plano de regeneração e revitalização urbana do centro das Lajes, a autarquia ponderou a construção do novo Centro de Saúde no coração da vila, no atual espaço do gimnodesportivo, um local perfeitamente seguro, de acordo com a avaliação técnica elaborada pela própria Câmara Municipal;

11. A vice-provedora afirmou que o edifício da Santa Casa, quando for devolvido, deverá ser canalizado para um espaço útil e deverá abranger outras áreas, nomeadamente cuidados continuados;

12. Os peticionários e a Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico reconheceram e enalteceram a abertura do Governo Regional em cessar a requalificação que estava prevista para procurar outra solução mais viável;

13. Em termos de valências para a nova estrutura, a Secretária Regional da Saúde e Desporto afirmou que esta deve ser uma unidade no contexto dos cuidados primários, com valências básicas, nomeadamente psicologia, nutrição, terapia ocupacional, os serviços de enfermagem, serviços médicos e fisioterapia;

14. Em termos de localização, a tutela considera que a mesma deverá ser avaliada, mas admite que está sensível às pretensões da autarquia e da população, no entanto, se existirem terrenos em melhores condições do ponto de vista técnico, os mesmos serão equacionados.

15. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

(O Presidente da Assembleia foi substituído na Mesa pelo Deputado João Vasco Costa)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Relatora. Estão abertas as inscrições. A Mesa tem uma inscrição, faz favor, Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente em exercício. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Está em discussão a petição de cidadãos picoenses, que reivindica a construção de raiz de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico, aproveito, para desde já, cumprimentar através do primeiro peticionário, Sr. António Santos, todos os

subscritores desta nobre e pertinente petição, o Concelho das Lajes do Pico tem visto, nos últimos largos anos, os seus serviços de saúde primária sem condições dignas, devido às condições do edifício onde se encontra instalada a Unidade de Saúde.

Esta situação, de um edifício que já não tinha condições dignas para ser escola há já 20 anos, onde chovia dentro a cântaros, mas que foi transformado em Centro de Saúde daquele concelho.

Foi referido em sede de Comissão Parlamentar pela Sra. Secretária da Saúde e Desporto, que o objetivo do Governo Regional é construir um novo Centro de Saúde para servir condignamente aquela população e também toda a esfera profissional que lá labora, sendo que aquele é um concelho caracterizado pelo envelhecimento da sua população.

A questão relacionada com o antigo local onde existia a Unidade de Saúde pertencente à Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico, já era para estar requalificado em 2019, mas o mesmo não se verificou, acresce que o contrato de cedência daquele espaço termina em 2035, e, tem como obrigação ser entregue requalificado. Tal situação paralelamente a muitas outras, faz-nos lembrar o velho ditado popular que infelizmente se torna o fado deste Governo Regional, “quem vem atrás, que feche a porta”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Assim sendo, acompanhamos os anseios dos peticionários e dos cidadãos das Lajes do Pico, que são, sem dúvida alguma, os do Grupo Parlamentar do PPM. Bem hajam.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputado Alexandra Manes, do Bloco de Esquerda. Faça favor Sra. Deputada.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda começa por saudar as/os peticionários na pessoa do seu primeiro signatário, António Santos, pelo exercício do seu direito democrático, de nos fazer chegar as suas reivindicações através desta ferramenta democrática.

Enquanto o PSD era oposição, o Deputado Jorge Jorge reivindicava e bem, um Centro de Saúde construído de raiz e insistia em saber as razões para na altura o Governo Regional não ponderar avançar com a construção de um edifício de raiz, tendo até em conta que aquele não lhe pertencia.

Em 2020, em período de campanha, José Manuel Bolieiro, comprometeu-se a resolver com celeridade a obra do Centro de Saúde das Lajes do Pico, caso vencesse as eleições, repito, celeridade.

No final do ano, mais precisamente em 2022, o Presidente do Governo Regional, aquele que, relembro, enquanto candidato, se comprometeu a resolver com celeridade a obra do Centro de Saúde das Lajes do Pico suspendeu o processo de reabilitação do edifício, dizendo que ia analisar o assunto, ouvir as opiniões e só depois tomar uma decisão sobre o futuro daquela infraestrutura.

No entanto, no passado dia da Região, o Presidente do Governo Regional finalmente cedeu, e bem, à pressão do município e da população das Lajes do Pico, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Qual pressão? Agora com menos drama!

A Oradora: ... comprometendo-se finalmente com a construção de um novo Centro de Saúde na Vila.

A verdade, é, que tempo é o que a população lajense mais tem dado e enquanto esperam continuam a ser atendidos num Centro de Saúde sem condições, que

funciona numa estrutura que, na verdade, nem para armazém serve, e, isso acontece por incompetência e inércia na sua ação.

Portanto, o que a população das Lajes do Pico necessita é de poder aceder à saúde em condições dignas, numa infraestrutura adequada e com boas acessibilidades que possam responder aos desafios atuais da medicina preventiva comunitária dos tempos atuais.

Sras. e Srs. Membros do Governo, a população lajense não precisa de um Centro de Saúde para hoje ou muito menos para amanhã, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Era bom, não era?

A Oradora: ... a população lajense precisa de um Centro de Saúde digno para ontem, não posso deixar aqui de ressaltar a resiliência desta população e da persistência da Sra. Presidente da Câmara das Lajes do Pico. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se alguém se querera inscrever? Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor, tem a palavra.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda a iniciativa dos mais de 300 peticionários, através do seu primeiro subscritor, Sr. António Carrilho Simas Santos, no exercício do direito de petição.

A presente petição tem como objeto a reivindicação para a construção de raiz de um novo centro de saúde nas Lajes do Pico, atendendo que o existente é da Santa Casa da Misericórdia das lajes e cujo edifício carece de obras de remodelação.

Importa lembrar que essa remodelação se iniciou ainda no mandato do anterior Governo Regional, com um projeto de requalificação das instalações que então eram utilizadas, num valor aproximado de 800 mil euros.

O descobrimento de outras patologias no edifício, ocorridas depois de se iniciar a intervenção, levou a que tenha havido uma suspensão de trabalhos e a reformulação do projeto.

Já com o atual Governo Regional, no início do ano passado, foi apresentado um novo projeto num valor de cerca de 1,8 milhões de euros e lançado o respetivo concurso, o qual ficou deserto.

A 1 de julho de 2022, foi lançado novo anúncio referente à empreitada de remodelação do Centro de Saúde das Lajes do Pico, com um valor base de 2,5 milhões de euros, o qual se manteve suspenso e sem qualquer desenvolvimento.

Apenas no passado mês de junho, veio o Sr. Presidente do Governo Regional anunciar a decisão de construção de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico.

Ou seja, quando o Governo decide lançar um concurso para a requalificação que custaria pelo menos três vezes mais que o orçamento inicial, deveria ter avançado logo para a construção de um novo Centro de Saúde.

Foi exatamente isso que o PS/Açores disse quando afirmou que os pressupostos que levaram à decisão inicial de requalificar o edifício onde funcionava o Centro de Saúde das Lajes alteram-se consideravelmente:

Primeiro, alterou-se a amplitude da intervenção, e, alterou-se, também, de forma muito significativa, o montante financeiro de uma obra orçamentada em aproximadamente 800 mil euros, passámos para um valor de 2,5 milhões de euros. De salientar ainda o contributo da Câmara Municipal das Lajes do Pico, através da participação especial da Sra. Presidente de Câmara da apresentação de uma proposta baseada num estudo técnico devidamente fundamentado, sugerindo a construção de um novo Centro de Saúde, incluindo valores financeiros, localização e a cedência do espaço para a construção.

Revela, portanto, que passados quase três anos do exercício em funções deste Governo, não tenha sido capaz de concluir nem a remodelação do antigo Centro de

Saúde, nem tenha dado início à construção de um novo, conforme anúncio e conforme fazia parte do seu manifesto eleitoral.

Foram necessários quase três anos para o Governo tomar uma decisão sobre o que fazer com o Centro de Saúde das Lajes do Pico, não se sabendo qualquer calendarização do investimento.

O anterior Secretário Regional da Saúde, numa visita no mês de maio de 2021, questionado pelos jornalistas sobre a possibilidade da construção de um imóvel de raiz, o governante referiu que “a construção de um novo Centro de Saúde levaria quatro anos, comportaria elevados custos e não seria a decisão mais responsável”. Perante estas declarações e perante os factos, comprova-se que o Governo dos Açores nunca teve intenção de avançar com a construção de um novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico, nesta legislatura.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ó Senhor Deputado!

O Orador: Este governo comprova que tarda em tomar decisões, adiando um compromisso que assumiu com os Lajenses e com os Picarotos e comprometendo o seu direito a cuidados de saúde dignos e de qualidade.

Aliás, esta postura de adiamento e incapacidade de resolução dos problemas tem sido generalizada no setor da Saúde na ilha do Pico...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): A sua posição em comissão era mais favorável!

O Orador: ... e as denúncias e reclamações têm sido públicas, partindo dos utentes, dos grupos de cidadãos e dos próprios profissionais de saúde.

É denunciada a falta de materiais básicos e de ferramentas essenciais à prestação de cuidados médicos; atrasos verificados na realização de exames, com particular destaque para as ecografias requisitadas através da USIP; uma gestão dos SAP's que se tem revelado caótica, com notícias demasiado frequentes sobre o encerramento dos serviços de atendimento permanente de São Roque e das Lajes;

ou até a incapacidade de resolver problemas como o funcionamento do ar condicionado do Centro de Saúde da Madalena,...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo acabou, aguardo que termine.

O Orador: ... já termino, Sr. Presidente...que nesta época do ano em particular prejudica gravemente as condições de trabalho dos profissionais e a assistência prestada aos utentes, a quem foram distribuídas ventoinhas em vez de ser assumida a reparação do equipamento em causa, que há demasiado tempo tarda em acontecer. É esta desconsideração que é inadmissível, principalmente numa ilha sem hospital. O que se conclui é que este Governo foi incapaz de avançar com a remodelação e está a adiar a construção de um novo centro de saúde...

Deputado Carlos Freitas (PSD): E de São Roque?

O Orador: ... e com isso perdem os Lajenses! Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas, do Partido Social Democrata, faça favor.

(* **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quero começar a minha intervenção saudando os peticionários pela sua ação cívica, que demonstraram nas suas preocupações que são legítimas num tema tão importante, que é que o tema da saúde e relativamente ao Centro de Saúde das Lajes do Pico, este ia virando doença crónica, não fosse a determinação do nosso Governo Regional dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E as questões levantadas pelos peticionários fazem concluir isso mesmo e podemos ir a factos para clarificar também aqui alguns, se calhar mal-

entendidos que importa clarificar tanto pelas afirmações feitas pela Deputada Alexandra Manes como o Deputado Mário Tomé.

O Governo Regional do Partido Socialista, deixou nas Lajes uma obra inacabada e inundada, como se pode ver nesta imagem, inacabada e inundada, e, como se não bastasse, ainda envolvida num grande imbróglio jurídico.

O Governo Regional do Partido Socialista deixou nas Lajes do Pico um posto médico na Piedade fechado.

Deputado Mário Tomé (PS): Na pandemia!

O Orador: O Governo Socialista nas Lajes do Pico, deixou o serviço de atendimento permanente encerrado, e, ainda colocou o serviço SIV 24 horas...

Deputada Marta Matos (PS): No tempo da pandemia! E agora?

O Orador: ... como forma de calar a boca às pessoas, sabendo de antemão que uma situação não substitui a outra de forma alguma.

O Governo Regional do Partido Socialista, foi isto que nos deixou, esta pesada herança que deixou a este Governo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este Governo Regional, por sua vez, e em plena pandemia, abriu o serviço de atendimento permanente nas Lajes e em São Roque, manteve o serviço SIV 24 horas por dia, abriu o posto médico na freguesia da Piedade e assumiu a questão do Centro de Saúde das Lajes do Pico como uma prioridade, como se tem vindo a verificar desde os primeiros momentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PS devia sentir-se envergonhado pelo legado deixado no Concelho das Lajes, no que à saúde diz respeito, gostava de dar nota também e decorria o ano de 2016, o então Secretário da altura fazia as seguintes afirmações e cito; “ Não há plano B para o Concelho das Lajes do Pico, é obra, requalificação ou nada, não há plano B”, era isto que o Governo Socialista tinha para os Lajenses, era isto que o Governo do Partido Socialista, liderado pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tinha

para aquela população e nem isso conseguiu concretizar. Note-se que o Partido Socialista falhou no acordo com a Santa Casa da Misericórdia das Lajes, que ditava a requalificação do espaço até 2019, e, isto foi lido daquela tribuna agora há pouco. Queria aproveitar esta oportunidade para congratular este Governo por mais uma vez, palavra dada, palavra honrada por este Governo Regional, para que fique claro e para que fique bem claro, que a construção de um novo Centro de Saúde foi um compromisso assumido em campanha eleitoral pelo PSD e é este Governo da coligação que vai realizar essa infraestrutura, o tão ambicionado e merecido Centro de Saúde nas Lajes.

Sem dúvida, que este Governo Regional está atento, está atento não só às necessidades, mas também aos anseios da população das Lajes do Pico, e, a prova disso foi ter parado todo o processo que estava em curso da construção e assumir já a construção de um novo Centro de Saúde de raiz, que dignifique os cuidados de saúde prestados pelos profissionais à população, aqui também se vê a coragem e o respeito deste Governo Regional para com os Lajenses.

Importa também dizer que o Conselho de Administração da USIP, quando auscultado pelo Governo Regional em 2021, para o levantamento das necessidades a constar no novo quadro comunitário, este inscreveu de imediato a construção do novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico, aqui também se vê a sintonia do Conselho de Administração da USIP com a estratégia deste Governo Regional.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Freitas, o seu tempo chegou ao fim, agradeço que termine.

O Orador: Já termino. Não é demais enaltecer o espírito de diálogo, cooperação e abertura deste Governo Regional para com o Poder local, também nesta situação se tem verificado, neste caso em concreto, com a Câmara Municipal das Lajes do Pico e com a sua Presidente, havendo uma constante articulação e preocupação em envolver a autarquia e auscultar os Lajenses em busca da melhor solução para a população.

Agora é tempo de arregaçar as mangas e partir para a ação, desta feita escolher um lugar desafogado e com boas acessibilidades, como consta na petição do qual também concordamos e devolver aos Lajenses aquilo que foi retirado pelas sucessivas governações do Partido Socialista, que são cuidados dignos os cuidados de saúde nas Lajes do Pico, disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, Sra. Deputada.

(O Presidente da ALRAA e o Sr. Deputado Marco Costa retomaram o seu lugar na Mesa)

(* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo. Começo por saudar, como é natural, os peticionários, por esta iniciativa cívica, onde transmitiram aquilo que eram as preocupações dos cidadãos quanto ao Centro de Saúde das Lajes, nomeadamente a construção do novo Centro de Saúde nas Lajes do Pico.

A verdade é que esta situação e a situação de degradação do Centro de Saúde atual tem-se arrastado ao longo dos anos, era uma reivindicação antiga a melhoria das condições no acesso à saúde e de trabalho aos profissionais de saúde que lá trabalham, e, esta situação foi-se arrastando ao longo dos anos, e, como tal, não pode agora o Partido Socialista surgir nesta intervenção relativamente à petição, como se nada disto tivesse acontecido.

Deputado Mário Tomé (PS): Eu disse isso! Ouviu mal!

A Oradora: Como se estivesse tudo bem antes deste Governo tomar posse, tivesse sido assim era menos um problema para este Governo resolver.

Quanto à questão e a atitude que tem sido do Governo Regional, esta tem sido uma prioridade identificada pelo próprio Governo Regional, já há muito, de atitude com que se colocou na solução, no desenvolvimento de uma solução para esta situação, foi numa posição de diálogo, de colaboração e envolvendo também a autarquia, o poder local, que tem uma maior proximidade com a população, foi esse o trabalho que este Governo desenvolveu nesta matéria, na procura da melhor solução para esta situação que urge, sem dúvida em ser resolvida.

Foi avaliada a situação, foi também ouvida e tem sido sempre neste processo um papel bastante ativo, a Sra. Presidente de Câmara das Lajes do Pico e já foi anunciado a construção do novo Centro de Saúde, estando agora a ser avaliada a localização do mesmo.

A própria Secretária Regional, no âmbito da sua audição, foi neste sentido que transmitiu aquela posição que é a posição do Governo Regional, sempre afirmou como prioridade a pretensão de responder às necessidades da população, de criar melhores condições àqueles profissionais de saúde, de criar um melhor acesso aos cuidados de saúde daquela população daquela zona do Pico, foi um dossier que, quando iniciou as suas funções, teve logo como prioritário, foi essa a posição da Sra. Secretária e estamos certos, que os Lajenses verão esta sua ambição e a sua ambição antiga de ter um local digno onde possam aceder a cuidados de saúde e criar as melhores condições para estes profissionais concretizado, e, estamos certos, que é isso que vai acontecer.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

(O Presidente da ALRAA e o Sr. Deputado Marco Costa retomaram o seu lugar na Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta petição? Sendo não haver, damos por apreciada esta petição.

Avançamos para o ponto 12 da nossa agenda - **Relatório e parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado Rui Filipe Ferreira Vieira Anjos possa prestar depoimento, no âmbito do Processo Comum n.º 932/23.8T8PDL, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo do Trabalho de Ponta Delgada.**

A Comissão competente reuniu e deu o parecer por unanimidade, autorizando o Sr. Deputado a prestar depoimento.

Pergunto se há inscrições? Então vamos votar este relatório.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 13 da nossa agenda é também um **Relatório e parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 1961/22.4T8PDL – Tribunal Judicial da Comarca dos Açores - Juízo Central Cível e Criminal de Ponta Delgada – Juiz 3.**

A Comissão competente, CAPAT, reuniu e tem um parecer positivo e por unanimidade no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar depoimento.

Pergunto se há inscrições? Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 14 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 171/XII - Revisão Constitucional, apresentado pelos Deputados que compõem a Mesa da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia.**

Sr. Deputado Francisco Coelho, acha que é preciso justificar a urgência? Não? Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 15 - Projeto de Resolução n.º 171/XII - Revisão Constitucional, apresentado pelos Deputados que compõem a Mesa da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia.

Sr. Deputado Francisco Coelho, faz favor, para apresentar a iniciativa.

(* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É hora de apresentar aquilo que, de forma largamente consensual e na Comissão Eventual constituída para o efeito já nesta legislatura, constitui uma proposta de Constituição Autónómica.

Que me lembre, é a primeira vez que o Parlamento dos Açores toma esta iniciativa, o que significa também que, na sequência do trabalho que se tem feito em matéria autonómica, designadamente aquando da terceira revisão do Estatuto Político Administrativo, se chegou à conclusão que, por uma questão, desde logo de hierarquia, era preciso ir à Lei fundamental para consagrar e tentar ultrapassar posições restritivas por esta via formal, a mais solene de todas.

Creio que o fazemos no tempo próprio, tendo de forma cuidadosa, feito um largo esforço de consensualização, de aprofundamento de conhecimento, quer ao nível técnico jurídico, quer, sobretudo, ao nível político.

Podemos por isso, dizer que este largo consenso significa verdadeiramente a opinião largamente maioritária desta Câmara, e, creio que a legitimidade política que temos, o passado que temos em matéria de aprofundamento e com setualização da autonomia insular, nos dará razão e, sobretudo, que foi necessário esse período de maturação.

Podemos desde logo dizer que é opinião do Parlamento dos Açores, que o cargo de Representante da República deve ser extinto, e, que os poderes que atualmente detém devem ser em homenagem e em reforço do carácter parlamentar do nosso subsistema de Governo, devem ser, dizia eu repartidos desde logo pelos dois órgãos de governo próprio existentes, sobretudo ao nível dos seus presidentes, quer do Presidente da Assembleia Legislativa, quer do Presidente do Governo, com isto significa também que se retoma uma ideia que constava da primeira versão e proposta do nosso estatuto provisório no sentido de ser este Parlamento a eleger o Presidente do Governo, no sentido também de se reforçar por esta via os poderes do próprio Presidente da Assembleia e desta Assembleia.

Também, porque temos memória e queremos que alguns revesses sejam sempre provisórios, retomamos a questão dos símbolos regionais e da sua dignidade e do seu uso no território da Região Autónoma dos Açores.

Também, achamos ser tempo de ultrapassar preconceitos e de se prever a existência de partidos regionais, pensamos também que, sem prejuízo do carácter coordenador especial do Provedor de Justiça, devem ser criados e deve ser possível a criação como, aliás, esta Região Autónoma já tentou, de provedores setoriais regionais.

Pensamos também que a autonomia, para além de identidade, também implica concertação e cooperação e que devem ser facilitados os canais institucionais para que tal aconteça, designadamente com a possibilidade, ou a sua solicitação ou por iniciativa, por exemplo, do Conselho de Ministros, que o Presidente do Governo possa participar em assuntos de grande importância que digam respeito à Região Autónoma dos Açores nesses Conselhos de Ministros.

Não foi preciso a pandemia, porque já existia um parecer da Comissão competente em razão da matéria, da Comissão de Política Geral, para termos a opinião de que a regulamentação do Estado de sítio e de estado de emergência nos Açores, por mimetismo não podia nem faz qualquer sentido que seja entregue ao Representante da República, muito menos se o pretendemos extinguir e muito menos, e, ao contrário do que, apesar de tudo, o seu nome indiciava, não sendo o Representante da República uma figura com poderes executivos e, portanto, essa matéria deve ser revista no sentido, naturalmente, do reforço do órgão executivo da Região, do Governo Regional, que tem desde logo competências em matéria de obras públicas, proteção civil e saúde.

Também é hora de reforçarmos e de clarificarmos aquilo que nós próprios noutras sedes, como na, já falada, terceira revisão do Estatuto Político Administrativo, fomos criando, designadamente ao nível do conceito de gestão partilhada e da conceção restritiva que por vezes vemos nalgumas Leis e também na interpretação do Tribunal Constitucional de forma a ficar claro que gestão partilhada é mesmo isso e que, inclusive, deve ter diversas intensidades consoante nos referimos ao mar territorial ou ao mar adjacente ou à Zona Económica Exclusiva, tudo isso também naturalmente ligado às questões complexas do domínio público, designadamente do domínio público marítimo.

Pensamos também que a consagração na Constituição do nosso Estado como um Estado unitário, que também é regional, é importante e é uma velha querela que merece e que deve ser desde já resolvida.

Também ao nível das revisões estatutárias e daquilo em que nós temos iniciativa legislativa exclusiva, é nossa opinião que tais matérias são bem ao nível da relação da partilha dessa competência com a Assembleia da República e para salvaguarda exatamente dessa iniciativa e da sua exclusividade, deve ser clarificado que apenas em matérias que foram alvo desse impulso legislativo, a Assembleia da República terá poderes para introduzir alterações.

Este longo trabalho, mereceu, pois, conforme comecei por dizer, consensos, os consensos exigem-nos a todos e convocam-nos para isso ter consciência do essencial, ceder no acessório para manter aquilo que é essencial a cada um para manter um consenso que será a nossa força e a nossa legitimação.

Creio que isso aconteceu, e, aconteceu de tal modo que por vezes, e, tomo isto como normal, não há já uma grande preocupação sobre autoria das iniciativas, é verdade que os elementos históricos estão aí, a Assembleia tem-nos, mas, eu tomo como excelente sinal que algumas forças já sintam como suas e assim falem de iniciativas que não foram até inicialmente por elas propostas, e, isso parece-me que é o melhor sinal e a melhor prova do consenso e da interiorização que paulatinamente fomos fazendo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Creio que este trabalho corresponde e honra aquilo que é a boa tradição em matéria da história da autonomia, dos princípios da autonomia, da conceptualização e dos avanços da autonomia, por parte dos Açores e da Região Autónoma dos Açores.

Estaremos assim em condições de dizermos, na sequência da esperada aprovação desta proposta de Constituição Autónomica, que nós já tivemos oportunidade de tomarmos posição.

É bom lembrar que também tentamos que houvesse alguma consensualização com a Região Autónoma da Madeira, o atual momento político eleitoral que a Região vive, com eleições no próximo setembro, naturalmente não facilitou essa tarefa, nós entendemos por bem avançar o que não significa, atenta a fase em que estamos, que essa consensualização e esse esforço não possam ainda ou não devam em fase posterior acontecer.

Resta-nos para além dessa consciência, para além da disponibilidade, estou certo, que de todos os membros desta Comissão, para continuarmos empenhados a acompanhar este trabalho que agora outros também e mais gratos protagonistas da

Comissão ao Plenário, do Plenário e do Parlamento aos partidos aqui representados, aos partidos dos Açores e com organização autónoma açoriana, aos partidos nacionais, há todo um trabalho difícil, importante, de pedagogia e de consensualização que teremos que fazer.

Esperemos que conforme já anunciado por alguns, a forma encontrada sob o ponto de vista jurídico para que o impulso processual ao nível de uma Revisão Constitucional seja dado, também mereça um largo consenso que o torne efetivamente possível.

Da nossa parte mais uma vez, estamos prontos, esperemos que os outros protagonistas que necessariamente têm de intervir também estejam sensibilizados e que consigamos levar a bom porto esta Revisão Constitucional em matéria de autonomias, com a qual certamente aprofundaremos e melhoraremos o nosso grau de autonomia e faremos com que certamente os Açores possam ser melhores, possam evoluir, possam desenvolver-se e também, naturalmente com isto, o país. Muito obrigado.

(Aplausos do PS, PSD, CH, Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado e Sr. Presidente da Comissão, vamos fazer um intervalinho mais pequeno, regressamos às 17h45.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 45 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Marco Costa foi substituído na Mesa pelo Deputado Carlos Freitas)

Presidente: Feita a apresentação do Projeto de Resolução, estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais.

Em primeiro lugar, eu gostaria, de, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dirigir, uma saudação e enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, como Presidente desta Comissão, pela Sra. Deputada Ana Luís, como relatora e pela Sra. Deputada Sabrina Furtado, como secretária da Mesa desta Comissão.

Dirigir, também, uma saudação a todos as Sras. e os Srs. Deputados que compõem a Comissão neste momento, em que, julgo que não é exagerado dizê-lo, se conclui uma das principais missões desta Comissão Eventual.

Um trabalho aturado, que permitiu ultrapassar diferenças de entendimento, que permitiu construir sobre terreno sólido e ancorar, um Projeto de Revisão Constitucional, que, me parece bastante importante e sobretudo, que, faz com que as autonomias regionais no nosso país, possam no fundo acompanhar aquele que é o processo de evolução que noutros países da Europa, que têm modelos semelhantes já evoluíram neste sentido.

Muitas das soluções que aqui estão consagradas nesta proposta, e, que constituem desde algum tempo entendimentos e propostas e posições do Partido Socialista, são no fundo, propostas que vão ao encontro daquela que é a evolução e o entendimento, que as autonomias regionais em modelos descentralizados politicamente, têm alcançado por toda a Europa.

Esta é uma Proposta de Resolução rica, na sua substância, e, eu permitir-me-ia destacar apenas um aspeto, um aspeto que me parece particularmente relevante, e, que é o da extinção do cargo de Representante da República, Dinis Moreira da Mota, numa das suas intervenções aquando da campanha que acabou por culminar com a apresentação do projeto inicial da autonomia dos Açores, utilizou uma

expressão, que me parece, que se adequa, aos tempos que correm em concreto a esse aspeto da Proposta de Resolução que esta Assembleia se prepara para votar, no fundo o de dispensar tutelas desnecessárias.

E, julgo, que é este o sentido, e, que é esta também um dos aspetos importantes a realçar.

Mas tão ou mais importante do que este aspeto é a solução que esta Assembleia encontra para a reafecção de competências, uma solução açoriana e uma solução autonómica, fazendo a redistribuição das competências desta figura por aqueles que são os Órgãos de Governo Próprio das Regiões Autónomas.

Este era o entendimento do Partido Socialista quando estava no Governo e este é o entendimento do Partido Socialista quando está na oposição, e, parece-me ser francamente uma boa solução, uma solução que mais uma vez acompanha aquela que é a tendência que por toda a Europa se vem verificando desde há alguns anos a esta parte quanto à evolução das autonomias regionais, nomeadamente na Espanha e em Itália.

Gostava de, para além, destas questões relativas à substância, fazer uma referência em relação ao processo, à parte adjetiva, é notório, é público, que, nem todos os partidos nesta Casa tiveram o mesmo entendimento em relação à parte procedimental, em concreto sobre se, se deveria ou não fazer desencadear este processo no âmbito da revisão constitucional que está em curso, ou, se se devia aguardar para uma fase posterior, quando estivesse concluído o trabalho dos parlamentos regionais.

Não me parece, que neste momento, releve o debate sobre as razões que assistem ou não a cada uma dessas posições, prefiro realçar o facto de, em primeiro lugar, este trabalho chegar ao seu termo nesta componente neste Parlamento, ao facto de, haver já, e, isso também parece-me particularmente relevante, haver já contactos com a Região Autónoma da Madeira, no sentido de buscar pontos de consenso, sobre esta matéria, e, em terceiro lugar, obviamente fazer votos de que seja

possível, concluído este trabalho de consensualização também, seja possível efetivamente avançarmos para a fase seguinte deste trabalho.

Esta aprovação hoje aqui não é claramente um ponto de chegada, é um ponto de partida, inicia-se agora uma nova fase neste processo, uma fase que se desencadeará, resolvido o aspeto que atrás referi, ao nível da Assembleia da República, em que também será necessário naturalmente, negociar, consensualizar posições, para fazer vingar aquela que me parece uma proposta e um Projeto de Resolução, soluções materiais quanto ao aprofundamento da autonomia, não só necessários, mas sobretudo adequados e importantes para o momento que as autonomias regionais em Portugal vivem.

Termino, como comecei saudando o trabalho e o esforço de todos os Deputados que fazem parte desta Comissão, em especial da sua Mesa, sob a Presidência do Deputado Francisco Coelho, fazendo votos também, que, da mesma forma que nós, aqui, conseguimos alcançar estes consensos, seja possível na Assembleia da República mobilizarmos vontades, mobilizarmos no fundo e sensibilizarmos entendimentos, para a importância que este assunto tem.

Aprofundar as autonomias regionais não enfraquece o nosso país, bem pelo contrário, ao aprofundar as autonomias regionais fortalece Portugal, fortalece o nosso país, é essa também uma mensagem que, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, gostaria de deixar aqui nesta Câmara, fazendo votos que ela ecoe daqui para fora. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Debatemos um Projeto de Revisão Constitucional, um Projeto de Resolução que contém um Projeto de Revisão Constitucional desta Assembleia e nesta Assembleia, o que constitui, como é óbvio, um momento importante da nossa autonomia, saudando também naturalmente, a Comissão para o Aprofundamento da Autonomia, que desenvolveu este trabalho na pessoa do seu Presidente, Deputado Francisco Coelho, e, não posso também deixar de não só registar, mas também lamentar a ausência do Presidente do outro Órgão de Governo Próprio neste debate, que julgo que seria importante sem menosprezar a presença de vários Membros do Governo.

O Bloco de Esquerda ao longo de quase duas legislaturas, empenhou-se no debate sobre a autonomia no Parlamento.

Apresentamos projetos próprios, devidamente articulados sobre a revisão constitucional que integram e vieram a integrar na íntegra o Projeto de Revisão Constitucional do Bloco de Esquerda na Assembleia da República.

Infelizmente, e, digo lamentando, nenhum outro partido poderá dizer o mesmo.

E o Projeto de Revisão Constitucional que hoje debatemos, apresenta importantes avanços, mas também alguns erros graves.

Acompanhamos e contribuímos para várias propostas, das quais destaco: o fim da proibição de partidos regionais, o reforço de poderes da Região no que diz respeito a acordos internacionais e a clarificação dos direitos das Regiões Autónomas sobre o mar.

Todavia, a proposta em debate pretende fazer um conjunto de alterações à Constituição que não acompanhamos, se a extinção da figura do Representante da República prevista é importante, a solução para os seus poderes não é menos importante, e, discordamos dessa segunda parte da solução, concordando com a primeira.

Com esse fim, o Bloco de Esquerda apresentou um conjunto de propostas que tinham como objetivo cortar definitivamente, com a lógica dos capitães generais.

Propusemos a substituição do Representante da República por uma figura constitucional chamado Provedor da Autonomia, eleito por maioria de 2/3 desta Assembleia, para o qual seriam transferidos todos os poderes do Representante da República, uma solução que emana da vontade popular do povo açoriano, embora de forma indireta.

Pelo contrário, aquilo que a maioria decidiu e que se encontra no projeto que hoje debatemos foi diminuir o peso institucional da autonomia, distribuindo poderes por vários órgãos.

É contraproducente substituir uma autonomia cada vez mais reforçada por uma lógica federalista que a proposta em apreço encerra.

Vivemos num quadro político e social de grande vulnerabilidade democrática, onde o caciquismo e as figuras providenciais têm chão fértil para crescer.

Assim, a figura que substituiria o Representante da República, que o Bloco defende, bebe da preocupação dos Deputados constituintes em criar um sistema de contrapoderes entre poder executivo, legislativo e presidencial.

Pelo contrário, a simplificação do sistema de Governo que a maioria aprovou promove o presidencialismo governamental.

Não há vazios de poder, quando se extingue um poder, aquele que permanece reforça-se, e, nos Açores o poder pende historicamente para o Presidente do Governo.

Em tese a figura do Provedor da Autonomia que o Bloco defende é para os partidos que o governam ou governaram um empecilho para uma boa governação e faz sombra ao Presidente do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Revisão Constitucional já o dissemos, segue caminhos federais que levam a seu tempo à desresponsabilização do Estado para com as autonomias, são exemplos disso a eleição de um Juiz a Tribunal Constitucional por cada Região Autónoma ou a criação de círculos regionais nas eleições para o Parlamento Europeu.

O caminho autonomista é aquele que não abdica de exigir ao Estado a assunção da sua responsabilidade, e, este Projeto de Revisão Constitucional não representa no global a visão que o Bloco tem para o aprofundamento da autonomia e da democracia.

Todavia, é certo contém aspetos de grande importância, como já referi no que diz respeito, por exemplo, ao mar.

Assim, o Bloco de Esquerda irá abster-se no presente Projeto de Resolução.

Termino com uma referência que não posso deixar de fazer ao processo de revisão constitucional em curso na Assembleia da República, estando esse processo a decorrer, o Bloco de Esquerda não deixou nem poderia deixar de colocar a autonomia no debate constitucional, seria imperdoável, se isso não acontecesse, e, do que temos visto, nesse debate, causa-nos enormes preocupações.

Em primeiro lugar a maioria absoluta do Partido Socialista abdica de falar da autonomia nesse Processo de Revisão Constitucional e o PSD apresenta propostas com as quais o PSD/Açores não concorda e que até pelos vistos, os Deputados do PSD nessa mesma Comissão não acompanha.

Por isso, infelizmente, os partidos que são essenciais para uma qualquer revisão constitucional, PS e PSD, constituem neste momento o bloqueio ao aprofundamento da autonomia.

E o desafio que deixamos, em nome do Bloco de Esquerda, é que o PS e o PSD, partidos essenciais à revisão constitucional na Assembleia da República, se juntem ao Bloco na defesa de propostas verdadeiramente autonomistas para um processo de revisão constitucional em curso, só a eles cabe essa responsabilidade. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

É de facto um dia, é um momento importante para o Parlamento dos Açores, não só por aquilo que já disse o Sr. Deputado Francisco Coelho, Presidente desta Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia daquela tribuna, no sentido, em que é a primeira vez na autonomia dos Açores que o seu Parlamento tem uma pronúncia e um Projeto para uma Revisão Constitucional, em que pensa verdadeiramente o aprofundamento da autonomia, tendo em conta o momento presente, uma perspetiva de futuro e um olhar também àquilo que foi o passado das relações de os Órgãos do Governo Próprio com o próprio Estado e com a República, não vou falar do continente, talvez levava-nos a outra conversa, mas queria assinalar nesse sentido, que aqueles que achavam que esta legislatura não tinha possibilidade de avançar devido a uma composição parlamentar tão plural e com tantas diferentes forças políticas representadas, esses enganaram-se redondamente...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e a prova é hoje, neste Parlamento que vamos tirá-la.

Enganaram-se porque é possível em nome dos Açores, estabelecer compromissos, é possível em nome dos Açores e da evolução da autonomia e do aprofundamento da autonomia, fazer consensos, fazer pontes, e, é certo que é também possível, quando queremos que a autonomia avance, é possível que nem tudo quanto nós queremos que ela avance ela possa avançar de uma vez só. E este é também esse processo, este é também o processo em que o consenso obriga a que muitos de nós, ou a que qualquer um de nós, tenha que abdicar eventualmente daquilo que não seja fundamental, ao contrário do Bloco de Esquerda, que acha que é fundamental determinadas posições que tem sobre a autonomia não é possível o consenso, mas naquilo que é fundamental, nós fomos capazes de gerar neste Parlamento, nesta legislatura e com esta composição parlamentar, um diálogo profícuo e efetivo para o aprofundamento da autonomia.

Estamos de acordo, em larga maioria, com a extinção do cargo de Representante da República, com a distribuição dos respetivos poderes de forma inovadora e mesmo disruptiva, no edifício constitucional português com o desaparecimento da fiscalização preventiva da constitucionalidade, é um momento único na nossa democracia, e, é um momento de avanço não só da autonomia regional, mas mesmo da democracia portuguesa, que é das poucas que tem a fiscalização preventiva da constitucionalidade. Atrevemo-nos, portanto, a propor, relativamente aos Decretos Legislativos Regionais, que é aquilo que estamos a tratar concretamente apenas do aspeto autonómico, o desaparecimento dessa fiscalização preventiva como uma das formas de acautelar a distribuição de poderes que vêm do Representante da República. Mas podemos falar de fim da proibição da existência de partidos de índole regional, quando estes não atentem contra a unidade do Estado ou nos seus propósitos contra direitos fundamentais dos cidadãos e da Constituição, mas também estamos a falar da existência de listas e de círculos próprios para o Parlamento Europeu, estamos a falar de resolver aqueles que são os constrangimentos da declaração do Estado de emergência, estamos a falar da existência de juízes próprios ou nomeados pelas regiões ou por estes parlamentos regionais para o Tribunal Constitucional, precisamente, não para avaliarem apenas os diplomas que têm que ver com as autonomias, mas para serem aqueles que têm o cuidado de olhar para as autonomias quando fazem a avaliação da constitucionalidade das leis.

Mas, para além disso, os símbolos regionais, a questão da lei do mar, clarificar esses pontos é fundamental, a presença dos Presidentes do Governo nos Conselhos de Ministros em aspetos fundamentais para a autonomia e a criação de um novo artigo, o artigo que nós propomos 225.ºA, que estabelece os princípios fundamentais da autonomia dos Açores e da Madeira ou das autonomias, princípios esses que são eles próprios uma nova reserva de direitos que não podem ser modificados, nem por revisão eventualmente constitucional, se bem que não os

inscrevemos enquanto reserva de revisão, ou seja, nós também conseguimos consensualizar entre nós o estabelecimento de metas para que os próprios legisladores, quando olham para as autonomias e para os seus direitos, tenham estabelecidos aqueles princípios fundamentais que o Tribunal Constitucional, quando interpretar essas leis e essas normas, tenha que ter em conta para não cometer algumas injustiças e, da nossa perspetiva, algumas decisões erradas que têm cometido quanto às autonomias.

Para terminar, se me permitem, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, também abordar um aspeto que o Bloco de Esquerda mencionou, eu lamento que o Bloco de Esquerda se abstenha nesta proposta, e, lamento por uma razão, o Bloco de Esquerda não pode ao mesmo tempo criticar, quando aqueles partidos que têm iniciativa de revisão não acompanham as opiniões que nós aqui concordámos, mas o Sr. Deputado não pode exigir que sejamos nós obrigados a concordar exclusivamente com as opiniões do Bloco de Esquerda. Eu compreendo que nós não estamos de acordo em tudo e desde logo na extinção do cargo de Representante da República, mas nós temos um compromisso e esse compromisso é valorizado quando estamos todos de acordo de uma votação unânime neste diploma, seria também importante nesse aspeto.

Naturalmente, é um direito do Bloco de Esquerda e já justificou a sua opinião.

Mesmo para terminar, há uma feliz coincidência e uma infeliz coincidência neste processo. Este processo durou seis anos, sensivelmente em termos de trabalho parlamentar e em Comissão dos partidos representados nesta Casa na passada legislatura e nesta, este processo coincidiu, o seu culminar, com a existência de eleições marcadas na Região Autónoma da Madeira e compreendemos que tal como nós há três anos atrás, por termos eleições para realizar, soubemos esperar a nova composição parlamentar para tomar uma posição sobre este processo, temos que aceitar que os outros também possam achar que, durante um processo eleitoral não devem emitir ou pelo menos comprometer-se com esta solução que nós

apresentamos. Mas há um aspeto que é outra parte da coincidência e esta sim, é uma feliz coincidência, é que estando nós a terminar o processo de consensualização e a fechar efetivamente este diploma em Comissão, fomos convidados pela Assembleia da República e pela Comissão de Revisão Constitucional, e, aqui não estou de acordo com o Deputado Vasco Cordeiro, estando esse processo a terminar, a Comissão de Revisão Constitucional da Assembleia da República, entendeu convidar-nos a estar presente para uma reunião em termos da revisão constitucional, e, como eu tive oportunidade, em nome do Partido do Partido Social Democrata, na Comissão de Aprofundamento da Autonomia de dizer, o processo legislativo, ou o processo de parecer sobre os Projetos de Revisão Constitucional que estão em discussão na Assembleia da República foi formalmente, constitucionalmente, estatutariamente e regimentalmente dado por esta Assembleia através da respetiva Comissão.

E, portanto, esse processo em termos de pronúncia sobre o que está a decorrer na Comissão de Revisão Constitucional da Assembleia da República, foi feito este convite, como eu disse em Comissão, só pode significar e só deve significar para este Parlamento, não uma cortesia institucional, mas uma efetiva intenção de ter em conta ideias que nós aprovamos nesta Casa, ideias que nós temos já concluídas, daí a feliz coincidência de nós podermos ir à Assembleia da República com o nosso diploma aprovado, como se espera naturalmente neste dia, e, na próxima semana, demonstrar à Comissão de Revisão da Constituição que a nossa presença na Assembleia da República e numa reunião com essa Comissão, só pode significar que as nossas propostas vão ser tidas em conta na avaliação do processo de Revisão Constitucional, de outra forma, nós seremos apenas uma visita de cortesia e isso nunca será admissível nem para este Parlamento e muito menos para o trabalho que desenvolvemos com esta Proposta de Revisão Constitucional, e, por isso, o nosso desafio é aquele que o Sr. Presidente da Comissão dali, lançou também, relativamente ao poder de iniciativa e também deve a Assembleia da República e a

Comissão de Revisão Constitucional olhar para o poder de iniciativa que é exclusivo na revisão constitucional para as Sras. e Srs. Deputados da Assembleia da República e que os parlamentos regionais também devem ter poder de iniciativa para desencadear Processos de Revisão Constitucional, de outra maneira não serve o trabalho que nós estamos a fazer, se ele não é para ter tido em conta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto tem a palavra.

(* **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Esta é também a nossa proposta, a proposta que nós abraçamos em nome do consenso político alcançado ao longo de muitos anos de trabalho nesta Assembleia por parte de duas Comissões, a primeira Comissão na legislatura passada, a CEVERA, e, atualmente a Comissão de Aprofundamento da Autonomia.

E, portanto, deixar aqui um testemunho do grato prazer que foi e é, trabalhar com os colegas de vários partidos que defendem, obviamente, princípios políticos diferentes, distintos, mas que em nome deste consenso, foi possível alcançar, pondo de lado aquilo que nos separa e focando-nos naquilo que nos deve unir, que é o Aprofundamento da Autonomia, o aprofundamento das nossas competências enquanto autonomia política e administrativa nesse país.

E, portanto, estamos obviamente felizes por termos alcançado este trabalho que agora está à votação, e, que na próxima semana iremos dar dele testemunho de viva-voz na Assembleia da República.

Foram consensualizadas várias matérias, desde logo na questão da clarificação da gestão do mar dos Açores, que de há uns anos a esta parte, tem sido um motivo de discórdia política e administrativa entre a Região e a República ou entre a República e a Região, as competências autonómicas, a melhoria da relação com a República, com o Tribunal da Relação, com a nomeação de juízes por parte das regiões autónomas para o Tribunal Constitucional, os símbolos regionais e, portanto, são tudo um conjunto alargado de competências autonómicas, de símbolos autonómicos, que estamos afirmando.

Relativamente à questão do Representante da República e da extinção desse cargo tutelar, é conhecida a posição do CDS, ser contrária à extinção desse cargo, exatamente não pela extinção em si, mas pela solução de substituição ou de atribuição ou redistribuição dos poderes que esta figura constitucional tem e, portanto, foi possível também consensualizar aqui a redistribuição, o reacomodamento das competências do Representante da República, não é que seja uma solução com a qual nos possamos identificar na íntegra, mas é uma solução aceitável, é uma solução coerente no quadro do trabalho que foi realizado e por isso também obviamente que somos subscritores de alma e coração desta proposta que agora vamos votar.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez realçar o consenso alcançado, o trabalho e o esforço de todos os Deputados e nomeadamente da Mesa composta pelo Sr. Presidente Francisco Coelho, pela Sra. Relatora Ana Luís e pela Sra. Secretária Sabrina Furtado, que obviamente foram coordenando os trabalhos e que foram muitos e intensos e uma Comissão que envolveu sobretudo uma documentação extensa e um trabalho muito aturado de elaboração e compilação de propostas e também os serviços de apoio parlamentar tiveram neste campo um apoio exemplar, e, portanto, deixar aqui esse reconhecimento. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo.

Quero em primeiro lugar começar por felicitar o excelente trabalho feito pelo Presidente da Comissão, Sr. Deputado Francisco Coelho, que coordenou os trabalhos da Comissão, o excelente trabalho feito pela Sra. Deputada Ana Luísa enquanto Relatora e também um bom trabalho feito pela Sra. Deputada Sabrina Furtado.

A Mesa, de facto, dirigiu com excelência os trabalhos que foram realizados pela Comissão e também todos aqueles que nos diferentes partidos assumiram as funções de representar os diversos Grupos e Representações Parlamentares, apresentando suas propostas, discutindo, analisando e tentando consensualizar um conjunto grande de posições.

A verdade é que eu penso que só dignifica e enaltece este Parlamento, a capacidade de consensualização que ele sempre teve nestas matérias ao longo da história.

E mais uma vez nesta legislatura, foi possível elaborar este trabalho de consensualização, porque uma revisão constitucional só por si, tendo em conta a maioria qualificada que exige, só tem êxito se este trabalho de consensualização prévia no Parlamento dos Açores for realizado com eficácia e foi isso que aconteceu, há um consenso que ultrapassa inclusivamente a maioria qualificada que seria necessário no âmbito da Assembleia da República.

Eu devo dizer que essa é uma prova da vitalidade, é mais uma prova da vitalidade desta legislatura, que seja possível nesta legislatura apresentar uma proposta tão

importante, é algo que dignifica todos os Srs. Deputados que participam e que integram este Parlamento dos Açores.

Devo dizer também que o PPM, enquanto velho partido, criado em 1974 e que teve a felicidade de ser um dos quatro partidos que já governou a República Portuguesa e também de ser um dos quatro partidos que já governou a Região Autónoma dos Açores tem obviamente especiais responsabilidades.

E o nosso sentido de responsabilidade foi de criar todas as condições para que este consenso se realizasse, aliás, devo dizer sem mentir, sem faltar à verdade, que votei favoravelmente, o PPM votou favoravelmente, todo o projeto que é aqui apresentado todos os artigos, todas as alterações introduzidas, até num processo que é, como sabem era um processo que herdamos da CEVERA, também presidido pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, e, portanto, nesse sentido, o trabalho que desenvolvemos teve uma importante herança, foi a herança recebida da CEVERA, no âmbito da qual foram encontradas finalmente as soluções adequadas por um conjunto de questões que há muito eram debatidas na Região Autónoma dos Açores, como por exemplo, e vou só referenciar dois ou três casos, mas o mais importante é a extinção do Representante da República, durante muito tempo debateu-se aqui, em anteriores legislaturas, debateu-se aqui, de que forma é que era possível fazer. Bom, desde logo nem todos os partidos concordavam, mas aqueles que concordavam com a extinção do Representante da República não confluíam em relação à proposta, o que é que se iria fazer para substituir o Sr. Representante da República, que distribuição se faria das suas competências e que solução se encontraria em relação à substituição da fiscalização preventiva, portanto, a questão foi que foi possível, pela primeira vez encontrar no âmbito do Parlamento dos Açores, numa ampla maioria, encontrar uma solução que permite, que se faça, que se realize a extinção do Representante da República, e, esta solução, como aqui foi já referenciado, é uma solução inovadora, mas é uma solução sustentada, muito

sustentada do ponto de vista jurídico, do ponto de vista constitucional, do ponto de vista político.

Por isso, nós temos a convicção que apresentamos uma proposta muito sólida, no âmbito desta matéria.

A extinção dos partidos regionais com que várias forças políticas na Região Autónoma dos Açores concordavam, também entra na nossa proposta, também eu acho que, é fundamental, também já aqui foi referido a entrada de juizes indicados pela Região no Tribunal Constitucional, porque o Tribunal Constitucional, ao longo da história, tem sido sempre, tem uma interpretação muito restritiva das competências dos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores, e, nesse sentido, é importantíssimo também que se introduza esta alteração e outras que são importantes, mas que não tenho agora tempo para descrever e nesse sentido, termina a minha intervenção, fazendo referência a isto, nós fizemos parte da solução neste âmbito, no âmbito regional e naquilo que irá acontecer podem contar com o Partido Popular Monárquico, sempre do lado da solução, sempre do lado do reforço da autonomia da Região, sempre naquilo que é fundamental, ou seja, na defesa dos interesses do povo dos Açores.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Pacheco tem a palavra.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CHEGA gostaria de congratular o trabalho da Comissão na figura do seu Presidente, Sr. Deputado Francisco Coelho e também a Sra. Deputada Ana Luís e Sabrina Furtado.

Um trabalho que tem sido célere, de sabedoria, que não a tenho, estou a aprender, estou a gostar de ver, tenho aprendido imenso, tenho tido o cuidado de ir lá ver (impercetível 00:37:28), quando não consigo estar presente, e, que vou aprendendo, porque sou um defensor da nossa autonomia.

Eu acho que esse trabalho que temos que fazer é sempre um trabalho que percebemos às vezes que não é motivador, porque não temos esse poder de decisão, mas no CHEGA temos este princípio que é de tanto insistir, tanto insistir, pode ser que alguém um dia nos oiça, e, tem resultado connosco e espero que a autonomia também resulte.

Eu destacaria aqui algo que também, que já me acompanha há muitos anos, não é um exclusivo do meu partido desde que aqui estou, mas que já anteriormente já o defendia, que é a extinção do Representante da República, se bem se lembram, apelidei o Sr. uma vez de, com a simpatia que até tenho pelo Sr., mas a figura do “titi” no meio da sala, acharam todos muita graça, mas no fundo, é o que eu penso que é, eu penso que uma autonomia não precisa ter um tio, ou um padrinho ou alguém a tomar conta dele, a autonomia é a autonomia.

Quanto aos partidos regionais, já o disse anteriormente também, sim, nada a opor, é preciso é ter cuidado para que os partidos regionais depois não sejam mais uma fonte de despesa e não traga nada de novo. Às vezes estas coisas acontecem, temos que ter algum cuidado, mas sim, eu penso que os eleitores depois farão a devida filtragem, e, se existir um partido ou vários partidos regionais com força necessária ou suficiente para se manterem e virem para esta Assembleia com as suas bandeiras, ok, irá funcionar, caso contrário, temos que ter o cuidado de não estarmos a criar aqui mais qualquer coisa que em nada nos irá beneficiar a não ser os próprios e não termos o partido da rua A ou o partido do António, um partido do Manuel.

Nós precisamos sim, de bons defensores da nossa autonomia e da nossa democracia, da qual eu acredito piamente com pluralidade, que é uma coisa que acredito também bastante, concorde-se ou não, mas deixo esta ressalva e este alerta. Quanto do Presidente do Governo Regional no Conselho de Ministros, eu penso que é fundamental, nós temos que ser a voz da nossa geografia, da nossa autonomia, do nosso arquipélago, do nosso povo, isto é importante, isto é importante. Nós não podemos deixar que outros decidam por nós ou que falem em nosso nome.

E peço desculpa, sempre que falam em nosso nome não tem resultado, nós precisamos que sejam as pessoas devidamente eleitas e democraticamente eleitas a estarem lá e levantarem as questões e levantarem a voz, se necessário for, sempre que os Açores estiverem em questão, sempre que os Açores sejam chamados a debate e não deixar por mãos alheias quanto a isso, os meus parabéns a todos os partidos, todos que participam, porque quando nós queremos, sabemos estar unidos e trabalhar em prol de um bem maior e, neste caso o bem maior é a nossa autonomia. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De forma muito rápida, mas na sequência, em primeiro lugar, naturalmente, saudar as intervenções de todos e dizer conforme é óbvio, e acho que ficou implícito na minha intervenção inicial que o trabalho desta Comissão deve-se à facilidade e à importância com que todas as Sras. e os Srs. Deputados tiveram deste trabalho, da importância de se trabalhar e de haver um esforço conjunto para a máxima consensualização possível para este sentido institucional e para a boa fé com que todos trabalharam.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Lima, e, naquilo que diz respeito às suas divergências, designadamente a respeito da substituição da figura

do Representante da República, eu gostava só de lembrar o seguinte, o Partido Socialista, conforme é fácil provar pelos documentos entregues, se não estou em erro em outubro de 2017, começou por defender uma solução muito semelhante e achávamos que a termos que ir por aí, designadamente por causa da fiscalização preventiva, a ter que haver uma figura, ela ao menos que fosse uma figura regional e com esse recorte, no nosso entender, porém, encontramos uma solução ainda melhor.

E, portanto, eu diria que não fora a solução encontrada e conforme é fácil de provar a proposta do Bloco de Esquerda, no nosso entender, é a segunda melhor, digamos assim.

Deputado António Lima (BE): Já não é mau!

O Orador: De qualquer modo, é justo também dizê-lo, e eu não quero deixar de dizê-lo que à semelhança, o Bloco de Esquerda e o Sr. Deputado António Lima terem a respeito de algumas soluções uma opinião divergente, o que é democrático, é também de toda a justiça dizer-se e reconhecer-se a presença sempre assídua, atenta, colaborante e qualificada que o Sr. Deputado António Lima teve nesta Comissão, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, sim senhor!

O Orador: ...tal como as restantes Sras. e Srs. Deputados, e é de toda a justiça, repito, dizer isto.

Relativamente à intervenção, aliás, apenas a última parte da intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa, com a qual eu concordo e acho que também concordo com a última neste sentido, evidentemente que nós não estamos aqui a brincar, não só pelo tempo que levamos, como, sobretudo pela importância, que temos absoluta consciência, dos assuntos que tratamos e, portanto, o que nós queremos mesmo é que estas propostas, o maior número possível, se possível na íntegra, sejam vertidas em norma constitucional, o procedimento ultrapassa-nos um pouco, há regras constitucionais a este respeito, há regras regimentais, a todos os

que nos chamam e que nos querem ouvir, nós, obviamente, dizemos presente, neste caso, podemos dizer presente já com a nossa proposta fechada, e, também sabemos que, em qualquer circunstância, há sempre possibilidades e meios de esse processo ser feito.

Alguns partidos já demonstraram, inclusive abertura para isso, espero que se necessário for, outros também demonstrem para se for necessário uma revisão extraordinária que ela também seja feita e que se encontre a larga maioria que possibilita esse impulso.

O que nos interessa efetivamente é que a nossa proposta se transforme em letra constitucional. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto então se há mais alguma inscrição?

Vamos passar à votação deste **Projeto de Resolução n.º 171/XII - Revisão Constitucional.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 171/XII foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 abstenção do Bloco de Esquerda.

Presidente: Sra. Deputada Ana Luís para uma interpelação, faça favor.

Deputada Ana Luís (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Só para dar nota à Mesa e à Câmara de que no corpo deste Projeto de Resolução, nomeadamente no art.º 226.º, há uma repetição do n.º 3, que deverá ser tida em consideração em sede de redação final.

(O Deputado Marco Costa reocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Muito bem, muito obrigado, Sra. Deputada. Peço à Comissão de redação final que tenha isso em conta.

Está assim encerrado este ponto da ordem de trabalhos, vamos avançar, o ponto 16 já foi tratado, o 17 também, avançamos para o ponto 18 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 174/XII – “Celebração de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários no transporte de doentes não urgentes”**, é uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do PAN, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves, para justificar a urgência.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O PAN fez esta iniciativa com carácter de urgência para que fosse feita uma celebração de um protocolo com o Governo junto das Associações Humanitárias de Bombeiros na Região Autónoma dos Açores, relativamente ao transporte de doentes não urgentes, temos valores diferentes respeitante nas ilhas e respeitante em vários concelhos, e, o que pretendemos é que o Governo pagasse a diferença entre aquilo que é o contrato ou os protocolos com as unidades de saúde de ilha ou hospitais e aquilo que será o valor mais justo neste caso, não é o ideal, mas é sem dúvida o mais justo entre aquilo que os bombeiros necessitam como uma grande receita e aquilo que o Governo obviamente consegue suportar, obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições no âmbito do debate da urgência?

Não havendo, vamos votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves para apresentação da iniciativa, faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Trazemos a esta Casa mais uma iniciativa que se propõe mitigar, com carácter de urgência, um problema que dificulta as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na boa prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Regional de Saúde. Estas Associações disponibilizam diversos serviços de proximidade, com um reconhecido e insubstituível papel de verdadeiros socorristas no quotidiano das populações em variadas situações.

É incontestável, portanto, que os bombeiros desempenham, diversas vezes, funções de grande exposição ao risco e perigo físicos sem nunca esquecer as repercussões psicológicas que afetam os vários profissionais ao longo da vida e lhes provocam um desgaste mais rápido no cumprimento das suas funções.

Estas unidades que, de forma obstinada e sem nunca interromper o seu serviço na linha da frente na defesa das necessidades da população açoriana, mesmo nas condições mais adversas como durante a Pandemia causada pelo COVID19, merecem não apenas a nossa solidariedade social, mas, sobretudo, o reconhecimento efetivo através de medidas políticas públicas.

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários sofrem de um desinvestimento crónico com repercussões financeiras no que diz respeito ao pagamento de remunerações justas aos profissionais e à aquisição e manutenção de recursos materiais e equipamentos.

As dificuldades económicas acentuam-se agora, com a subida dos custos com a energia decorrente das consequências da situação bélica que se vive a leste da Europa. Juntando-se a esta conjuntura a subida dos custos com as taxas de juro com implicações diretas na aquisição de equipamentos, forma a tempestade perfeita para uma asfixia financeira que coloca em causa a prestação de serviços de transporte de doentes não urgentes realizada pelas Associações.

Este transporte é indispensável a centenas de cidadãos que sofrem de patologias crónicas com necessidade de tratamentos programados e contínuos nas entidades do Serviço Regional de Saúde.

Contudo, tem agregado um custo de prestação que nem sempre é coberto pelos valores contratualizados entre as entidades contratantes e as Associações de Bombeiros. Este facto conduz ao agravamento do passivo consolidado das Associações e, como tal, deve o Governo Regional, no nosso entender, ajustar os apoios financeiros à evolução dos preços do mercado energético, fundamentalmente no que respeita ao transporte terrestre não emergente.

Tendo em conta a realidade heterogénea da situação financeira vivida pelas dezassete associações da Região, a fórmula concebida para o apoio deve ter em conta esta variável.

Considerando, ainda, que os valores acordados entre as entidades contratantes e as Associações não refletem os custos reais dos serviços prestados, conduzindo ao agravamento da sua situação financeira, devem os apoios ter em consideração, também este constrangimento.

Entre um compromisso daquele que deve ser o apoio mais ajustado às Associações pelo serviço que prestam e o não agravamento das contas públicas com uma despesa que é inevitável, deverá ser atribuído o apoio pecuniário àquelas Associações que afirmam menos de oitenta e cinco cêntimos por quilómetro pela contratualização do serviço de transporte não urgente de doentes.

O Governo Regional procederá, desta forma, à cobertura da diferença entre o valor atualmente contratado e um patamar, considerado como o mais equilibrado, de oitenta e cinco cêntimos por quilómetro pago às Associações de Bombeiros pelas entidades contratantes, a fim de garantir a continuidade na prestação de cuidados a uma parcela da população mais fragilizada e dependente deste serviço de proximidade. Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada Sr. Presidente, fui rápida para respeitar o tempo de hoje e não levar o puxão de orelhas que levei da última vez, obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Em boa hora traz o PAN, o Sr. Deputado Pedro Neves, mais uma preocupação, como já vem sendo seu hábito com os Bombeiros dos Açores e, de facto, a cirúrgica análise que tem feito aos problemas e a forma como tem apresentado nesta Câmara as suas propostas e, neste caso, este Projeto de Resolução manifestam claramente a boa fé com que o PAN tem tratado estes assuntos, que, é um assunto caro a todos nós, a toda a Região e obviamente que são associações que contribuem bastante para o bem-estar das nossas populações e muitas vezes nem tem em consideração as suas próprias vidas, não vou aqui dissertar sobre o que é ser um bombeiro, toda a gente sabe o que é ser bombeiro, mas são pessoas que realmente a sua entrega ao bem comum e à sociedade e os serviços que nos prestam muitas vezes não são reconhecidos ou não são bem remunerados, é de facto, de louvar.

Há apenas uma pequena diferença no nosso pensamento daquilo que disse ali na tribuna, os Bombeiros dos Açores não são bem remunerados, de facto, o que achamos neste momento é que tendem a ser mais bem remunerados, já houve um aumento salarial.

Os Bombeiros dos Açores são de facto, uma grande preocupação deste Governo Regional, não fosse este próprio Governo Regional ter tomado posse em plena pandemia e, portanto, teve logo que ter os Bombeiros dos Açores como um grande aliado, porque o eram, eram os primeiros a prestar socorro, obviamente durante a pandemia do COVID19, e, naturalmente reconhecendo o bom trabalho que fizeram, não seria agora que deixariam de ser uma prioridade.

De facto, tem havido com este Governo Regional muito mais diálogo com as associações, com as corporações de bombeiros, é um facto que está a ser trabalhado a revisão de financiamento, a nova adaptação de regime jurídico para que finalmente se chegue nos Açores àquilo que se pretende que é o Estatuto Social do Bombeiro.

No que diz respeito aos quilómetros propriamente dito, esta é uma grande receita das associações, naturalmente, fazem todo o trabalho para o qual são solicitados e é mesmo uma das maiores fontes de receita das associações que tem aumentado substancialmente e também aqui deixar um testemunho óbvio, tem aumentado substancialmente, porque neste momento há melhores cuidados de saúde, há mais consultas, há mais tratamento, há mais interação, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... há mais comunicação e, portanto, naturalmente há mais chamadas a requerer este serviço, a receita tem aumentado, mas o facto é que também aliando isso aos melhores cuidados de saúde que este Governo Regional também tem implementado e tem conjugado da melhor forma estes 2 vetores, claro que sim, que achamos que este é o mais um passo a dar, não será estanque, porque realmente o que este Governo está a fazer é criar estatutos e revisões de base e quando as coisas são estruturantes, naturalmente, levam o seu tempo para não serem feitas “com os pés nem à papo seco”, como era hábito às vezes e, que durem sobretudo, que durem para o futuro e que as associações sintam sempre neste Governo Regional um franco aliado. Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(Neste momento o Deputado Marco Costa retomou o seu lugar de Secretário na Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O CHEGA acompanhará, votará a favor este diploma, e, deixaria também aqui, nunca é demais dizer isto, nós temos que repensar as nossas corporações, associações de bombeiros numa Região como a nossa, temos que estar mais atentos, se calhar em vez de andarmos aqui a apagar fogo a fogo, como andam eles muitas vezes, começamos a ter aqui um papel muito mais ativo e até inovador nesta área.

Nós temos volta e meia, vamos recebendo alguns representantes quer dos bombeiros, quer das corporações, temos reunido com algumas. É importante começar a ouvir mais um pouco ou com mais atenção, talvez, para podermos fazer aqui um trabalho muito mais eficaz junto dos bombeiros.

Eu volto a referir, nós vivemos num arquipélago e temos tido, infelizmente, algumas más experiências, os nossos bombeiros têm sido a linha da frente, não fossem eles os soldados da paz e eles merecem todo o nosso respeito, mais não seja a nossa atenção e o saber escutar. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Pedro Neves, o PPM vai votar favoravelmente a sua iniciativa.

Eu, quero dizer-lhe antes o seguinte, V. Exa. nem imagina a sorte que teve por ter conseguido a sua eleição nesta legislatura, porque com as maiorias absolutas do Partido Socialista anteriormente, digo-lhe já, que este tipo de iniciativas não teria qualquer possibilidade de êxito, não teria Sr. Deputado.

E o Sr. Deputado, tem aqui nesta matéria e noutras, tem visto como este Parlamento tem e esta maioria, mais especificamente, tem realizado uma análise séria daquele que é o seu contributo, tem feito uma análise, que muitas vezes converge com V. Exa. em muitos assuntos, e neste era um assunto que, nomeadamente, para ser justo o Partido Social Democrata por diversas vezes nas legislaturas anteriores, abordou e chamou a atenção para a desvalorização do ponto de vista daquele que era o contributo do Governo Regional no âmbito do apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Por isso, esta proposta, com muita probabilidade, será aprovada hoje no Parlamento dos Açores, porque ela é apresentada num contexto político, num contexto parlamentar que permite, de facto valorizar as boas propostas, as boas iniciativas e, de alguma forma, vencer obstáculos, que, veja, não seria necessário apresentar em circunstâncias anteriores, um grande conjunto de argumentos, era não, porque é não. Agora temos uma perspetiva diferente, V. Exa. avança com um conjunto de uma exposição de motivos com que o Grupo Parlamentar do PPM concorda e se conseguirmos a aprovação deste Projeto de Resolução, isso significa uma melhoria muito significativa.

Compare, na legislatura anterior, aquilo que era dado por quilómetro na prestação de serviços de transportes de doentes não urgentes e com a comparação, compare com que é agora nesta legislatura, que é já a segunda vez que se irá alterar o valor, compare a melhoria tão significativa nessas condições, e, nós não estamos a fazer

por cálculo político, como V. Exa. bem sabe e pode testemunhar, nós estamos a fazê-lo pura e simplesmente por convicção, porque esta é uma boa solução para as Associações de Bombeiros Voluntários da Região Autónoma dos Açores e o conjunto de argumentos que V. Exa. aqui apresenta fazem todo o sentido e nós concordamos, concordamos com a posição que V. Exa. aqui apresenta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Alexandra Manes, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo.

Eu não me vou alongar muito nesta minha intervenção, nem vou repetir as palavras que foram as da Sra. Deputada Sabrina, a respeito da importância que têm estas associações, estes homens e estas mulheres que todos os dias dão da sua para a nossa vida.

A nossa recente viagem da Comissão de Política Geral à ilha do Pico e as suas visitas às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários daquela ilha, revelaram, aquelas que são as grandes dificuldades que persistem nestas associações, de uma forma geral todas as associações de bombeiros, têm veiculado algumas preocupações através da comunicação social, dando conta das dificuldades que enfrentam neste momento, e, por isso, e, pela importância que estas associações têm, nós vamos votar favoravelmente este Projeto de Resolução. Muito obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sras. Secretárias.

Tendo em conta a proposta que o PAN apresenta neste Plenário, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não pode deixar de neste momento saudar todas

as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na nossa Região, quer os bombeiros que aí desempenham funções, quer também os seus órgãos sociais e as direções que aí desempenham funções, e, que tem como é amplamente sabido por todos, um papel fundamental na prestação de apoio e de socorro em diversas vertentes às nossas populações.

E o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda todos aqueles que desempenham funções nestas atividades, reiterando também aquele que é também o património do PS dos Açores na parceria permanente de vários anos com estas instituições e que resultou não apenas por mérito do Partido Socialista, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Querem ver que a Proposta é vossa?

O Orador: ... mas também por mérito daqueles que se empenharam no desempenho dessas funções nestas instituições, no apetrechamento, na melhoria das infraestruturas, no apetrechamento em termos de equipamentos e numa maior capacitação destas instituições e dos profissionais e voluntários que aí desempenham funções para melhor prestar auxílio e apoio às nossas populações.

Isso tem também impacto na parceria que foi sendo desenvolvida ao longo dos anos, quer também no âmbito dos apoios que são concedidos e no pagamento que é feito por quilómetro, no âmbito do transporte de doentes não emergentes, aliás, matéria sobre a qual incide esta proposta aqui apresentada pelo PAN, proposta essa que merece total concordância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem diria!

O Orador: Temos, aliás, ouvido ao longo dos últimos tempos também manifestações públicas de responsáveis associativos destas instituições sobre alguns problemas em que estão a viver fruto também do contexto económico e social que atravessamos atualmente, refiro-me em concreto à questão, por exemplo, do impacto dos custos da energia nestas instituições, aliás, tivemos oportunidade no âmbito dos trabalhos que desenvolvemos na Comissão de Política Geral, de ouvir isso in loco por parte de algumas associações, e, portanto, cabe-nos também

enquanto decisores políticos e enquanto órgãos de governo próprio da nossa Região, também desenvolver as diligências necessárias para acudir este tipo de problemas e à sobrecarga orçamental que muitas destas instituições têm e por isso, esta proposta do PAN vem em boa hora, tem a concordância do Grupo Parlamentar do PS, aliás, em coerência com aquele que tem sido o trabalho do PS, junto destas instituições, ao longo de vários anos, só uma visão profundamente sectária ou uma visão que tem como principal móbil reescrever a história é que pode por isso em causa.

O Partido Socialista fez aquilo que fez enquanto desempenhou funções no Governo, orgulha-se daquilo que fez, certamente não terá feito tudo bem, mas tem um património incontornável e indiscutível no apoio que sempre deu aos bombeiros, com consequência prática e efetiva naquilo que representa hoje o Serviço de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores na nossa Região e, no caso em concreto, no âmbito do transporte de doentes não emergentes, também a forma como isso tem garantido um melhor apoio às nossas populações. É sabido que, obviamente, esse transporte não é exclusivo das corporações de bombeiros, é daquelas que são entidades credenciadas e reconhecidas pela Secretaria Regional da Saúde como capacitadas para desenvolver esses trabalhos no âmbito das unidades de saúde das suas ilhas, neste caso em concreto, esta proposta do PAN incide sobre as associações de bombeiros e, portanto, tem da nossa parte total concordância. Obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep*): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Projeto de Resolução, que é-nos trazido aqui pelo PAN, obviamente que vai merecer o voto de unanimidade nesta Casa e não posso deixar de saudar o Sr. Deputado Pedro Neves por ter trazido essa realidade, ter alertado esta Câmara para essa debilidade, que é o financiamento dos bombeiros e que a sua proposta com certeza contribuirá para uma melhor tesouraria das associações humanitárias.

Mas permitam-me que alerte esta Câmara de que os problemas dos bombeiros, infelizmente não se cingem apenas à iniciativa identificada pelo Sr. Deputado Pedro Neves. Não podemos deixar de esquecer que provavelmente os bombeiros são a única organização determinante para o funcionamento da nossa sociedade, que nos presta socorro todos os dias à nossa comunidade, que depende determinantemente do voluntariado para o pleno serviço das suas atividades.

Deve ser a única, a sociedade já evoluiu a tal ponto que eu acho que já ninguém, não há nenhuma organização que dependa de voluntariado para o desempenho das suas funções, nos bombeiros, infelizmente, isso ainda acontece, soube disso com espanto, e, soube também com espanto, ainda há cerca de um mês atrás, que, apesar de nesta Casa ter sido deliberado o pagamento do subsídio de risco aos bombeiros dos Açores, essa situação ainda não acontece e, ao que parece, porque ainda não está desenhado o Estatuto do Bombeiro dos Açores.

Portanto, em bom rigor e dito assim de forma mais grosseira, é uma boa desculpa para não pagar e eu alerto que se foi aprovado nesta Casa e há mais de dois anos que seja feita a tramitação necessária, nomeadamente, estou a falar do Estatuto do Bombeiro dos Açores, para que se regularize essa situação, essa palavra de honra que temos com os nossos bombeiros, os nossos bombeiros, merecem mais do que isso, eu acho que a nossa sociedade tem desvalorizado o valor dessa instituição e prova disso mesmo é que basta falar com os comandantes das unidades para

percebermos o número de desistências que vão existindo dos bombeiros e que só não acontecem mais pelo espírito de camaradagem que existe em cada corporação. Essa é uma realidade, infelizmente triste, fala-se muitas vezes em regularizar carreiras de A, B e C profissões, os bombeiros têm sido um parente pobre. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Só para, muito rapidamente, para quantificar aquilo que é pago em média nesta legislatura, com 85 cêntimos por quilómetro na prestação de serviços de transporte de doentes não urgentes, aquilo que é pago nesta legislatura é mais 31% do que era pago na legislatura anterior, é importante sempre quantificar aquilo que é o esforço que está a ser feito...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... de legislatura para legislatura e, portanto, que este Governo irá implementar, sob proposta também do Sr. Deputado Pedro Neves e com o apoio dos partidos da coligação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo.

Efetivamente até ao momento, e, no espaço de quatro meses, é com muito orgulho que este Governo tem dado provas que está do lado das Associações Humanitárias de Bombeiros da nossa Região.

Cumprimos aquilo que era um compromisso relativamente ao aumento dos 8% também apresentado pelo Plano, cumprimos uma entrega de equipamentos, salvo erro no valor de 250 mil, de forma a dotar as nossas associações ainda mais capazes relativamente aos serviços que prestam.

E, obviamente, também com base naquilo que já foi aqui anunciado pelas diferentes bancadas, iremos dar seguimento face à aprovação desta proposta.

Gostaria de relembrar que já na presente legislatura, no mês de junho do ano passado, foi feita uma atualização deste valor, também conforme já foi aqui dito, em fevereiro deste ano voltou a aumentar-se este valor, mas não poderei deixar de alertar para algumas situações que poderão acontecer no decurso da aprovação desta iniciativa, na medida que a contratualização é feita diretamente entre as Unidades de Saúde e as Associações Humanitárias de Bombeiros, que poderão também ser outras entidades externas. Portanto, uma ressalva para que também seja importante esclarecer esta Câmara.

E, também porque, independentemente disso, este valor pode variar e pode não ser uma medida equitativa para todas as corporações, porque obviamente, depende muito daquilo que são os quilómetros percorridos entre as distâncias que as diferentes cooperações podem fazer ao longo do dia, sendo certo que a maioria dos transportes são realizados entre os hospitais e os domicílios dos próprios doentes, e, é aí que está o grande bolo desta receita.

Contudo, naquilo que depender da parte do Governo, no sentido de apoiar e de valorizar ainda mais o trabalho das associações, pois estamos cá como sempre estivemos até ao momento para, de certo encontrar soluções que valorizem e dignifiquem o trabalho destes homens

Gostaria ainda de acrescentar que, não obstante esta aprovação, o Governo está num processo de revisão da legislação e regulamentação aplicáveis à deslocação e ao transporte de utentes, terrestre, aéreo ou por via marítima, intra-ilhas e inter-ilhas e também para fora da Região Autónoma dos Açores, nas situações de não urgência e de agendamento programado e também nas situações de urgência e de emergência, inclusive a nível das viaturas de emergência médica. É um trabalho que estamos a fazer, que era necessário rever e regulamentar, adequar à realidade às dinâmicas do setor e que a breve prazo estará obviamente concluído.

E também gostaria de acrescentar que este Governo sim, tem a possibilidade de escrever ou reescrever história, ou seja, conforme aquilo que já foi anunciado no início desta semana, há intenção de criação de um documento que está finalizado, que inclusive já foi discutido internamente que diz respeito ao Estatuto Social do Bombeiro, que é um documento inovador, um documento que vai dar resposta a muitos dos anseios destes homens, que estes homens têm tido ao longo do tempo e que, de facto merecem e que até agora não tinha sido uma pretensão que tinha sido respondida e, portanto, é um documento que em muito nos orgulha e que pretendemos que, de facto, dignifique ainda mais o trabalho de todos os homens, de todos os bombeiros da nossa Região e ainda, esse sim, um documento ainda mais inovador e que dignifica ainda mais o trabalho das associações, estamos em fase de reescrever também história quando se fala num regime de financiamento para as associações, regime esse que virá criar um modelo que, com base em critérios operacionais, permitirá previsibilidade às associações humanitárias de bombeiros da nossa Região, que em muitos dos casos é isto que falta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, também achamos nós que é com base neste regime que se poderá dar resposta de forma mais consistente às despesas correntes, nomeadamente ao custo da energia que efetivamente tem vindo a subir e que tem sido um problema para a gestão corrente destas associações.

Portanto, o Governo está cá para dar soluções que garantam a continuidade de um trabalho que tem sido feito e, da nossa parte, podem obviamente esperar dentro daquilo que é a responsabilidade e esforço financeiro da parte do Governo a disponibilidade para responder afirmativamente ao trabalho destes homens, porque obviamente, prestam trabalho a toda a Região.

Gostaria só de terminar a minha intervenção, aproveitando aqui a discussão no âmbito do transporte não urgente, mas para fazer uma saudação a nível do transporte emergente, atendendo que nas últimas 24 horas e atendendo também aquilo que foi um fluxo anormal, registaram-se quatro evacuações aéreo-médicas de forma excepcional, três delas para fora da Região.

Recordo que temos duas equipas que fazem esse transporte e que de forma eficaz e segura, o Serviço Regional de Saúde mostrou estar à altura deste acontecimento.

Deputados Pedro Pinto e Bruto da Costa: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Foi transportado um doente para Coimbra, foi transportado um doente para a Madeira, foi transportado um recém-nascido para Lisboa e ainda uma grávida no âmbito de uma deslocação inter-ilhas, isto deve-se a uma resposta organizada do Serviço Regional de Saúde, deve-se ao esforço dos profissionais que constituem o Serviço Regional de Saúde, que muitas vezes ultrapassam as suas capacidades e os seus limites para dignificar aquilo que é o trabalho neste setor. Muito obrigada a todos.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

É deveras gratificante ver que uma iniciativa que vai beneficiar os bombeiros vai receber a votação de forma unânime.

Isso, sem dúvida que é o melhor cunho merecedor para todos os nossos bombeiros. Sr. Deputado Carlos Furtado, eu nunca disse que esta iniciativa iria ajudar em tudo aquilo que os bombeiros necessitam, isto são passos, o PAN está a contar uma história desde o início desta legislatura, relativamente aos bombeiros, começou com o subsídio de risco e antecipação da reforma, que não está cumprido porque não há o Estatuto do Bombeiro Profissional, não é social, é profissional, e, isto o Governo não está a cumprir, está bastante atrasado e também informe que eu tive conhecimento, obviamente que, esse documento já estava finalizado, eu já estava a começar a escrever um Estatuto devido a esse atraso e, obviamente, que fico bastante contente porque vi no Jornal Oficial que foi criado um conselho técnico, onde nós temos várias entidades, nomeadamente também a Federação e o Sindicato dos Bombeiros para, obviamente verificar este documento que será bastante importante e que já falta para esta Região, para os nossos bombeiros profissionais, eu digo bombeiros profissionais com esse orgulho, apesar de saber que são assalariados e não podemos sequer dizer que são profissionais, que é uma vergonha para a nossa Região Autónoma dos Açores.

E, para dizer que isto é um contar de história e são vários passos que são dados porque a necessidade ou o desespero das nossas associações é tão grande e, são lacunas tão grandes que temos de ter várias medidas sistemáticas.

Para dizer que fico também contente por parte do Governo de acompanhar, apesar de não votar, acompanhar esta iniciativa, aproveitar também esta iniciativa para fazer uma publicidade que é sempre boa e que pelo menos fiquei contente com aquilo que foi dito.

E, para ter em conta e o cuidado, e, digo aqui publicamente, que não se esqueçam que o subsídio de risco, a antecipação da reforma não são 61 anos, são 55 anos, aquilo que está a ser dito pela Federação dos Bombeiros não está correta, é aos 55 anos nós não precisamos de ter bombeiros aos 61 anos que precisam de bombeiros mais novos para os levarem para as emergências. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Carlos Furtado, tem a palavra, tem muito pouco tempo, alerta.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputados Pedro Neves, eu não disse que o Sr. tinha acabado o seu percurso nem disse que só agora o tinha começado, o que eu disse foi que os problemas dos bombeiros não se cingem a essa situação.

Congratulo-o também que o Sr. já se tenha voluntariado para ajudar a escrever o Estatuto dos Bombeiros dos Açores caso o Governo não o fizesse, mas também lhe comunico a si e a toda a Câmara, que também perante o Presidente do Secretariado da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais, também me disponibilizei para participar na construção deste documento, caso assim, aquele Secretariado assim o entendesse, portanto, estamos juntos nessa matéria.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Já terminarei. E, a faltar outros disponíveis estarei sempre disponível para esta causa. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 174/XII – “Celebração de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários no transporte de doentes não urgentes”

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 174/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos assim avançar na nossa agenda para o ponto 20 – Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 175/XII – “Recomenda ao Governo Regional a contratação, através de concurso público, de empresas para assegurar a manutenção das bermas da rede viária regional”, é uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do CHEGA, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, para justificar a urgência.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Nós justificamos a urgência, pelo que é mais evidente, muitas das nossas estradas encontram-se num estado lastimável, não há outro termo para o dizer, em que alguns dos sinais de trânsito estão tapados, colocando até em causa a segurança dos cidadãos e de quem nos visita. Este é um aspeto, por outro lado, também, aquilo que nós queremos mostrar como sendo algo único e positivo que são as nossas paisagens, não é mostrando o que se tem visto nas nossas estradas, que dá um mesmo de desmazelo, nesse sentido, nós achamos que é urgente criar aqui um mecanismo ou recomendar ao Governo que crie um mecanismo que possamos solucionar esta situação o mais rapidamente possível. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições no âmbito da urgência? Não havendo, vamos votar este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência dou novamente a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco para a apresentação da iniciativa, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Conforme disse, e, não me querendo repetir, que o tempo já vai longo.

Deputado António Lima (BE): Mais um negócio para dar a alguém.

O Orador: Pronto, eu às vezes não consigo resistir nós quando estamos a falar de um assunto sério, o Bloco de Esquerda vem aqui dizer que é para fazer um negócio para dar a alguém, olhe, eu vou dar ao Bloco de Esquerda um sacho e uma catana e os Srs. vão cortar as ervas, pronto, está resolvido.

Sra. Secretária, esqueça lá, nós vamos levar as coisas com seriedade, eu peço desculpa, Sr. Deputado, até pela simpatia que tenho por si e o Sr. tem demonstrado que é uma pessoa séria, agora o Sr. não foi nada sério, o Sr. foi uma pessoa que fez de um populismo, o Sr. fez agora aqui, o Sr. fez nesta Assembleia aquilo que não se deve fazer.

Deputado António Lima (BE): Nem o senhor!

O Orador: Não, então isto não é nada, quer dizer, nós temos aqui um problema grave, nós temos estradas que um autocarro tem que passar no meio da via, que pode provocar um acidente, nós estamos a mostrar um postal às pessoas degradante, degradante, em que temos canas a crescer, e, o Sr. brinca com isto, é verdade que nós, se não há capacidade, nós sabemos que tem havido alguma dificuldade em mão de obra, e mais, até sugiro aqui, não está aqui escrito, mas digo, há muito boa gente que se queixa que não está nos programas, coitadinhos, olha, façam o seguinte, juntem-se 3, 4, 5, e, formem uma empresa e vão trabalhar nisso, concorram, é assim que as coisas devem ser, nós precisamos imediatamente que seja feito um levantamento de todas as estradas, inclusive caminhos rurais, em todas as ilhas, nós precisamos também de um plano de corte e manutenção das nossas estradas, não pode ser quando calha tem que ser, quando tem que ser.

Deputada Alexandra Manes (BE): Daqui a pouco chegamos ao RSI!

O Orador: E, sabendo que o Estado tem demonstrado não conseguir cumprir, então, que o façamos, através, não das adjudicações diretas, aí sim é que pode ser perigoso, mas sim através do mecanismo da contratação em que possamos rapidamente dar de forma séria, transparente a empresas privadas que façam esse trabalho, penso que não é muito difícil, nós não podemos é continuar a dizer que temos um destino turístico e depois é o que vemos, é o que vemos em todas as ilhas e os relatos que vamos recebendo.

Há um problema, vamos resolver, não vamos é debater politiquices com um problema tão complicado como este, que tenho visto em várias estradas e com aquilo que me vai chegando em mãos ou através de e-mail em várias ilhas, nós temos que fazer isto, ponto final, não há outra forma de o fazer.

Os caminhos rurais que continuam a estar na vergonha que sempre estiveram, infelizmente, porque há muitos anos que se abandonou há muitos anos que se abandonou também, não é aceitável.

E finalmente, existe uma Lei, existe legislação, isso tem de ser dito o Sr. proprietário da terra que não limpar o que lhe é devido, este Sr. tem de ser penalizado, multado, nós não podemos ter agueiros tapados porque os Srs. deixam crescer as silvas e tapam isto, isto é inadmissível, é tão inadmissível uma estrada regional como é num caminho agrícola, porque muitos que vêm reclamar muitas vezes são os causadores da desgraça que lá está feita. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Esta iniciativa que o CHEGA traz-nos hoje, de uma forma um pouco lata, eu consigo compreender, obviamente, mas aquilo que eu peço e sendo um Projeto de Resolução, a gente não pode fazer, obviamente alterações, não é uma recomendação, eu peço que exista algum cuidado, e, relativamente há um manual

de boas práticas para a gestão florestal dos Açores, além de que existe também o Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores, com enquadramento jurídico nessa matéria e atribuição das suas próprias competências e tendo sempre o cuidado que não colida, obviamente com alguns preceitos ambientais, porque há bermas, e, eu já vi, que não era só a relva, não era erva, mas que começaram a cortar raízes do qual não deveriam e é esse o cuidado, obviamente, como é uma recomendação, viro-me para o Governo para ter esse cuidado acrescido, Sr. Secretário Regional da Agricultura, o cuidado de na parte florestal que há raízes de árvores que estão a ser cortadas de uma forma errada em termos ambientais, por isso, esta recomendação quando for feita o Sr. Secretário tenha esse cuidado. Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado do CHEGA, Sr. Deputado Pacheco, queria-lhe começar por dizer que nada tenho a opor à aprovação desta recomendação ao Governo, mas também, dito isto, queria dizer aqui algumas coisas e digo logo no início para quando fizer os meus considerados não parecer que vou contra a recomendação, não tem problema nenhum em fazer essa recomendação.

Agora também gostava de lhe dizer que não podemos dramatizar esta situação, porque ela não é tão generalizada quanto isso, nem podemos tomar a parte pelo todo, porque também não podemos, somos nove ilhas, e, quero reafirmar aquilo que disse aqui o Sr. Deputado Pedro Neves, porque hoje em dia o conceito de limpeza de via é completamente diferente daquilo que era há alguns anos atrás e isto tem que ser dito e até o conceito de apreciação da nossa paisagem por parte dos nossos turistas também é diferente daquilo que era há alguns anos atrás,

portanto, a nossa vegetação, a nossa paisagem também tem que ser preservada em função de um conjunto de preceitos e práticas ambientais que são apreciadas por nós e por quem nos visita, já para não falar na questão das abelhas, que também é preciso ter em consideração.

Mas, dito isto e por isso é que disse inicialmente que nada tinha contra a aprovação da Resolução, dito isso, queria fazer um pequeno enquadramento da nossa realidade em termos de estradas regionais, porque é apenas em termos de estradas regionais, eventualmente sobre trilhos sobre a nossa responsabilidade, que irei falar e, portanto, em termos de estradas regionais, nós temos 1346 quilómetros de estradas regionais na Região e temos 813 quilómetros de trilhos, queria-lhe dizer que a organização da limpeza das estradas é feita em São Miguel por três setores e esses três setores têm várias equipas espalhadas pelos diferentes setores que abrangem toda a ilha de São Miguel, que em Santa Maria há nove assistentes operacionais que fazem, constitui uma equipa, que fazem este trabalho, na Terceira 39, na Graciosa 31 em São Jorge 11, no Pico 60, no Faial 25, nas Flores 7 e no Corvo 5.

E se eu digo isto é para se perceber que há efetivamente uma grande vontade e um número significativo de assistentes operacionais afetos a esta atividade e estão neste momento em processo de admissão mais 34 assistentes operacionais para as várias ilhas dos Açores, portanto, é uma situação que nos preocupa, é uma situação que temos presente.

Mas também queria dizer como é que organizamos o nosso serviço. O nosso serviço é feito, com esse plano que diz, esse plano existe! É semanal e todas as semanas ele é programado com antecedência e todas as semanas é aferido semanalmente para se fazer toda essa programação, tem a ver com o corte de relvas, tem a ver com as bermas, com os taludes, com as podas, com abate de árvores, com as limpezas das estradas, com a limpeza dos miradouros, com as limpezas de todos os espaços que são visitáveis e que ficam nas nossas estradas regionais.

Naturalmente que damos algumas prioridades e essa prioridade tem a ver em grande parte com os pontos de visitação turística, que são os miradouros e os espaços que são visitados e com as festas de freguesia.

Portanto, damos também prioridade às freguesias, às vezes esse plano   alterado em fun o disso, em fun o das festas de cada freguesia, que na semana anterior procura-se ter as bermas dessa freguesia relativamente bem arranjas e devidamente podadas,   uma questão de prioridades que nós temos no nosso trabalho.

Tem de ser assim,   normal, eu acho que nós, na nossa vida particular também fazemos o mesmo, temos um planeamento, mas temos prioridades que às vezes podem alterar esse planeamento.

Isto acentua-se mais de Verão, como   óbvio, e a dificuldade   maior durante o Verão, porque obviamente que a humidade e a temperatura fazem com que a vegeta o cresça mais rapidamente e isso acontece, todos nós temos essa experiência nas nossas próprias casas, portanto, isto para dizer que, tendo em conta essa situa o que se acentua mais no Verão, nós temos na ilha de São Miguel, neste momento com um contrato de adjudica o que está a terminar no valor de 47 mil euros, na ilha Terceira em junho foi adjudicado um contrato de 25 mil euros, em Santa Maria fez-se uma adjudica o no valor 3.500 euros, na ilha do Faial fez-se uma adjudica o de 30 mil euros e na ilha das Flores uma adjudica o de 27 mil euros.

Portanto, nós estamos atentos a essa realidade, o que   que se passou aqui em concreto, na ilha de São Miguel? Tivemos o problema da Ribeira Quente...

Voices dos Deputados da bancada do PS: Oh Sra. Secretária, pelo amor de Deus!

A Oradora: ... e todo o pessoal foi alocado   limpeza da estrada da Ribeira Quente, não tenha d vidas nenhuma sobre isso,   óbvio que foi uma situa o de emergência que requereu um tratamento de emergência, e, não tenha d vidas nenhuma sobre isso, não tenha d vidas sobre isso.

Foram alocados pessoal à Ribeira Quente, depois desta situação, que se verificou na Ribeira Quente, além disso, temos em curso um conjunto de investimentos de mecanização, na Graciosa 19 mil euros, em São Jorge 52 mil euros e na ilha de São Miguel temos estado a alugar tratores com corte a bermas e também no valor de 14 mil euros, também na Graciosa foi alugado um corta mato no valor 609 euros.

E, portanto, para vos dizer que toda esta situação está sempre bem presente nas nossas preocupações, nós alocamos o pessoal àquilo que é prioritário e eu volto a dizer, e, neste ano, tivemos essas dificuldades, tiveram três semanas o pessoal todo alocado à situação da Ribeira Quente.

E também devo referir que em relação aos trilhos, nós temos 813 trilhos e neste momento estão em curso 22 acordos de limpeza de trilhos com juntas de freguesia e outras instituições para nos apoiarem na limpeza dos trilhos, que também ficaram muito danificados com a passagem da depressão “Óscar”, portanto, neste sentido, nós estamos a fazer exatamente aquilo que propõe o Sr. Deputado José Pacheco e nesse sentido, estamos perfeitamente confortáveis com a aprovação desta Resolução. Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De forma breve, começo por dizer que este Projeto de Resolução, todos os Projetos de Resolução todas as Propostas desta Casa merecem naturalmente o mesmo tratamento e têm a mesma dignidade, mas não nos parece que se justifique de modo algum urgência e dispensa de exame em Comissão para limpar as bermas das

estradas que, naturalmente, sendo um assunto importante que não justifica de modo algum a urgência e dispensa de exame em Comissão de uma iniciativa deste nível. Feita esta ressalva, e, que justifica o nosso voto ao pedido de urgência, gostaria também de salientar ou de notar que nós já percebemos qual era o sentido, ou, qual é o sentido dos cartazes do CHEGA que estão na rua, era limpar as bermas das estradas.

(Risos da Câmara)

O Orador: Ficamos esclarecidos sobre a proposta em concreto.

Sr. Deputado peço que leve o humor que é o fim do dia, é sexta-feira.

Mas não posso deixar de dizer, e agora mais a sério que esta proposta tem um grave problema, é que a limpeza das estradas regionais, sendo competência do Governo, sempre foi feita, na sua maioria, ou quase sempre, por funcionários do Governo e aquilo que se recomenda, que o Governo pelos vistos já está a fazer, por isso não sei porque é que estamos a debater esta proposta, aquilo que sempre foi feito, foi o Governo, com os trabalhadores da administração pública essa limpeza e esse trabalho, e, esse trabalho é importante, como é óbvio, e, aquilo que se está aqui a pedir é ao coberto de uma exceção, é para tornar recorrente e permanente a externalização, o outsourcing deste importante trabalho, ou seja, é exatamente aquilo que se fez com as portarias, com as cantinas, com a limpeza e com tantos serviços que o Estado vai-se desresponsabilizando e colocando nas mãos de privados e depois começa a correr mal, os trabalhadores são mal pagos e precários, despedidos, sem direitos, veja-se o que acontece com as portarias quando muda a empresa de segurança e os problemas que há com a questão da transmissão de estabelecimento, em que há tantas empresas que não querem simplesmente saber, mandam os trabalhadores para casa e isso não é uma questão de somenos, aquilo que se está aqui recomendar é mais um erro enorme e que o Governo aceita de bom

grado, aceita de bom grado, porque é isso que o Governo quer, é mais um negócio que vai certamente para alguma empresa ou algumas empresas que vão ficar muito bem, mas quem ficará pior são os trabalhadores dessas empresas e o Bloco de Esquerda não compactuará com isso. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado António Lima diz que isto é um negócio...

Deputado António Lima (BE): É, é!

O Orador: ... e está do alto, às vezes daquela postura estalinista que desenvolve, que é, ataca burguesia e parece que isto é um negócio transcendental, daqui a pouco vem o Bill Gates abrir aqui também uma empresa, isto é para cortar erva, Sr., para cortar erva.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Há muita coisa que o Partido Socialista não deixou nesta Região, mas há uma coisa que eu vos garanto que nos deixaram a erva e isso os Srs. deixaram-nos e eu sou testemunha, em determinados períodos do ano no Corvo, na ilha do Corvo, nós tínhamos erva mais alta que o Sr. Deputado António Lima, posso-vos garantir.

Deputado Berto Messias (PS): Só se for no seu quintal!

Deputada Ana Luís (PS): É! O Corvo tem essa capacidade de produzir erva!

O Orador: Sr. Presidente, portanto, isto é um problema que vem de há muito, vem de há muito. E como sabem, em relação às estradas, eu aqui estou quase para dizer aquela frase famosa de D. João II em relação ao seu pai, Dom Afonso V, eu diria

que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro só me deixou, só nos deixou as estradas do Reino pouco mais nos deixou e deixou-nos a erva, evidentemente.

Sr. Deputado, porque o Sr. Deputado sabe como é que estava a maquinaria das obras públicas, completamente degradada ao longo destes anos, em que condições estava, por exemplo, como eu pude testemunhar, o Serviço das Obras Públicas em Santa Maria, a desgraça absoluta em que se encontrava, os equipamentos em todas as ilhas, há quanto tempo é que não se comprava equipamento novo? Há quanto tempo é que não se comprava viaturas novas? Além dos quadros dos serviços que se encontravam totalmente dependente de, por exemplo, trabalhadores ocupacionais, em que os Srs. não integravam nem respondiam àquelas que era as necessidades dos serviços e, por isso, aquilo que é a nossa herança nesta matéria é uma herança pesada, uma herança com muita erva e por isso, Sr. Deputado é evidente que o Governo já está a iniciar aquilo que é necessário fazer e, portanto, nessa matéria, a sua preocupação é uma preocupação que da parte do PPM nós também temos essa preocupação e consideramos é que têm que ser dadas as resposta e é isto que está a ser feito. Se fosse em outro tempo isto seria desvalorizado, não existia mesmo que aqui apresentássemos as fotografias, isto seria desvalorizado, mas evidentemente o Sr. Deputado, fez aqui o testemunho dessa situação, eu concordo com essa situação, já não tenho essa situação na ilha do Corvo, por exemplo, mas eu que tenho a oportunidade de me deslocar ao conjunto das ilhas, posso observar que em algumas zonas é necessário realmente incrementar os trabalhos. É isso que o Governo vai fazer e nessa matéria, aquilo que V. Exa. aqui denunciou não é algo que não ocorra pontualmente em um ou outro local. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (Indep.): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem, deixando um bocadinho a brincadeira das ervas, mas eu já percebi que isso é da sexta-feira à tarde, já está tudo pensando em ervas, talvez, não sei.

Eu queria fazer lembrar uma situação aqui a esta Câmara, todos os atos têm uma consequência, em janeiro do ano passado, no Plenário de janeiro de 2022, por proposta da Iniciativa Liberal, foi apresentado aqui um Decreto Legislativo Regional que previa a possibilidade de, em situações excecionais utilizar-se o glifosato em zonas de difícil acesso e de difícil utilização de mão de obra, ora bem, esse diploma foi chumbado, teve os votos a favor do PSD, os votos a favor do CDS, os votos a favor do PPM, o voto a favor da Iniciativa Liberal, o voto a favor do Deputado Independente, os votos contra do Partido Socialista, do Bloco de Esquerda e do PAN, e, teve a ausência do Deputado que agora quer resolver o problema das ervas, àquele dia, o Sr. Deputado que agora quer resolver o problema das ervas, não tivesse fugido aos trabalhos parlamentares na sexta-feira da tarde para ir para Lisboa ...

Deputado José Pacheco (CH): Tenha vergonha!

O Orador: ...fazer graças ao Presidente do CHEGA, a iniciativa tinha sido aprovada, mas não foi, a iniciativa foi chumbada por votação de empate à segunda votação.

Portanto, o Sr. que agora quer resolver o problema das ervas foi o mesmo Sr. que há um ano e meio atrás não quis saber deste problema, não obstante na discussão deste diploma o Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas ter alertado para o problema que iria surgir pelo facto.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, permita-me só, ó Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, os trabalhos ainda não terminaram.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Portanto, àquele dia, àquela hora o Sr. Deputado do CHEGA, não estava preocupado com as ervas, foi para Lisboa porque era preciso agraciar o chefe, pronto.

Deputado José Pacheco (CH): Quem é que lhe deu autorização para falar em meu nome? Tenha vergonha na cara!

O Orador: Portanto, resumindo agora um ano e tal depois, o Sr. Deputado percebeu que afinal as ervas era um problema, o Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas alertou para isso, eu alertei para isso e a realidade está à vista e a contratação agora de serviços externos para este serviço, infelizmente vai ter de ser uma realidade. Da minha terra eu conheço se calhar dez ou doze indivíduos que fazem esse tipo de serviço nas estradas, todos eles são da minha idade ou mais velhos do que eu, daqui a 4 ou 5 anos, estão todos, como se diz na minha terra, encostados às boxes.

Deputado José Pacheco (CH): Tu é que foste encostado à box!

O Orador: E não há novos para fazer o serviço, não há, bonecos de Barcelos não dá para fazer isso, tem que ser com pessoas com roçadora às costas, da minha parte eu não tem problema nenhum em por a roçadora às costas, amanhã, se calhar por essa hora estou com uma às costas, agora, se calhar os chefes de serviço que vão-se ver confrontados com a aprovação dessa iniciativa vão dizer, olha, venham aos Deputados no mês de agosto de roçadora às costas ajudar a resolver o problema. Muito obrigado

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Manuel Ramos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quem ouviu a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, parece que o Governo Regional já não manda limpar as bermas há mais de três anos, não é!? As ervas e o mato vem do tempo do PS.

Um dos aspetos que os açorianos mais prezam de sobremaneira é salubridade dos espaços públicos, tais como as praças, os arruamentos, a rede de estradas regionais, que interligam as nossas cidades, vilas, freguesias e lugares.

Pode-se também integrar nessa rede os caminhos agrícolas, florestais e os trilhos turísticos.

Conforme consta nos considerandos do Projeto de Resolução a vegetação, para além de por vezes ocupar parcialmente a faixa de rodagem, encobre os sinais de trânsito verticais e os muros de basalto, que são um traço peculiar da nossa paisagem.

Lamentavelmente, o estado de abandono e desleixo em que se encontra a rede viária regional compromete a paisagem açoriana, bem como a segurança dos automobilistas, que, para além de ser um produto turístico é a morada dos que cá residem, é a morada dos açorianos que merecem ter as suas estradas nas devidas condições para lá circular.

Lamentavelmente, recordo que a rede viária tem um peso relevante nos impostos pagos pelos açorianos e é imprescindível manter estas infraestruturas em boas condições, pavimento, sinalização vertical, horizontal, limpeza de bermas, árvores, muros, etc.

Mas o que atualmente suscita mais atenção aos açorianos é o aspeto de abandono que ostentam as bermas das nossas estradas.

A única leitura plausível é que isto se deve à má gestão por parte das Secretarias que tutelam estas estradas regionais, caso contrário, não havia necessidade desta iniciativa.

Fatores como a redução para mais de metade dos orçamentos das delegações de ilha, a má gestão dos recursos, a redução significativa do número de ocupacionais sem que houvesse contratação permanente de mão de obra para colmatar a falta dessa força laboral.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é que é estratégia?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Imaginem se era o PSD a dizer isto?

O Orador: Interrogo-me, Sra. Secretária, tem consciência de que gere uma Secretaria que não dispõe de meios para realizar as intervenções necessárias nas estradas regionais?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!!

O Orador: (impercetível 01:54:38) que o Governo vai dar cumprimento a este Projeto de Resolução, caso seja aprovado, é claro, implementando os seus pontos resolutivos, e, questiono, porque, já aqui nesta Casa foram aprovados vários Projetos de Resolução e recomendações que nunca chegaram a ver luz do dia...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Quer falar sobre isso? Tenho aqui uma listagem boa!

O Orador: ... e a importância desta intervenção é que seja feita de forma mais rápida, que se recorra a contratação pública, ajustes diretos.

Relativamente à ilha Graciosa no início desta legislatura, a Sra. foi alertada que existiam árvores na estrada regional no troço Praia de Santa Cruz que as suas raízes já impediam o trânsito com segurança, houve uma intervenção, foram cortadas algumas árvores, mas a maioria ficou lá, eu penso que não se pode ir lá dar uma imagem que se interveio, mas na realidade, a intervenção foi medíocre e curta, disse. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Parece que as estradas regionais mudaram muito nos últimos tempos, eu como já tenho alguma idade e vivo nestas ilhas desde que me conheço, sempre vi algumas alturas do ano, principalmente na altura de Verão, a dificuldade que os diversos

Governos que foram passando nesta Região sempre tiveram na manutenção das estradas regionais.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E, este problema acresce-se e agudizou-se claro, com uma legítima decisão desta Casa da proibição de utilização de produtos químicos, neste caso, do glifosato, que era um ajuda...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... muito importante e podem perguntar, já que tanto falaram hoje das freguesias, aos presidentes de juntas de freguesia a importância que esses produtos da forma como ajudam a colmatar as situações.

Mas também quero dizer e responder ao Sr. Deputado Manuel Ramos, não sei na Graciosa, não posso responder, porque não lá resido, mas pelo menos em São Jorge, eu vejo, que, com os meios que tem, a Secretaria das Obras Públicas a roçar os caminhos e a percorrer os caminhos, se está a conseguir chegar a todo o lado como nós gostaríamos, claro que não, com certeza que não, e, também basta ver o tempo que temos tido na Região nos últimos tempos, esta bela chuvinha, que para muitos é muito bom e para certas áreas é muito bom, mas para as estradas não é.

Mas julgo que tem havido, continua a haver essa preocupação de tentar manter as estradas limpas, e, também acho que o que o Sr. Deputado José Pacheco aqui nos traz seria muito mau para esta Região, se algum dos pontos resolutivos que estão aqui não fosse a prática diária das diversas Secretarias de quem governa.

Se fizerem um levantamento, saberão onde é que estão as coisas, isso todos nós vemos e acho que a Secretaria das Obras Públicas nas suas diversas delegações está perfeitamente ciente dos sítios que é preciso intervir, só que não se consegue chegar a tudo.

Agora a questão de eventualmente se poder, para uma situação pontual, para o embelezamento da época em que vivemos, recorrer a uma entidade externa, não vemos isso como que seja o diabo, o certo é que há que reconhecer, não há que

esconder o sol com a peneira, dizer que não existe problema com as estradas regionais, porque ele existe, é factual, é real, não vale a pena estarmos aqui a esconder, mas há um trabalho que se está a fazer, a Sra. Secretária também o disse que, está em processo em diversas ilhas de, neste caso de recrutamento de pessoal, mas para o quadro e não tarefeiros, não operacionais, como existiam antes, desses programas, dando assim alguma estabilidade de emprego a quem o procura e é certo é que os concursos têm sido bastante concorridos, portanto, há procura, ainda há quem queira trabalhar nestas ilhas, e, isso é importante, que procure um trabalho mais seguro, portanto, o que estamos aqui a assumir realmente é que as estradas necessitam e precisam de uma atenção cada vez maior e reconhecer também que não tem sido possível com os meios que existem dos funcionários das delegações de ilha das diversas ilhas não tem sido, por muito que se esforcem, não conseguem chegar de ponta a ponta, quando acaba no lado está a modo de começar no outro, o trabalho tem sido feito e não acho que seja justo dizer que não se tem feito, não é o que queremos, é verdade, mas estamos aqui e a Secretaria está atenta para tentar acudir estas situações, disse.

Deputado Berto Messias (PS): O Governo está atento a tudo. Faz é pouco!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Manuel Ramos, tem a palavra.

(*) Deputado Manuel Ramos (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Sr. Deputado Paulo Silveira referiu que, portanto, que se deriva à não utilização do glifosato, eu relembro que no mercado existem herbicidas que são amigos do ambiente, existe monda térmica, existem várias formas de monda mecânica, o que

existiu aqui foi um desleixo por parte do Governo que não soube utilizar as alternativas ao glifosato para as estradas de calçada e para as calçadas públicas, não investiu nessa área, manteve-se com as roçadoras a roçar estradas de calçada, o que não funciona.

Os problemas que a Secretaria tem também os municípios e as juntas de freguesia também tem, mas esses vão resolvendo os seus problemas, agora, as estradas regionais, eu conheço zonas que há mais de um ano praticamente não foram roçadas, e, isso, as pessoas passam lá todos os dias e como eu disse, isso é muito importante para a nossa população, independentemente do turismo, agora, ficar um ano sem cuidar das estradas, é claro que isso só demonstra o desmazelo. Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As árvores criaram raízes em 2 anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 175/XII – “Recomenda ao Governo Regional a contratação, através de concurso público, de empresas para assegurar a manutenção das bermas da rede viária regional”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 175/XII foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 2 votos contra do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Muito rapidamente, eu só podia votar contra essa iniciativa, porque votar a favor estaria a passar um atestado de incompetência à Secretaria que tutela essa área e a todos os funcionários que incansavelmente procuram dar solução para esse problema com cada vez menos mão-de-obra que têm, com cada vez mais constrangimentos. Portanto, eu estarei sempre ao lado daqueles que debaixo de sol e de chuva procuram fazer o seu melhor, muitas vezes com idades superiores a todos nós que estamos aqui. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos avançar para o ponto 22 da nossa agenda - **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 176/XII – “Linhas orientadoras para a elaboração do próximo Programa de Ordenamento do Turismo da Região Autónoma dos Açores que garanta um desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, ambiental e social”**, é um pedido de urgência apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, Sr. Deputado António Lima, para justificar esse pedido de urgência.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De forma breve o pedido de urgência justifica-se pelo facto de estar, ou pelo menos, dever estar em revisão o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores e, estando esse processo ou devendo estar esse processo em curso ou a iniciar-se, nós consideramos que o Parlamento deve pronunciar-se sobre ele e temos naturalmente um conjunto de propostas sobre quais devem ser as linhas orientadoras desse mesmo programa.

Por isso, e de modo que também a proposta seja consequente, ou seja, que seja debatida em tempo útil no próximo mês de setembro, solicitamos este pedido de urgência sem dispensa de exame em Comissão, mas de modo a poder estar concluído o exame em Comissão em setembro. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado José Luis Parreira.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

A Iniciativa Liberal vota contra porque, considerando as limitações que o Bloco de Esquerda quer introduzir ao desenvolvimento económico da Região por via de restrições às atividades como ao alojamento local, o aluguer de viaturas, entendemos que em Comissão fossem recolhidos os pareceres de todos os agentes que no setor do turismo seriam afetados pelas medidas do Bloco de Esquerda, disse.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas podes pedir!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PPM vota contra a urgência, ...

Deputado Berto Messias (PS): Não posso crer!! Como é possível?!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... e, vota contra a urgência na medida em que não é possível estabelecer uma análise que vai ser uma análise absolutamente superficial no prazo que vamos ter, e, com este período de interrupção de férias do Parlamento, não é possível ouvir o conjunto de agentes que é preciso ouvir no âmbito deste processo, ainda por cima no próprio Projeto de Resolução, o Bloco de Esquerda defende que ele deve ser um projeto em que deve existir um cuidado em fazer-se uma auscultação muito cuidada da população, mas depois introduz um conjunto de itens, que esses então não é preciso ouvir ninguém, é só preciso ouvir o Bloco de Esquerda, por isso é um contrassenso em relação ao próprio conteúdo da proposta

e, por isso mesmo, o PPM não pode aprovar esta urgência que na prática faz exatamente o contrário do que o Bloco de Esquerda pretende propor, ou seja, na prática, com estes prazos e com esta urgência, não se ouve é ninguém, e, portanto, apenas vamos ter é a opinião do Bloco de Esquerda...

Deputado António Lima (BE): Ah e a sua também!

O Orador: ... em relação a esta matéria, sem a oportunidade de todos os outros poderem ser ouvidos no âmbito deste processo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Por uma questão de abreviar a minha intervenção, obviamente subscrevo na integra aquilo que foi avançado pelo Sr. Deputado Paulo Estevão, porque, efetivamente, nós para podermos votar depois um Projeto de Resolução deste teor e podermos ou não concordar com estas que são as intenções do Bloco de Esquerda, para o CDS e para mim pessoalmente, é necessário fazer um conjunto de diligências e a última coisa que, de certo modo, gostaria de experienciar era chegar agora a uma próxima Comissão de Economia, começar a pedir diligências e depois alguém me alertar, hei pá , mas calma que isto tem que subir ao plenário de setembro, eu alerto que o Plenário de Setembro é logo na segunda semana e não me parece viável estar o conjunto de diligências que obviamente gostaria de pedir, de solicitar, aliás, subscrevendo também aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado José Luis Parreira, não me parece que seja viável fazer essa avaliação, até porque são um conjunto de intenções, como dizia o Sr. Deputado Pedro Neves, é verdade, mas que

nós para hoje votarmos favoravelmente ou não, porque são intenções do Bloco de Esquerda, temos que fazer algum trabalho para podermos corroborar ou não essas intenções, ou seja, não vou única e exclusivamente do ponto de vista, como se houvesse um qualquer preconceito ideológico, votar contra ou a favor, só porque acompanho o Bloco de Esquerda ou não, ou seja, é preciso fazer esse trabalho. Por isso, obviamente, o Grupo Parlamentar do CDS vai votar contra. Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): E o ponto 25 não é a mesma coisa?

Deputado Berto Messias (PS): Isto é extraordinário!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência relativo à Resolução n.º 176/XII, foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou a favor do pedido de urgência que apresentou porque efetivamente considera que, é, não só necessário que este assunto seja debatido, que é urgente e que a urgência em Comissão, como é natural e como é normal e como tantas vezes se faz, não invalida a solicitação de pareceres

nem de audições e podem ser pedidos pareceres escritos a todas as entidades com algum interesse no setor e até a todos os açorianos se quiserem, é possível e basta querer e é feito de vezes sem conta em inúmeras iniciativas.

Aquilo que acabou de ser feito é efetivamente mais um passo para continuar uma total desregulação do setor do turismo nos Açores, e, como já se percebeu, estou a justificar o nosso sentido de voto e como se já se percebeu, não há qualquer intenção do Governo nem da maioria que o suporta em efetivamente ter um plano que seja regulador, como já se ouviu tantas vezes que se quer é orientar e neste caso nem isso, porque nada tem sido feito e a tendência é efetivamente uma triste e danosa massificação do setor do turismo e, com isso, o Bloco de Esquerda também não compactua. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Respeitando aquele que é o limite de uma declaração de voto que é não fazer referências às posições dos outros partidos e do Governo, o que quero referenciar é como é evidente, não se pode, Sr. Presidente, e nós votámos contra, não se pode pedir que se promova um processo participado de consulta e debate em todas as ilhas, que é o que estava no âmbito do Projeto de Resolução que esteve em votação e depois até pedir que seja pelo menos duas vezes que, no âmbito desse processo participado de consulta e debate, seja pelo menos ouvidas as diversas entidades, pelo menos duas vezes, e depois estabelecer o conjunto de linhas orientadoras em relação a este processo sem ouvir ninguém, porque a verdade é que era, e, todos os que percebem como é que funcionam os trabalhos parlamentares a partir deste momento nós não teríamos qualquer tipo de oportunidade de ouvir ninguém até à realização do próximo Plenário que é já na segunda semana de setembro.

Portanto, isto inviabilizaria a participação dos agentes, da população em geral, de todos aqueles que nos podem dar um contributo muito significativo nesta matéria e, portanto, isto é de facto privilegiar uma posição partidária específica, que não vou dizer qual é, em detrimento de todos os outros agentes de todos os outros conhecimentos que nós estaríamos, obviamente muito interesse em ouvir e portanto, nesse sentido, porque nós queremos realmente um processo participado, um processo dialogado, um processo negociado e que nós queremos que seja, de facto criado um projeto muito participado e dialogado, é exatamente por isso que nós não podemos votar a favor deste Projeto de Resolução, exatamente olhe para respeitar, desde logo, o ponto n.º 1 do próprio Projeto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental, peço autorização da Câmara para prolongarmos um pouco os nossos trabalhos.

Bom, vamos então para o ponto 23 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 177/XII – “Por uma coordenada e eficaz aposta no Projeto Educação Digital”**, é uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

De uma forma muito breve, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicita urgência e pedido de dispensa de exame em Comissão porque entende que efetivamente, estando nós num período já de preparação do próximo ano letivo, será necessário que esta Assembleia, do nosso ponto de vista, se debruce sobre os

factos de existirem compromissos por parte do Governo Regional, compromissos assumidos e não cumpridos.

E é por isto que solicitamos urgência e pedido de dispensa em Comissão. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais intervenções no âmbito do pedido de urgência? Vamos então votar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e o Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência relativa à Resolução n.º 177/XII foi aprovado, com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca para apresentação da iniciativa.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Projeto de Resolução “Por uma coordenada e eficaz aposta no Projeto Educação Digital”.

O apoio às famílias no exercício dos seus direitos de acesso equitativo e universal à Educação e Formação, bem como no cumprimento dos seus deveres relativamente à educação dos seus filhos ou educandos, é uma das competências da administração regional autónoma, nunca dela se podendo demitir ou, simplesmente, descuidar no que concerne às responsabilidades da sua plena e atualizada concretização.

No âmbito da articulação e complementaridade entre as diversas escolas, como de cooperação e de apoio às famílias, sempre com um claro foco na qualidade da educação, formação e sucesso educativo dos alunos da nossa Região Autónoma, urge o escrupuloso cumprimento de todos os contratos estabelecidos entre o Governo Regional e as entidades de ensino público, particular, cooperativo e solidário, desde logo pela iminente preparação do ano letivo 2023/2024.

Acresce a isso a indispensabilidade de todos os docentes da Região, independentemente do seu vínculo e entidade empregadora, terem acesso às formações que enquadrem o processo de digitalização do ensino na Região Autónoma dos Açores e outras sempre que se verifique a implementação de novas medidas no sistema educativo regional, como será disto exemplo o reformulado programa de educação inclusiva.

Deve o governo regional honrar o cumprimento integral de todos os seus compromissos, pelo que através da presente iniciativa recomendamos que o faça com todas as escolas do sistema educativo regional, sem exceções, e no respeito pelos seus prazos estabelecidos, sejam eles apoios financeiros já firmados, sejam eles investimentos previstos em sede de PRR no respeitante à promoção do desenvolvimento de competências digitais, ou sejam eles na implementação de novas medidas educativas e pedagógicas para todas as escolas componentes do sistema, com realce para a formação de todos os seus docentes. Muito grato pela atenção.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Sra. Secretária Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*):

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Neste Projeto de Resolução que aqui o Partido Socialista nos traz, aprez-me dizer o seguinte, relativamente até ao ponto 1 e este cumprimento dos compromissos assumidos, se analisarmos os dados dos pagamentos devidos ao ensino particular cooperativo e solidário na Região nos últimos 10 anos, este ano a primeira tranche foi paga a 23 de janeiro, ...

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Referente a?

A Oradora: ... quando, nos anteriores Governos chegou inclusivamente a ser pago a 2 de março, refiro-me ao ano 2017/2018.

Aliás, se falamos na primeira tranche, o ano passado, nós até tínhamos conseguido pagar ainda no decorrer do primeiro período letivo-

Segunda tranche, pagamos este ano a 1 de maio de 2023, o Governo anterior do Partido Socialista, também no ano 2017/2018 pagou a 17 de julho o do segundo período a 17 de julho de 2018.

E, do terceiro período, estamos neste momento a fazer esse processamento, sendo que o melhor ano de pagamento nos últimos dez referentes à governação anterior processou pagamentos a 18 de setembro do ano de 2020 e chegou até inclusivamente a pagá-lo a 4 de dezembro, ou seja, no final do ano letivo, pagou no final do ano civil e, portanto, quanto a compromissos, estamos a cumprir com os nossos compromissos e até melhor do que foi feito evidenciado nestas evidências que aqui trago da governação anterior.

Já no que respeita às questões de articulação com os colégios particulares, no que respeita ao projeto de escolas digitais, há de facto, um trabalho a fazer de articulação num período que é de grande exigência de implementação das escolas digitais.

Mas permitam-me que vos diga, Sras. e Srs. Deputados, que a este respeito também conseguimos fazer aprovar uma adenda ao PRR que abre o projeto de escolas digitais aos colégios particulares e do ensino particular cooperativo e solidário, para além disso, temos disponibilizadas e temos vindo a disponibilizar o acesso a uma série de formações online, também a “Massive open online courses” que são destinados para professores e para pessoal da ação educativa e também para encarregados de educação, também abrimos o acesso ao “Web for good” aos nossos colégios particulares e estamos também a trabalhar em articulação no que respeita à implementação da educação inclusiva, para que também possam ter acesso a formação, em princípio ou este mês de julho ou no próximo mês de setembro, decorrido que foi um prazo de grande exigência, também de formação e da equipa regional de formação em todas as escolas do sistema educativo regional.

Por outro lado, o que subjaz a esta questão que aqui é trazida é a questão, e aqui apraz-me também dizer, e, digo-vos em nome do Governo e com esta pasta com muito orgulho que é a valorização da escola pública regional, que nós estamos a assistir nos Açores, decorrente da nossa governação. Longe vão os tempos em que as remunerações das escolas privadas eram muito superiores às das escolas públicas, porque estava tudo congelado no ensino público regional, não havia consideração de tempo entre carreiras, nós conseguimos resolver, conseguimos e implementámos um regime de estabilidade de admissão em quadros, com a criação de quadros de ilha em que, ao fim de 3 anos, os docentes conseguem ter admissão em quadro, o que só acontecia antes no regime privado e agora acontece no regime público, introduzimos também um regime para que se pagassem aos docentes contratados pela caducidade do contrato, que antes também só acontecia no ensino privado e que agora acontece no ensino público, temos feito um reforço de psicólogos, de terapeutas, de psicomotricista, que nos introduzem outras questões de melhor, apoio aos nossos alunos nas escolas públicas, acabamos de introduzir um regime de reforço à educação inclusiva, que também vem a alterar o paradigma

de toda a escola pública e também aqui privada, introduzimos o pensamento computacional na escola pública, que está aberto também à escola privada para poder fazer a formação como um regime de grande exigência que nós estamos a trazer e que começa desde logo do primeiro ano de escolaridade e que existe e que é um projeto único a nível nacional e que existe nos Açores, na escola pública,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... mas também com extensão à escola privada e temos feito efetivamente um investimento em escolas digitais ao longo destes 2 anos, já com concursos lançados na ordem dos 12 milhões de euros.

E, portanto, o que aqui está em consideração é que, ao contrário do que acontece no continente, em que nós estamos a assistir a uma grande desvalorização da escola pública, com a fuga das famílias da escola pública para a escola privada, decorrente da nossa ação, nós estamos a fazer e estamos a investir fortemente na escola pública, numa articulação que depois também é feita com os colégios do ensino particular cooperativo e solidário. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do PPM, informa, esta Câmara, que votará favoravelmente esta iniciativa do Partido Socialista. É preciso ter em conta, que quando se refere aqui no ponto n.º 1, como a Sra. Secretária acabou de explicar, quando se pede que se pague com respeito pelos seus prazos estabelecidos, é evidente que o Governo

aqui veio dizer é que onde existiam grandes atrasos nas legislaturas anteriores, pois agora está a ser pago pontualmente às escolas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

O Orador: ... e isso é muito importante.

Portanto, o Partido Socialista está a recomendar algo que não fazia, seja como for, e, por isso votamos favoravelmente, evidentemente, porque o que nos está a ser proposto é aquilo que já está a ser feito e que não era feito, ou seja, não era pago pontualmente, em segundo lugar e para terminar a intervenção, que tem que ser necessariamente breve, para terminar dizer também que o argumento que foi aqui aduzido pela Sra. Secretária em relação realmente àquilo que são as respostas que nós introduzimos no âmbito do sistema público, favorecendo o sistema de ensino público, favorecendo as nossas escolas, capacitando as nossas escolas, melhorando aquela que é a carreira nos Açores, pois obviamente isso provoca problemas no âmbito do ensino privado, no ensino particular, porque a verdade é que, hoje em dia, do ponto de vista das carreiras, é vantajoso integrar a carreira nos Açores no sistema público e isso é muito importante, e, é por isso que do ponto de vista das políticas educativas, nós hoje podemos contar com o apoio da população e da totalidade dos docentes que estão muito empenhados neste projeto educativo que nós estamos a desenvolver e é por isso também que isso provoca também problemas no âmbito do recrutamento das escolas privadas e dos meios que são alocados às mesmas e por isso, evidentemente nós compreendemos os problemas e nesse sentido, acompanhamos aquilo que é proposto também pelo Partido Socialista, que merece a nossa concordância e merece o nosso voto favorável.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Rodolfo Franca faça favor.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo?

Sra. Secretária, compreendi o que disse, apenas em parte, e, muito brevemente eu gostaria de lhe perguntar o que entende por estar já a articular com as escolas do ensino particular cooperativo e solidário no âmbito do 2.º e 3.º pontos do Projeto de Resolução que temos em mãos, porque folgo em saber que, no que toca ao primeiro ponto do Projeto de Resolução, o nosso Projeto de Resolução já teve o seu efeito. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições? Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Bem, já é sabida a posição do Bloco de Esquerda relativamente àquele que é o ensino privado. não é novo, a Região tem e bem e tal como a própria Constituição da República Portuguesa consagra uma oferta da escola pública na Região, a qual é para todas e para todos, e, portanto, e, como o Bloco tem defendido até agora o investimento deve ser feito, é na escola pública e naquela que tem acesso gratuito para todas e todos os alunos.

Não é novidade como já referi isso, e parece-nos que, num momento em que ainda há muito a fazer no parque escolar regional, em que há escolas que precisam de portas de emergência para assegurar a segurança de crianças, precisam de espaço exterior para que as crianças possam brincar, que precisam de zonas seguras que permita a entrada de uma ambulância, no caso de haver alguma urgência, estarmos a discutir exatamente isto aqui não nos faz muito sentido ao Bloco de Esquerda, torno a dizer que a Região tem e bem uma escola pública regional, essa é que é aberta a todas as crianças, independentemente dos seus recursos financeiros e,

portanto, o que tem que se fazer é uma aposta para que o nosso ensino seja cada vez mais apelativo e que os pais sintam realmente interesse em levar as suas, os seus filhos para a escola pública e não aquilo que muitas vezes se assiste que é quase uma segregação de crianças, como se as crianças que têm menos recursos têm que ir para a escola pública e aquelas que os pais, felizmente, podem pagar, têm que ir para as escolas particulares, não é esse o caminho que nós entendemos ser o mais correto, não é essa a nossa forma de encarar a educação e o ensino e para nós não há meninos de primeira, meninos de segunda a nem escolas primeira, nem escolas de segunda, há uma escola pública à qual merece o todo o investimento desta Região. Muito obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada. Sr. Deputado José Luis Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado António Lima, claro que a educação é um serviço que beneficia toda a comunidade em geral.

Deputado António Lima (BE): É subsídios para alguns!

O Orador: Não, não é subsídios para alguns, Sr. Deputado. É subsídios para criar exatamente igualdade de oportunidades.

Deputado António Lima (BE): Então e o mercado?

O Orador: Nem vale a pena. Sras. e Srs. Deputados, eu gostava de perguntar ou de questionar a Sra. Deputada Alexandra Manes se os pais dos alunos que estão nos colégios privados também não são contribuintes deste país?

Deputada Alexandra Manes (BE): São e têm a escola pública para integração dos seus filhos!

O Orador: Exato, muito bem, a Sra. respondeu “são” e depois a Sra. diz, todo o investimento público merece ir para a escola pública, pois, Sra. Deputada, a Sra. também acha que todos os alunos deviam ir para a escola pública, certo?

Deputado António Lima (BE): Têm a porta aberta!

O Orador: Exato, porta aberta muito bem, então, se todos os alunos fossem do colégio privado para a escola pública, iam ou não iam receber um manual digital?

Deputado António Lima (BE): Mas isto não é um diálogo. É para ali!

Presidente: Srs. Deputados não entrem em diálogo, faz favor.

O Orador: Então, se todos se todos os alunos se transferissem dos colégios privados para a escola pública, iam receber um manual digital, portanto, a Sra. Deputada concorda com isso, por aquilo que eu já percebi, então em que é que esta esta iniciativa legislativa do PS prejudica o investimento que vai para a escola pública?

Deputada Alexandra Manes (BE): Oh Sr. Deputado eu não lhe vou fazer um desenho!

Presidente: Sr. Deputado, faça a sua intervenção.

O Orador: Disse. Terminei.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais intervenções? Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor, tem a palavra.

(* **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Permita-me responder, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Responder ao Sr. Deputado Rodolfo Franca, como eu evidenciei nos dados desta tabela, desde o início da assunção de funções deste Governo, que as tranches são pagas até em calendarização, muito melhor do que aquela que foi paga pelo anterior Governo são os dados que aqui estão, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhora isso não é verdade!

A Oradora: ... nos últimos 10 anos, até pagamos no ano anterior, no próprio primeiro período, coisa que os Srs. nos últimos 10 anos nunca fizeram e no que respeita à articulação, como o Sr. Deputado perguntou com as escolas privadas e que eu também disse que era muito exigente face ao período e ao grande

investimento que nós estamos a fazer nas escolas públicas, mas também evidencie que lá está inscrita a adenda ao PRR, é público, está em maio, não foi agora Sr. Deputado, foi uma adenda negociada com a República, que é pública desde maio, assim como todas as formações que assim têm vindo a decorrer e que aqui especifiquei desde os (impercetível 02:34:48), à formação online, aos “Webs for goods”, não é de agora, Srs. Deputados, muito obrigada.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária. Posso colocar à votação o diploma? Vamos então votar o Projeto de Resolução n.º 177/XII – “Por uma coordenada e eficaz aposta no Projeto Educação Digital”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

A Sra. e os Sr. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 177/XII, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto do PAN, 2 contra do BE e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Sr. Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sra. Secretária da Educação e Cultura, eles já não confiam em si, mas eu confio.

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): Muito obrigado!

O Orador: Portanto, eu acho que a Sra. não precisa de um Projeto de Resolução votado para que a Sra. faça aquilo que já disse que ia fazer, portanto, já que eles não confiam eu confio, há de haver sempre alguém que confie, mas também lhe

digo não ficava a minha intervenção completa, Sra. Secretária, se não dissesse o seguinte, tenha sempre atenção aquele princípio da Sra. Deputada Alexandra Manes, primeiro o ensino público, não faz sentido investir em escolas privadas, se existe no local escola pública, portanto, é preciso atender a isso. Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): a Sra. Secretária ouviu?

Presidente: Obrigado Sr. Deputado. Vamos avançar na nossa agenda para o último ponto - **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva”**, é uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo

(*) Deputada Délia Melo (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Ora bem, a coligação traz aqui esta proposta com pedido de urgência para exame em Comissão, porque é a primeira alteração do Decreto Legislativo Regional 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva.

Como sabeis, este diploma foi discutido, foi aprovado aqui nesta Casa recentemente, mas no decorrer da discussão do diploma, surgiram várias dúvidas, inclusivamente com uma proposta de alteração que foi apresentada pelo Partido Socialista, tendo a mesma passado, sido aprovada por maioria.

Após esta aprovação, houve da parte dos conselhos executivos uma petição que foi elaborada precisamente para solicitar a eliminação desta alínea que tinha sido introduzida, e, que inicialmente não estava prevista, e, realmente a petição foi discutida em Comissão e foram ouvidos os vários membros que foram convocados e diga-se que foi unânime entre todos que a alínea deveria ser alterada.

Portanto, a coligação entendeu por bem fazer esta alteração e como é algo que estará em vigor já no próximo ano letivo, nós pedimos essa urgência para que possa na próxima Sessão Plenária vir à Assembleia e ser discutida. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições no âmbito do pedido de urgência? Não havendo, vamos então votar este pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O pedido de urgência relativo ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Proposta de Deliberação - a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos. Boa noite a todos e bom descanso.

Eram 20 horas e 29 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Ricardo Beato Gomes Vieira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Deputado Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Documentos entrados

1- Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que altera as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional –

PCM (MEM) - (Reg. PL 172/XXIII/2023) - Audição n.º 141/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 07 – 10

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data Limite de Parecer: 2023 – 07 – 27;

Assunto: Que atualiza o regime que regula o uso não profissional de produtos fitofarmacêuticos em

ambiente doméstico – MAA - (Reg. DL 20/XXIII/2023) - Audição n.º 142/XII - GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2023 – 07 – 10

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2023 – 07 – 27.

2- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 94/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjDLR094.pdf>

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12

Comissão: -----

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

3 - Projetos de Resolução:

N.º 172/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR172.pdf>

Assunto: Recomenda a efetiva homologação do Ensino Secundário da Viola da Terra

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 07 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 08 – 11;

N.º 173/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR173.pdf>

Assunto: Realização de uma campanha de sensibilização da população para os riscos associados a

elevadas concentrações de gás radão e promoção de boas-práticas nesse âmbito

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 07 – 11

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2023 – 08 – 11;

N.º 174/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR174.pdf>

Assunto: Celebração de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários no transporte de doentes não urgentes

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 175/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR175.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional a contratação, através de concurso público, de empresas para assegurar a manutenção das bermas da rede viária regional

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 176/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR176.pdf>

Assunto: Linhas orientadoras para a elaboração do próximo Programa de Ordenamento do Turismo da Região Autónoma dos Açores que garanta um desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, ambiental e social

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12 **Comissão:** -----

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

N.º 177/XII - <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIEPjR177.pdf>

Assunto: Por uma coordenada e eficaz aposta no Projeto Educação Digital

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

4 - Informações:

Assunto: Ofício XV-1716/GPAR - ts - E 4209 a agradecer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a missiva enviada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, informando que terá todo o gosto em conceder a audiência solicitada no dia 19 de julho, pelas 10:30 horas, para apresentação do Trabalho da Região Autónoma dos Açores relativo ao Aprofundamento da Autonomia

Proveniência: Joana Drummond Borges, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 07 – 10;

Assunto: Ofício n.º 1245-ST a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para conhecimento, o Relatório n.º 03/2023-FS/SRATC – Auditoria ao Plano de Recuperação e Resiliência - Açores, aprovado pelo Tribunal de Contas, em sessão de 7 de julho de 2023

Proveniência: Ana Cristina Medeiros, Auditora-Coordenadora, em suplência do Subdiretor-Geral da

Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2023 – 07 – 11;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 94/XII - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2023/A, que aprova o modelo de educação inclusiva

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 174/XII - Celebração de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários no transporte de doentes não urgentes

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 175/XII - Recomenda ao Governo Regional a contratação, através de concurso público, de empresas para assegurar a manutenção das bermas da rede viária regional

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência em Comissão do Projeto de Resolução n.º 176/XII - Linhas orientadoras para a elaboração do próximo Programa de Ordenamento do Turismo da Região Autónoma dos Açores que

garanta um desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, ambiental e social

Proveniência: António Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 177/XII - Por uma coordenada e eficaz aposta no Projeto Educação Digital

Proveniência: Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12;

Assunto: Of. 85/023/MS, requerendo a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a apresentação em plenário do Projeto de Resolução n.º 172/XII - Recomenda a efetiva homologação do Ensino Secundário da Viola da Terra

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12;

Assunto: Of. 85/023/MS, requerendo a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a apresentação em plenário do Projeto de Resolução n.º 173/XII - Realização de uma campanha de sensibilização da população para os riscos associados a elevadas concentrações de gás radão e promoção de boas-práticas nesse âmbito

Proveniência: Paulo Estêvão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2023 – 07 – 12;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 168/XII (Deputado

Independente) – Universalidade na atribuição do programa Nascer +

Proveniência: Carlos Furtado, Deputado Independente

Data de Entrada: 2023 – 07 – 13;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 174/XII (PS) – Celebração de protocolos com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários no transporte de doentes não urgentes

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2023 – 07 – 13;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 175/XII (PS) – Recomenda ao Governo Regional a contratação, através de concurso público, de empresas para assegurar a manutenção das bermas da rede viária regional

Proveniência: José Pacheco, Representação Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2023 – 07 – 13;

Assunto: Solicitação de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 170/XII (PS) – Apoios aos sectores agrícola e pecuário da Região Autónoma dos Açores pelo aumento dos custos de produção **Proveniência:** Vasco Alves Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2023 – 07 – 14.

5- Relatórios:

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 835/XV (PSD) – Recomenda ao Governo a inclusão de um representante por cada uma das Regiões Autónomas no Conselho Geral de supervisão da ADSE - Audição n.º 212/XII - AR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 07 – 14;

5- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 108, 109, 110, 111 e 113.

A redatora, *Sónia Furtado*